

Francisco Elias de Araújo

DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA, NO CONTEXTO DO  
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO ESTADO DO  
MARANHÃO: UM ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO  
DE CHAPADINHA

Dissertação submetida ao  
Programa de Pós-Graduação  
da universidade Federal de  
Santa Catarina para obtenção  
do grau de mestre em  
Agroecossistemas para fins de  
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Clarilton  
E.D.C. Ribas

Coorientador: Prof. Dr. Isaac  
Giribet Bernat

Florianópolis

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Araújo, Francisco Elias de  
DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA, NO CONTEXTO DO  
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO ESTADO DO MARANHÃO : UM  
ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA / Francisco  
Elias de Araújo ; orientador, Clarilton Edzard Davoine  
Cardoso Ribas ; coorientador, Isaac Giribet Bernat. -  
Florianópolis, SC, 2015.  
160 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.  
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Produção agrícola . 3.  
Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão. 4.  
Desenvolvimento Dependente . 5. Capital. I. Ribas,  
Clarilton Edzard Davoine Cardoso . II. Bernat, Isaac  
Giribet. III. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

Francisco Elias de Araújo

DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA, NO CONTEXTO DO  
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO ESTADO DO  
MARANHÃO: UM ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO DE  
CHAPADINHA

Este Dissertação/Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas.

Local, Florianópolis 31 de março de 2015.

---

Prof. Dr. Clarilton E.D.C. Ribas  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Clarilton E.D.C. Ribas  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Valeska Nahas Guimaraes  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Prof. Dr. Leonardo Melgarejo  
CTNBIO/EMATER RS

---

Prof.<sup>sa</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Zaira Sabry Azar  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA



*Dedico este trabalho aos camponeses, por dedicar sua vida à missão de produzir alimentos e defender seu território com sangue, suor e lutas. Em especial aos meus pais e a Antônio de Araújo Filho (in memoriam) por fazerem isso de forma apaixonada e compromissada.*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos e todas que tornaram possível a realização deste trabalho, onde as teorias, as histórias de vida de militantes sociais e camponeses construíram o caminho percorrido durante a investigação, possibilitando-me apreender, analisar e acrescentar novos conhecimentos acerca do objeto estudado.

De maneira especial, agradeço ao Professor Dr. Dr. Clarilton E.D.C. Ribas, pela orientação, pela confiança depositada e pelas contribuições a esta dissertação.

Professora Dra<sup>a</sup> Valeska Guimarães prela dedicação e orientação metodológica durante todo o curso,

A coordenação pedagógica: Domitila, Joana, Val Machado, e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação da UFSC, que de forma competente e comprometida enriquecem a educação do campo com a extraordinária experiência pedagógica da equipe do MP.

A Luísa Ribas, pela dedicação ao trabalho de revisão ortográfica.

A toda equipe do LECERA, pelo apoio técnico e pedagógico sempre disponibilizado durante o curso.

Agradeço ao MST por me proporcionar a vivência da militância e estudo comprometido com a missão transformadora de combate ao latifúndio, o acesso dos camponeses à terra, e a construção de uma agricultura de base agroecológica.

Aos militantes do MST do Maranhão, com quem somamos cotidianamente nossa batalha pela reforma agrária e por condições objetivas de nos dedicarmos ao estudo.

Agradecer aos militantes e camponeses que se envolveram diretamente na pesquisa de campo, criando as condições para que a mesma acontecesse. Em especial, ao Edivan Oliveira (dirigente Nacional do MST e assentado no PE Belém) Antônio Carlos

(Coordenação do Assentamento Morada Nova), Bernardo Sousa (SINTRAF de Brejo), Izalmir (SINTRAF de Brejo), Nilda (Mata Roma), Chico da COHAB (Chapadinha). E os assentados dos assentamentos visitados durante a pesquisa: Belém. Morada Nova, Árvores Verdes e Baturité.

À Professora Dra. Zaira Sabry Azar, militante do MST e companheira de longa jornada, pela sua disponibilidade e colaboração de sempre.

A Professora Dra. Silvani Magali pela disponibilidade e contribuições sobre a pesquisa.

Ao INCRA pelo apoio ao MP, e de forma especial ao César Aldrighi (diretor de desenvolvimento do INCRA Nacional) e Laurilene (Coordenadora do programa de ATER na SR/MA), que foram fundamentais para o acesso às informações sobre os assentamentos.

Ao Leonardo Melgarejo, um parceiro que não mediu esforços em deslocar-se do Sul do Brasil para e vivenciar a realidade maranhense contribuindo na pesquisa de campo e na produção do acervo de fotografias.

Ao Professor Dr. Isaac Giribet Bernat, por acreditar e dedicar-se à tarefa de orientação

Aos colegas da turma “Egídio Brunetto”, pelo apoio e companheirismo que sempre tivemos em todo o período de realização desta edição do MP.

A toda minha família, pelo apoio e motivação durante o curso. Em especial a minha companheira Lenilde pela sua valiosa colaboração sempre e minhas filhas Julia e Vitória que conviveram e colaboraram paciente e solidariamente durante toda a fase de elaboração deste texto.



## RESUMO

Esta dissertação analisa os desafios da produção nos assentamentos de reforma agrária no Maranhão, particularizados na Microrregião de Chapadinha – MRH, no Maranhão. A dinâmica regional ali estabelecida se dá mediante forte investimento de empresas capitalistas vinculadas ao mercado global de circulação de mercadorias, privilegiada pelo atual momento da economia brasileira que se submete ao mercado de *commodities*. É forte a presença da agricultura camponesa, que apesar de importante na economia local, situa-se à margem do crescimento econômico acima mencionado. Este segmento é representado pelos assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores tradicionais. A participação do estado se mostra determinante para ambos os setores que recebem parte deste tratamento desigual. Para os camponeses existe forte descontinuidade dos programas e insuficiência das principais políticas, notadamente daquelas dependentes da assistência técnica e do crédito agrícola. O estudo constata que a fragilidade e a omissão de políticas voltadas aos camponeses alimentam interesses privados, estimulados pela economia de mercado e por políticas de apoio ao agronegócio, ali representadas pelo avanço da soja, do eucalipto e dos negócios e serviços a eles associados. Estas circunstâncias limitam a territorialidade requerida pelos camponeses, tornando-os cada vez mais vulneráveis à denominada “economia do agronegócio”, defendida por parte dos autores estudados. O estudo se apoia em dados secundários do IBGE, INCRA, MDA e em pesquisa qualitativa participante, realizada com lideranças dos assentamentos estudados e das comunidades do entorno, técnicos do INCRA e da ATER, estudiosos do tema, entre outros.

**Palavras Chaves:** Produção agrícola - Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão – Desenvolvimento Dependente - Capital - Estado.



## ABSTRACT

This dissertation analyzes the challenges to produce in the agrarian reform settlements in Maranhão, focused in the micro-region of Chapadinha - MRH in Maranhão. The regional dynamics was established through a substantial financing from capitalist companies linked to the global market of movement of goods, privileged by the current Brazilian economy that favors the *commodities* market. There is a strong presence of peasant agriculture, which although important in the local economy, is excluded from the economic growth mentioned above. This segment is represented by the agrarian reform settlements and traditional farming communities. The state involvement is decisive for both sectors, which receive unequal treatments from a part of the state. For the peasants, there is a strong discontinuity of programs and failure of the main policies, especially those dependent on technical assistance and agricultural credit. The study concludes that the weakness and failure of policies to the farmers, supports private interests, stimulated by the market economy and by policies that support agribusiness represented by the advance of soybean, eucalyptus and businesses and services associated. These circumstances limit the territoriality required by the farmers, making them increasingly vulnerable to the so called "agribusiness economy", advocated by some of the authors hereby studied. The paper is based on secondary data from IBGE, INCRA, MDA and participant qualitative research, conducted with the leaders of the settlements studied and surrounding communities, technicians from INCRA and ATER, specialists on the theme, among others.

**Key Words:** Agricultural production – Agrarian Reform Settlement in Maranhão – Dependent Development - Capital - State.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Estatais brasileiras por área de atuação em 2012.....	33
Figura 02 - Valor de importações Maranhão de janeiro a julho de 2014 em milhões de dólares.....	40
Figura 03 - Exportações no Maranhão de janeiro a julho de 2014 em milhões de Dólares.....	41
Figura 04 - Quantidade produzida de soja em toneladas de grãos no período 1990-2013 .....	66
Figura 05: Percentuais de soja em toneladas produzidas no Sul e Leste maranhense .....	67
Figura 06 – Exportadoras do complexo soja maranhense.....	69
Figura 07 - Etapas da produção de soja e eucalipto na MRH.....	93
Figura 08 – Percevejo do Arroz em Morada Nova.....	95
Figura 09 - Evolução de lavouras temporárias em Anapurus série 1990 a 2013.....	96
Figura 10 - Evolução de lavouras temporárias em Buriti, série 1990 a 2013.....	97
Figura 11 - Evolução de lavouras temporárias em Brejo, série 1990 a 2013.....	97
Figura 12 - Evolução de lavouras temporárias em Chapadinha, série 1990 a 2013 .....	98
Figura 13 - Evolução de lavouras temporárias no Maranhão, série 1990 a 2013.....	98

Figura 14 – Roça no sistema corte-queima em área de babaçu.....	115
Figura 15 – Mapa Participativo no assentamento Morada Nova.....	116
Figura 16 – Contratos e valores do PRONAF – 2014.....	128
Figura 17 – Celebração de Santa Luzia no PA Morada Nova.....	131

## **MAPA**

Figura 01: Mapa do estado do Maranhão com as meso e microrregiões homogêneas.....64





## **TABELAS**

Tabela 01: Investimentos por Setor/grupos

Tabela 02: Principais empresas instaladas na Amazônia Brasileira entre 1964- 1985.

Tabela 03: Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar em 2006 68

Tabela 04: Principais formas de ocupação das ocupações das terras no Maranhão 70

Tabela 05: Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar na MRH 89

Tabela 06: Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar 90

Tabela 07: Relação de assentamentos atualizada até 2011 101

Tabela 08: Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares na MRH de Chapadinha 104

Tabela 09: Crédito de Instalação dos Assentamentos 105

Tabela 10: Produtividades das Principais Culturas no Assentamento Morada Nova – Anapurus MA 110

Tabela 11: Produção de amêndoas de babaçu em toneladas produzidas 113

Tabela 12: Valor médio de financiamento do PRONAF 128

Tabela 13: Contratos e valores do PRONAF na MRH 129

Tabela 14: Número de operações e valores financiados pelo PRONAF no período 1990 a 2014

.



## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO .....	21
2.REFERENCIAL TEÓRICO .....	25
2.1. O modelo de desenvolvimento dependente.....	25
2.2.Atualização da questão agrária brasileira e as políticas para a agricultura .....	51
2.3.Contexto sócio histórico do Maranhão: as implicações do modelo de desenvolvimento na agricultura.....	63
2.4.A Expansão das lavouras de soja no Maranhão .....	66
2.5.As formas de uso das terras no Maranhão.....	70
3.METODOLOGIA .....	73
4.DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	81
4.1.Microrregião Homogênea de Chapadinha - MRH: um estereótipo do desenvolvimento dependente .....	81
4.2.Contexto sócio histórico do desenvolvimento da produção agrícola da MRH de Chapadinha - MA .....	81
5.DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA.....	101
5.1.Caracterização dos assentamentos da MRH.....	101
5.1.1.Caracterização da produção agrícola dos assentamentos .....	109
5.2.Os agentes de produção na MRH .....	124
5.3.O crédito na MRH .....	127
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
REFERÊNCIAS .....	143
APÊNDICE .....	151
ANEXO.....	156

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a política de reforma agrária no Maranhão, destacando a viabilidade dos assentamentos que se apresentam com grande alternativa de territorialização dos camponeses que emergem da resistência de comunidades tradicionais em disputas pela posse da terra, num processo que já ultrapassa um século da formação socioeconômica maranhense. No atual contexto os camponeses inseridos e comunidades, quilombos, acampamentos e assentamentos constituem numa fração de classe à margem das transformações quem vêm ocorrendo na agricultura marcada pela expansão dos monocultivos de soja, cana de açúcar e eucalipto.

Nesta perspectiva, o estado do Maranhão se apresenta como um espaço de reprodução de uma dinâmica produtiva cuja matriz, apoiada em técnicas e tecnologias exógenas, põe em risco os aspectos estruturais dos agroecossistemas locais e reestrutura o papel dos agentes de produção apresentando novos desafios para permanência e visibilidade de tecnologias e alternativas locais. Este contexto leva os assentamentos de reforma agrária a uma posição de desvantagens diante de oponentes trazidos para região à base de vantagens e incentivos fiscais que os tornam altamente competitivos.

Neste contexto procuro compreender questões como o efeito prático das políticas públicas e programas sociais no campo, ou seja, o papel que desempenha o Estado no tratamento ao tema do desenvolvimento e principalmente aos setores marginalizados do modelo em curso. Assim, abordo questões decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado, aprofundando as contradições destes em áreas de reforma agrária e levando em conta o contexto socioeconômico local privilegiado pelo avanço dos grandes projetos de desenvolvimento do capital multinacional. Neste sentido, busco analisar o tratamento do Estado aos dois setores principais no campo: os camponeses e os grandes produtores capitalistas.

Constituem o universo desta pesquisa os assentamentos da Microrregião Homogênea de Chapadinha – MRH que atualmente se caracteriza por indicadores sociais bastante negativos em relação a outras regiões no Maranhão e das demais unidades federativas<sup>1</sup>, apesar

---

<sup>1</sup>O Estado do Maranhão foi liderança no ranking dos estados com pior renda per capita média brasileira (ATLAS, 2013). Também expressa estrutura social e tomadas de decisões políticas e técnicas que remontam os primórdios da

da participação desta nos investimentos econômicos do estado do Maranhão e a presença do Estado com políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, inclusive a Reforma Agrária.

A decisão por um estudo de caso da MRH de Chapadinha deu-se no intuito de possibilitar a análise dos aspectos mencionados. Uma escolha motivada pela expressão que esta região tem na atualidade da economia maranhense. Enquanto local da pesquisa é, ao meu juízo, o que melhor expressa as contradições da atualidade referida, principalmente para visibilidade da pequena agricultura local, a qual busco compreender a partir do estudo dos desafios da produção nos assentamentos, cujos estudos indicam um quadro de grandes dificuldades.

Diante disso, considero importante uma abordagem histórica do processo de inserção da economia maranhense na dinâmica global do capital, levando em consideração o que isso determina na atualidade, em particular para os camponeses, demarcando o papel desta na divisão internacional do trabalho, para que assim se possam contextualizar e compreender as transformações ocorridas na agricultura, as causas e as contradições na contemporaneidade.

O que dá sentido à discussão das transformações ocorridas na agricultura é a perspectiva da expansão do capital no território pesquisado, marcado pelas atividades de empresas nacionais e transnacionais que atuam principalmente na produção primária de soja, cultura com maior destaque na região sul do Brasil, com atividades iniciadas nos anos de 1950, expandindo-se nas décadas subsequentes para as demais regiões do país até consolidarem-se nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiras, em contraste com a dinâmica produtiva local instalada secularmente. Destaque-se também a evolução nos plantios de lavouras de eucalipto, em sequência ou em paralelo à expansão da soja.

A expansão do capital, para Marx, segundo Sawaya (2006, p.14), se dá no “processo de acumulação de capital<sup>2</sup>, como um movimento mais geral, é caracterizado pela obrigatoriedade que cada capital individual tem de manter-se em valorização permanente para

---

expansão capitalista, expressando, por um lado, a ideia de atraso e profunda desigualdade entre as camadas sociais. No entanto, o crescimento significativo do Valor Bruto da Produção - VBP atualmente revela as escolhas políticas e técnicas nos marcos de uma política de enclaves

<sup>2</sup>“Marx explica o movimento do capital como um processo que envolve acumulação, concentração e centralização do capital” (SAWAYA, 2006, p. 14)

existir enquanto capital”. E é esta necessidade, ou seja, a ação de cada capital, materializada em particular na economia brasileira que se apresenta como questão central desde os primórdios da denominada colonização brasileira.

Chapadinha no Maranhão é o paradoxo da dinâmica mais recente do capital na agricultura, estabelecendo relações que reproduzem as características de dependência externa. Ou seja, estrutura-se para atender interesses externos, em detrimento da pequena agricultura local, crescentemente marginalizada.

No contexto desta agricultura familiar destacamos a produção dos assentamentos de reforma agrária no Maranhão, questão central da pesquisa, que se defronta com políticas que a impactam de forma contraditória. Nos referimos aqui às políticas de apoio ao agronegócio, alavancado pela economia de mercado, e a políticas de apoio à agricultura familiar, que para muitos autores precisa ser recriada. Na microrregião de Chapadinha, local da pesquisa, as características de agricultura camponesa tradicional tornam mais visível a incursão da agricultura comercial das grandes empresas, articulada a um conjunto de outras atividades dos conglomerados industriais instalados sobre territórios até recentemente ocupados por famílias de camponeses.

Neste contexto, procuro compreender a produção dos assentamentos, tomando em conta os impactos e a eficiência das políticas de ações de reforma agrária. Objetivamente, busco entender como fatores tradicionais de acesso à terra, crédito e assistência técnica contribuíram para alterar as formas de reprodução camponesa nas áreas reformadas no Maranhão.

Para tanto, foi realizada pesquisa de campo com base em entrevistas semiestruturadas, aplicadas a 05 lideranças de cada assentamento selecionado, totalizando 15 entrevistados, também foram entrevistados pesquisadores, servidores do INCRA e MDA, entrevistas estas necessárias para uma leitura da realidade dos assentamentos e da execução das políticas públicas para o campo, conforme desenvolveremos mais em frente.

O trabalho está organizado em 4 capítulos principais. No primeiro, um referencial teórico, com destaque para discussão do desenvolvimento e ênfase para seu modelo, alguns aspectos que considero fundamentais da questão agrária e a inserção do Maranhão neste contexto. No segundo capítulo trazemos a metodologia de pesquisa. O terceiro capítulo é dedicado ao desenvolvimento da pesquisa propriamente dito. Com uma abordagem inter-histórica da região e a chegada do agronegócio. Por fim, o quarto capítulo é

dedicado à produção dos assentamentos, buscando identificar os desafios e as perspectivas diante do contexto com ênfase no papel dos agentes de produção, das políticas públicas, do Crédito e da assistência técnica.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. O modelo de desenvolvimento dependente

Este capítulo trata do tema do desenvolvimento, abordo questões histórico-teóricas no contexto da industrialização brasileira. Destaco algumas correntes que considero centrais para a análise pretendida nesta dissertação, assim como levanto alguns aspectos da política econômica, tendo como ênfase a reforma agrária no contexto da expansão do capital na agricultura no Maranhão.

A escolha pela política de reforma agrária na discussão do tema do desenvolvimento e não de outros, se deu por ser esta a que, a meu ver, melhor expressa as contradições do papel do Estado frente ao modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Maranhão, território de antiga ocupação marcada pela chamada “pequena agricultura tradicional” e atualmente em fase de acelerada ocupação por grandes projetos agropecuários, tendo a soja e o eucalipto como expressão.

Destarte, destaco alguns aspectos que considero mais relevantes no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que explicam o papel da economia maranhense na divisão internacional do trabalho, caracterizada pela relação de dependência e subordinação. Características essas que acompanham o modelo de desenvolvimento brasileiro desde as primícias da colonização.

Para uma melhor compreensão é importante demarcar que a ideia de desenvolvimento ao longo do processo da organização econômica brasileira não assume caráter de unanimidade. Com isso quero dizer que esta questão tem sido tratada por várias correntes teóricas representadas por pensadores clássicos, em concepções muitas vezes completamente divergentes, ainda que eventualmente complementares. O importante neste momento é o fato de que tais concepções foram, ao longo da história, influenciando os programas e iniciativas econômicas, tanto estatais quanto privadas, que, nesse processo, deram concretude às referidas contradições.

Para Bielschowski (2000) as ideias que fundamentam o pensamento econômico brasileiro tiveram a influência teórica de três correntes de pensamento: os liberais, os desenvolvimentistas e os socialistas. Importante observar que, de acordo com o autor, para qualquer economista “o desenvolvimento corresponde essencialmente a um processo de elevação da produtividade” (p.53).



Discorrendo sobre as correntes de pensamento, o autor esclarece que para Eugenio Gudín, um dos mais influentes economistas do pensamento liberal, o principal instrumento de desenvolvimento é a livre movimentação das forças de mercados, de forma a garantir sua operação eficiente. Para isso, na sua concepção, se fazia necessário preservar o equilíbrio monetário e cambial, assim como era preciso evitar a intervenção governamental nos mecanismos de preços. Admitia a industrialização, mas desde que na forma de um processo lento, progressivo e absorvedor de mão-de-obra. (BIELSCHOWSKI, 2000, p.53)

Enquanto os liberais se concentravam no mercado, os desenvolvimentistas concebiam a indústria como mecanismo de desenvolvimento e de superação da pobreza brasileira. No entanto, esta “dependia de um decidido apoio governamental, porque os mecanismos de mercado eram insuficientes e muitas vezes nocivos aos objetivos pretendidos”. Estes consideravam como os principais mecanismos de participação estatal, o protecionismo, planejamento e a participação direta em setores em que a iniciativa privada não estivesse presente. Dentre os pensadores desenvolvimentistas, Roberto Simonsen é considerado o principal ideólogo do setor privado. (BIELSCHOWSKI, 2000, p.84).

Apesar da importância teórica de Simonsen, Celso Furtado é reconhecido como a expressão dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público, e exerceu grande influência na política econômica brasileira. Segundo Bielschowski (2000), “seu estruturalismo o orientou na proposta de subordinação da política monetária à política de desenvolvimento e na proposta de planejamento de intervenção do estado em suporte à industrialização” (p.148).

As ideias defendidas por estes pensadores revelam que o debate dos economistas tinha como centralidade a política monetária e a definição do papel do Estado na política econômica. Cabe lembrar que vivenciavam um contexto marcado pelo desenvolvimento do modelo urbano-industrial brasileiro, cujas políticas privilegiavam o crescimento econômico, o controle inflacionário, a estabilidade da moeda e o controle das taxas de juros, dentre outros mecanismos de política econômica e monetária. Neste processo, a indústria seria o caminho para organização da força de trabalho e superação dos indicadores de pobreza.

Importante observar que o debate sobre o desenvolvimentismo no Brasil não ocorreria descontextualizado. Em escala internacional havia várias iniciativas e proposições para o desenvolvimento, tendo

como referência a disputa entre os projetos macrosocietários. Nesta disputa, os países imperialistas representados pelos Estados Unidos instituíram vários programas de desenvolvimentos para os países chamados periféricos.

Para América Latina e Caribe, a Organização das Nações Unidas (ONU), criou - em 1948 - uma de suas cinco comissões econômicas regionais, a CEPAL. A referida Comissão tinha como objetivo monitorar as políticas e assessorar as ações direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana. Na concepção de Bielschokvski (2000) “a teoria de desenvolvimento da CEPAL foi a principal ferramenta analítica antiliberal usada no debate econômico brasileiro” (p.16).

Para aquele autor o sistema analítico que compõe a teoria de desenvolvimento da CEPAL teria sete aspectos principais. De forma resumida, destaco a caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da periferia, desenvolvendo o conceito de “Centro-periferia” para descrever o processo de difusão do progresso técnico; a identificação de um processo de industrialização espontâneo e o significado a ele atribuído; a industrialização na periferia vista como padrão de desenvolvimento; a tese estruturalista sobre a inflação; a tese da substituição de importações; a proposta de planejamento; e o protecionismo como forma de enfrentamento ao pensamento ortodoxo do livre comércio.

Com grande influência nos governos instituídos na América Latina, particularmente no Brasil, mecanismos defendidos pela referida Comissão, como formas de planejamento, determinaram tanto o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) como a política de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro - no final dos anos 1950 e início da década de 1960 -, e ainda o plano trienal do governo João Goulart, em 1962, tendo como expoente o economista Celso Furtado, representante mais importante desta comissão no país.

O plano trienal planejava conciliar três dimensões do planejamento: a estabilização monetária, a continuidade dos investimentos e do crescimento e as reformas institucionais, dentre elas a reforma agrária (BIELSCHOWSKI, 2000, p.149).

A conciliação de crescimento econômico com as demais dimensões pretendidas, já alertava Furtado, exigiria forte ingerência do Estado brasileiro, com vista ao controle da economia do país. Estava em curso um processo de expansão e acumulação capitalista, cujos registros históricos apontam para supremacia dos interesses “do centro” sobre

necessidades e objetivos buscados por economias caudatárias associadas à periferia, conforme teorizava a CEPAL.

Ainda discorrendo sobre as correntes econômicas, Bielschowski destaca o contexto do pensamento socialista, as ideias e debates do Partido Comunista Brasileiro – PCB, no período de 1945 a 1964. Segundo ele, sob orientação stalinista, aqueles pensadores defendiam a implantação de uma democracia burguesa através da luta armada. Ao sair de sua conturbada fase de ilegalidade, o PCB defenderia reformas na “estrutura econômica e social” que ampliassem as intervenções do estado sobre a economia do país, num programa de reformas políticas que viabilizassem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais – consideravam, dentro do partido, que um desenvolvimento capitalista não seria possível num Brasil caracterizado por relações feudais e neocoloniais. Diante disso, “o conteúdo econômico da etapa não poderia deixar de ser burguês, ainda que com forte orientação para ampla intervenção estatal (...) e para regimes sociais” (pg. 184).

Uma noção importante adquirida na escassa produção intelectual advinda dos anos instáveis entre legalidade e ilegalidade do Partido está presente na obra de Caio Prado “*História Econômica do Brasil*”. Trata-se do conceito “anti-imperialista”, apontado o imperialismo como inimigo da burguesia nacional e do desenvolvimento de uma economia independente, assim como da situação latifundiária do país, destacada como um entrave na contradição entre forças produtivas e imperialismo.

Marcada pelas fases de curta duração de legalidade e seguida de isolamento subsequente, o PCB esteve impedido de amadurecer suas ideias acerca do desenvolvimento. Para Bielschowski “um clima intelectual adequado ao debate por parte dos socialistas só começaria a ser atingido na segunda metade dos anos 1950”. Nesta perspectiva surge o manifesto de agosto de 1950, que conclamava amplos setores da sociedade para a grande “FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL”, elencando proposições econômicas básicas de cunho socialista, tais como: a entrega da terra a quem trabalha; o desenvolvimento independente da economia nacional; o imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; a educação gratuita a todo o povo brasileiro, dentre outras medidas com ênfase para a soberania econômica e militar do país (PCB, s/d)

Naquele contexto, objetivava-se uma aliança tática da população com capitais e empresas da burguesia brasileira, para enfrentamento aos interesses do imperialismo norte-americano, com

ênfase na defesa da indústria nacional. Previam a proibição da importação de produtos que prejudicassem as indústrias existentes ou dificultassem a criação de novas e o oferecimento de facilidades para aquisição de equipamentos e matérias-primas necessárias ao desenvolvimento nacional.

Para Bielschowski (2000), o PCB, a partir de 1954, tomou consciência de seu isolamento (p.190), engajando-se no governo de Kubistchek. Com isso, reagrupou os setores progressistas brasileiros e reacendeu a áurea intelectual do Partido, num esforço de conciliar-se com a tese da “etapa democrático-burguesa”, que seria plenamente adotada no V Congresso em 1958. (p.191).

Passa-se a definir nas décadas subsequentes um programa de desenvolvimento econômico com ênfase a industrialização; a busca de ajuda econômica estrangeira sob a forma de financiamento; desenvolvimento dos sectores econômicos fundamentais através do capitalismo de Estado: petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transportes e outros; ampliação e diversificação do comércio exterior, mediante a intensificação das relações comerciais; o monopólio estatal de câmbio; a aplicação da receita de divisas com prioridade para as importações essenciais; combate à inflação e valorização da moeda; impulsionar o desenvolvimento do Norte e Nordeste, através de investimentos básicos do governo federal com fornecimento de créditos, facilidades para a obtenção de divisas, assistência técnica; e reforma agrária. (BIELSCHOWSKI, 2000, p.54 e 55).

Este debate, organizado por Bielschowski (2000), acerca do desenvolvimento abordado por ideólogos clássicos das três principais correntes de pensamento econômico brasileiro é complementado por Sawaya (2006), que categoricamente distingue desenvolvimento de política de crescimento econômico, a partir de uma lógica marxiana, dizendo que:

Não existe, na lógica de Marx, uma relação direta entre crescimento econômico capitalista e desenvolvimento no sentido de diminuição da pobreza e inclusão social. Existe, ao contrário, uma forte tendência para que ocorra uma elevação

do empobrecimento e da exclusão com o desenvolvimento dos processos de acumulação, concentração e centralização de capital que caracterizam o capitalismo. (p. 117)

Porém, Marini (2005), ao discutir a natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro afirma que este:

Tem conduzido a uma integração crescente à economia capitalista internacional e tem motivado uma completa inadequação da estrutura de produção à necessidade de emprego e salário das massas trabalhadoras, tudo isso não em caráter circunstancial, e como consequência da sobrevivência de reminiscências coloniais, mas sim, pela própria dinâmica do crescimento econômico em uma economia capitalista periférica. (MARINI, 2005, p.106)

Esta posição de Marini emerge de sua crítica à tese de Caio Prado Jr sobre a revolução brasileira, que marcou o debate do PCB acerca da questão agrária. Para Prado Jr., a questão da terra estaria resolvida antes pelo capitalismo, a partir de quando “as relações sociais capitalistas se estendessem por toda agricultura” (STEDILE, 2005, p.13).

Diante do exposto, fica claro não haver consenso teórico sobre o desenvolvimento brasileiro. Porém, mesmo divergentes, os pensamentos nos permitem avançar na leitura sobre a natureza da relação capitalista que se estabelece no Brasil, cujo marco temporal são os prelúdios da colonização, ou em outros termos, a expansão do capitalismo comercial europeu até a fase imperialista contemporânea da questão agrária, que tem como marco o latifúndio e a concentração. Com tal concepção, estaria descartada a ideia de que no curso do desenvolvimento brasileiro, o latifúndio retrógrado e improdutivo seria eliminado pela necessidade natural das relações de produção capitalista, tendo os camponeses como sujeitos no processo de dinamização da economia na perspectiva de industrialização e abastecimento interno.

Sobre esta questão, Ribeiro (1987) afirma que, não somente a eliminação do velho latifúndio não se efetivou no processo de desenvolvimento, como não se constituiu em obstáculo para o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, pois a superação das contradições no seio da classe dominante o incorporou no modo de

produção capitalista, perdendo assim a característica de atraso e “se tornando capitalista no sentido pleno”. (p.53).

De maneira geral, destaca-se, então, que temos um processo de desenvolvimento que emerge das contradições geradas do final do período agro-exportador, marcada pela reestruturação da dinâmica de acumulação ampliada do capital, que passa a ter como novo centro dinâmico a produção interna, via a nascente industrialização brasileira.

Conforme já destacamos, o papel que ocupava o Estado na economia era considerado pelos economistas, de forma geral, essencial para o contexto que se engendra a partir das transformações iniciadas em 1930, marco da industrialização moderna nacional. Neste processo, destacam-se as medidas de intervenção do Estado na economia, com “estímulo aos investimentos e à manutenção da demanda efetiva, bem como redução de custos de produção com o objetivo de aumentar a taxa de lucro, até os subsídios à exportação de bens de capital e restrições das importações” (RIBEIRO, 1987, p.22).

Tem-se como referência a ideia de Ribeiro (1987), para quem, dentro do regime capitalista, a intervenção do Estado na economia pode assumir duas formas básicas: a) a intervenção indireta, através de medidas de política e b) intervenção direta, através da apropriação e gestão, por parte do Estado, de meios de produção. (p.21)

Para o autor em questão, o processo de intervenção do Estado na economia, encontra-se ligado às contradições do processo denominado capitalismo monopolista de Estado, acontecendo de forma paulatina, em que:

O Estado deixa de ser dos capitalistas para se transformar no Estado do grande capital financeiro e industrial, no Estado que defende os interesses da burguesia como classe “para si”, mesmo que isto implique estar contra os interesses imediatos de certos setores da classe capitalista. (RIBEIRO,1987, p.22).

Nesta perspectiva, uma agenda desenvolvimentista ao longo de 03 décadas possibilitou ao Estado brasileiro amadurecer seu papel fundamental de incentivar o desenvolvimento capitalista. Apesar da retórica nacionalista reiterada desde o populismo de Vargas, afirmando que o Estado “objetivava” o fortalecimento da economia e a superação da pobreza extrema - através das medidas de intervenção já mencionadas - constata-se o fortalecimento do capital privado, seja local, seja internacional.

Este quadro pode ser melhor observado a partir de 1942, quando as intervenções diretas do Estado brasileiro ganham relevância com a criação de vários organismos destinados a atender de forma estratégica a economia nacional. Como exemplos, destacam-se a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a Petrobrás (em 1953). Este processo de criação e expansão de estatais confere dinâmica que acompanha todo o governo de Juscelino Kubitschek constituindo, na opinião de Ribeiro, o período de implantação de “um capitalismo de Estado” (RIBEIRO, 1987, p. 22 e 24).

Estas empresas resultam do processo de acumulação capitalista instaurado no pós-guerra (1939-1945), afetando a economia brasileira nas décadas seguintes, que foram de expansão e crescimento. Seu esgotamento no final dos anos 1960, traria novo conjunto de mudanças na estrutura econômica, bem como na redefinição do papel do Estado (DURANS, 2008, p.37).

De fato “o pós-guerra”, o período destacado por Durans (2008), se apresenta como de grande importância histórica pra a reestruturação política e econômica no país, revelando que a questão brasileira é, na sua essência, consequência da questão do capital internacional. Ou seja, as relações no pós-guerra abrem um cenário de perspectivas e contradições econômicas e sociais em vários países, onde o crescimento dos investimentos do capital se dá de forma desigual e excludente. Disso resultam conjunturas que implicarão em processos de resistências e mudanças políticas profundas, ao longo das décadas seguintes. No caso do Brasil, isso culminaria no golpe militar de 1964, em resposta aos interesses de setores da classe dominante, associados a interesses do capital internacional.

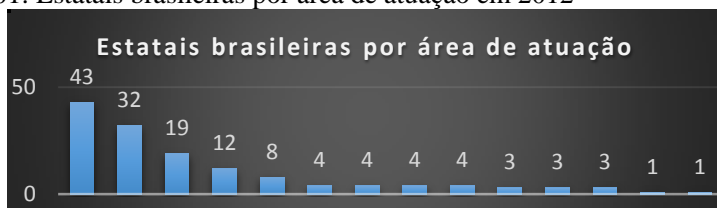
Nesta perspectiva, as estatais brasileiras se estruturam com ênfase na industrialização de bens de produção, sobretudo na extração mineral, na produção química e metalúrgica. Porém, apesar do discurso nacionalista do governo brasileiro, o capital internacional não deixou de ter privilégios, pois, enquanto as empresas nacionais se dedicavam a este tipo de produção de base, as empresas estrangeiras dominavam os setores ditos modernos na época, como a eletrificação, transportes, fármacos, borracha e fumo. Em termos das indústrias nacionais privadas, estas estiveram voltadas para exploração de mobiliário, madeiras, celuloses, têxteis, bebidas dentre outros setores considerados tradicionais.

Uma pesquisa por amostragem revela que no Brasil de 1972, eram a empresas privadas (multinacionais e nacionais) que mais

acumulavam, detendo, juntas, 64,6% do patrimônio líquido e 79% do faturamento empresarial total (RIBEIRO, 1987, p.27).

No que se refere à área de interesse dessas empresas, apenas para ilustrar, destaco o perfil das 141 maiores estatais brasileiras em 2012. Segundo o ministério da Fazenda (MF), na ocasião elas se estendiam a 14 áreas de atuação, concentrando-se na extração de petróleo e derivados (43 empresas, o que significa 32,5% do total). Em seguida, no setor de energia elétrica (32 empresas, 22,7% do total). Estas e outras são apresentadas no gráfico a seguir.

Figura 01: Estatais brasileiras por área de atuação em 2012



Fonte: elaborado a partir de dados do do MF, perfil das estatais brasileira 2012

Como se pode ver, os dados mostram de forma clara que os investimentos estatais brasileiros se concentram nas áreas de extração mineral e de energia, seguidas dos setores financeiros. Isto caracteriza investimentos destinados ao suporte de atividades a serem conduzidas em áreas mais rentáveis, oferecidas ao capital privado.

Também revela decisões estratégicas orientadoras de objetivos relacionados ao aporte de recursos escassos, que poderiam impulsionar outras áreas do desenvolvimento nacional. Em outras palavras, desprestigiando setores importantes para a sociedade brasileira, a exemplo de saúde, moradias, estradas, educação, pesquisas, apoio ao desenvolvimento territorial e rural, etc. O quadro ilustra a situação delicada em que se encontram as perspectivas de desenvolvimento nacional, considerando que o setor de pesquisa, área fundamental para qualquer país, conta apenas com 3 empresas.

O orçamento do Programa de Despendidos Globais – PDG divide as estatais em dois grupos. As empresas do Setor Produtivo Estatal – SPE: “empresas que produzem bens e serviços tais como insumos básicos, pesquisas, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e transportes”, e o setor de Instituições Financeiras: “empresas estatais que operam no mercado financeiro e cuja atividade é



regulada primordialmente pela Lei Nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964”. (BRASIL, 20012, p.09)

A tabela a seguir possibilita uma leitura dos investimentos nacionais por setores no período 2002 a 2012, conforme segue:

Tabela 01: Investimentos por setor/grupo

<b>INVESTIMENTOS POR SETOR/GRUPO (em R\$ milhões)</b>					
<b>SETOR/GRUPO</b>	2002	2009	2010	2011	2012
<b>Setor Produtivo Estatal</b>	17.620	69.131	81.513	80.259	94.839
<b>Grupo Petrobras</b>	13.349	62.530	74.552	71.285	85.984
<b>Grupo Eletrobrás</b>	3.401	5.190	5.279	6.775	5.924
<b>Demais</b>	869	1.411	1.681	2.199	2.931
<b>Setor Financeiro</b>	1.249	2.015	2.463	2.209	3.129
<b>TOTAL</b>	<b>18.868</b>	<b>71.146</b>	<b>83.975</b>	<b>82.468</b>	<b>97.968</b>

Fonte: Siest

Estes dados, como se pode observar, confirmam a prioridade do setor petrolífero e energia a partir dos valores PDG, absorvendo maior fatia do dispendido, cujo percentual médio dos 05 anos é de 89,61% do total do PDG para Petrobrás, 74% para Eletrobrás e os demais totalizam 2,65%. Quanto ao setor financeiro, este totaliza 3,22%.

No marco histórico, iniciamos em 1930 a etapa desenvolvimentista brasileira, tendo como áurea deste processo os anos de 1968 a 1973, o chamado “milagre brasileiro”, favorecido pelo contexto de expansão do capital internacional, que encontrou no Brasil as condições ideais de abertura para entrada de capital externo, provocando a euforia de crescimento dos anos dos governos militares. Em nossa historiografia clássica, a leitura de consenso acerca deste período é de que foi um processo de muita turbulência. Pois, tal otimismo econômico contrastava num contexto de muita repressão e cerceamento de liberdades que mergulhavam o país num período de tensões sociais e políticas frenéticas em todo o território nacional. As tentativas do governo de conquista do imaginário popular com uma forte

campanha sobre o crescimento da economia<sup>3</sup>, com os *slogans* “Brasil ame-o ou deixe-o!” E “Pra frente Brasil!”.

Dentre os efeitos deste período “glorioso” da economia brasileira, o endividamento externo do país é a sua principal contradição, expressando o padrão de financiamento na década de 1970, cujo efeito foi o endividamento externo para custear as empresas privadas e estatais instaladas no período em questão. Sobre isso nos diz Cruz (1984):

A partir do final dos anos sessenta a dívida bruta inicia uma trajetória de crescimento acelerado passando de 3.8 bilhões em fins de 1968 para 12.6 bilhões de dólares em fins de 1973 Isto significa que o primeiro movimento de aceleração da dívida externa coincide, temporalmente, com o ciclo expansivo de 1968/73. (p.06)

Ainda sobre o ciclo expansivo, destaca o autor que “O coeficiente de importações sobre a oferta total cresceu para os bens manufaturados no seu conjunto e, em especial, para os bens intermediários e de capital”. Sendo as importações de bens intermediários favorecidas pelo atraso de programas governamentais em setores considerados estratégicos como, por exemplo, o polo siderúrgico. E as de bens de capital foram resultadas da “política econômica francamente estimuladora da importação de tais bens que prevaleceu no período 1968/70 e que certamente operou como inibidora do crescimento da produção doméstica”. (CRUZ 1984, p. 08)

Nesta perspectiva mencionada por Cruz (1984), a economia brasileira se constitui num espaço ideal para a expansão do capital estrangeiro nos diferentes ramos da indústria de transformação devido à elevada disposição para importações no período. No entanto, a crise econômica dos anos 1970, ocasionada pelo aumento do preço do petróleo, tem efeito direto na economia do mundo capitalista,

---

<sup>3</sup> Em linhas gerais, o milagre econômico, ocorre no período 1968 a 1973, estando a frente o governo Emilio Garrastazu Médici e Delfim Neto no ministério da fazenda, promoveram um processo de crescimento da economia, cujo efeitos puderam ser vistos em todos setores da sociedade brasileira. Era marcado pela Alta taxa de crescimento do PIB que salta de 4% em 1968 para 14% em 1973, aumento da taxa de inflação, vultosos aportes financiamentos externos, investimento nos setores de produção estatal e privado, fazendo cresce a indústria petroquímica, energia elétrica, agricultura dentre outros.

submetendo-o a uma recessão sem precedente até o fim dos anos 1980, período denominado de “década perdida”.

Considerando o contexto da crise do capital desencadeado na década de 1970, a alternativa para tal crise estaria no redirecionamento da política econômica, deslocando-se do centro para periferia, expandindo-se sobre a economia dos Estados-nação, elevando-se as formas de participação direta do Estado na perspectiva de industrialização e controle de políticas para a agricultura. Com isso o capital se expande por meio de dinâmicas de mercado. Abrem-se novas áreas de fronteiras de produção, a exemplo da Amazônia e dos cerrados, com participação direta do Estado na regulamentação do mercado de terras e incentivos para atração de capitais.

Discorrendo sobre o processo na Amazônia, Picoli (2012) afirma que os investimentos capitalistas nesta área resultaram em “um grande complexo de exploração dos recursos naturais, destacando-se os de exploração de minérios, agropecuários e industriais, principalmente de transformação de madeiras” (p.42).

Para o autor esse processo fazia parte da “filosofia de entrega do patrimônio brasileiro, e a internacionalização dos espaços deixaram grandes sinais de expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, à custa dos índios e dos trabalhadores.” (p. 47).

A seguir, procedo com a listagem das principais empresas instaladas na Amazônia Brasileira no período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985 a partir dos dados do autor supracitado.

Tabela 02: Principais empresas instaladas na Amazônia Brasileira (1964 – 1985)

Nome das empresas	Tamanho das áreas em hectares
<b>Projeto Jarí S.A</b>	1.500.000
<b>Suiá-Missu</b>	678.000
<b>Codeara</b>	600.000
<b>Georgia Pacific</b>	500.000
<b>Bruynzeel</b>	500.000
<b>Robim Mac Glolm</b>	400.000
<b>Toyamnka</b>	300.000
<b>Volkswagem</b>	140.000
<b>Total de áreas</b>	<b>4.618.000</b>

Fonte: Picoli (2012)

Os dados da tabela 02 revelam as características concentradoras de terra, se comparamos com os números da reforma agrária, as nove empresas listadas juntas detêm aproximadamente a mesma área dos 1005 assentamentos no estado do Maranhão que beneficiam 130.161 famílias em 4.696.454,70 ha. Ou ainda podemos comparar o fato de que a área do projeto Jarí é superior a toda a área dos assentamentos de reforma agrária dos estados de Espírito Santo, Paraíba, Goiás e Paraná que juntos somam 1.464.571,80 há de área desapropriada. (INCRA, 2015)

Para Alves (2012), esta etapa da história econômica brasileira emerge da crise estrutural do capital da década de 1970. Para o autor, a década em questão “inaugurou uma nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõem a fenomenologia do capitalismo global com seus “trinta anos perversos” (1980 - 2010).

Essa alteração no espaço temporal da sociedade brasileira na década de 1970, que bem destaca o autor, refere-se, sobretudo, ao cenário de crise que perdurou por toda a década subsequente, marcada pelo fim do milagre em 1973 e produzindo o que se convencionou chamar de a “década perdida”, 1970-1980). Neste período tivemos a grande crise do petróleo, cujo aumento brutal dos preços provocou um quadro de recessão econômica, com baixas taxas de crescimento em todo o mundo capitalista.

Esta particularidade do modelo brasileiro, ou seja, a garantia dos interesses oligárquicos locais com sobrevidas nas novas formas de concentração, expressa a principal contradição do modelo em curso, cujas relações locais de dominação não permitiam um processo de desenvolvimento que superasse as desigualdades regionais e de classes, conforme propunha Celso Furtado.

O Maranhão, enquanto realidade desta pesquisa, pode ser considerado como o estereótipo do contexto da relação de integração econômica com o capital e possibilita sua expansão via grandes empreendimentos de natureza exploratória das riquezas do estado, que constitui excelente fornecedor de matéria prima, assumindo papel de destaque no atual padrão de crescimento econômico.

Este papel desempenhado pelo estado do Maranhão pode ser justificado pelos números apresentados pelo Ministério de Agricultura e Produção Agropecuária - MAPA, que mostra que em 2014 o estado ocupou o segundo lugar no ranking da região Nordeste - NE, no que se refere ao Valor Bruto da Produção agropecuária - VBP, sendo um total

de R\$ 5.668.553.731,65, contra R\$ 5.115.446.578,48 em 2013, um crescimento superior a 10%. Assim, o Maranhão ocupa hoje o 12º lugar no ranking nacional, e no Nordeste está atrás apenas da Bahia, conforme informações do Jornal do Estado do Maranhão (2015).

Esta posição de liderança na VBP, noticiada pela mídia regional, é analisada por Mesquita (2011) que conclui que a agricultura maranhense “triplicou a taxa de expansão no período de 1990/1995 e 2000/2004, passando de 2,8% para 10% ao ano. Avançando bem mais que a indústria e serviço” (p.33).

Para o autor as políticas de desenvolvimento, e aí está falando principalmente do período neoliberal, não cumpriram o objetivo de desenvolver de fato o estado, com melhoria das condições de vida, mas, “ao contrário, aumentou as desigualdades e liquidou segmentos produtivos socialmente importantes dentro e fora da agricultura, que empregam milhares de pessoas” (p.32).

Considerando a importância do papel assumido pelo Maranhão no contexto das transformações econômicas atuais, é necessária uma abordagem sobre o processo de inserção do estado à dinâmica macroeconômica.

Neste sentido, abordo a particularidade do Maranhão frente ao modelo de desenvolvimento, cuja reprodução do padrão e suas contradições serão recorrentes durante o texto. Destaco alguns autores cujas teses buscam aprofundar as causas do referido padrão, com ênfase na dinâmica socioeconômica e produtiva do estado, articulada ao contexto nacional e internacional.

Sobre esta discussão, Azar (2013) diz que no Maranhão predomina uma relação histórica de supervalorização das necessidades de acumulação do capital em detrimento das necessidades internas:

Desde sempre o Maranhão cumpriu papel importante na dimensão produtiva do além-fronteiras, seja na fase de formação, de desenvolvimento, seja na atual fase imperialista do capitalismo, e o termo comum em todas elas foi o atendimento às demandas externas, ou seja, em todo o seu processo histórico, o estado teve sua inserção na dinâmica econômica nacional e internacional de forma subalternizada, negligenciando-se a si mesmo, negando-se a responsabilidade de si, da necessidade de olhar para si, de defender-se das investidas e interesses externos. A primazia dada pela economia estadual

foi ao atendimento das necessidades para a acumulação do capital, negligenciando no processo, as necessidades da sociedade. (p.42)

Esta afirmativa nos faz pensar o Maranhão numa perspectiva histórica, cujas formas de planejamento econômico local aparecem inalteradas, reproduzindo-se uma certa “estagnação secular” em todas as dimensões da organização social maranhense. Esta visão é defendida por Sousa (2001, p.208) quando diz que a “alternância de poder, funcionando no plano nacional desde a CF/88, não chegou ao Maranhão”. Ainda sobre esta estagnação, afirma o autor em pauta que já há quase meio século que o Maranhão mantém uma única estratégia de alternativa para o enfrentamento dos problemas estaduais. Em suas palavras: “temos sempre a reiteração do mesmo, isto é, as propostas de inserção na economia nacional são baseadas em grandes projetos enclavistas, os quais são apresentados como a redenção e o passaporte para o futuro” (p.208).

Na perspectiva abordada por Sousa (2001), grandes empreendimentos, como a Companhia Vale, Suzano Papel e Celulose, em Imperatriz - MA, o complexo soja, a pecuária de corte, dentre outros, inclusive os que não passaram do canteiro de obra como polo têxtil de Rosário - MA, e mais recentemente a Refinaria Premium em Bacabeira - MA, sempre ofereceram ao Maranhão a superação do atraso, cuja retórica, é de crescimento, atração de capital externo e geração de emprego. E neste contexto o Estado não desenvolveu tecnologias apropriadas para manter a produção e a produtividade agrícola, aproveitamento dos recursos hídricos abundantes, dentre outros itens que constituem o potencial do Maranhão.

Este processo, conforme já dissera Azar (2013) trata-se de “a primazia dada pela economia estadual foi ao atendimento das necessidades para a acumulação do capital, negligenciando no processo, as necessidades da sociedade”.

Nesta perspectiva de negligência do estado com os interesses e necessidades sociais e os privilégios dos incentivos de capitais, Mesquita (2011) faz uma outra leitura sobre a dinâmica econômica estadual, na qual a inserção do Maranhão na dinâmica de mercado globalizado culminou num processo que beneficia alguns setores, ainda que pontualmente. Para o autor, a dinâmica aqui instituída, beneficia:

Há grupos e segmentos, mas de forma pontual e se restringe, em particular aos intensivos em capital.

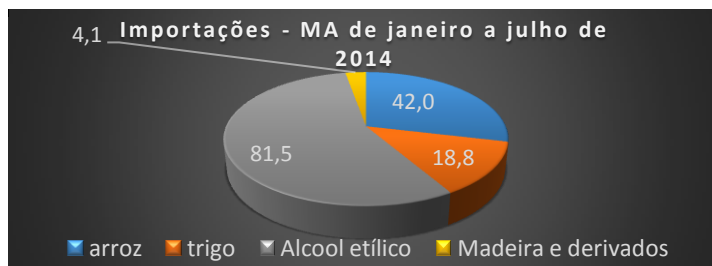
Os demais (de caráter familiar), ao contrário, são prejudicados ou paralisados por essa lógica neoliberal que iguala segmentos diferentes como a agricultura familiar e o agronegócio da soja e/ou pecuária empresarial (MESQUITA, 2011, p.34)

A concepção dos autores acima mencionados tem eco nos dados apresentados pelo Instituto Maranhense de Estudos Econômicos e Cartográficos - IMESC. Segundo este, em 2012, assim como em anos anteriores, o estado do Maranhão “continua com alta concentração na sua pauta de exportações em três commodities (alumínio, soja e produtos do complexo ferro), que representaram 89,29% do valor das exportações do Estado do Maranhão”, confirmando a análise de Mesquita. (IMESC, 2012)

Ou seja, os dados mostram claramente o privilégio dado pelo governo estadual à produção voltada ao mercado internacional. As consequências desta escolha podem ser observadas, por exemplo, na dificuldade de abastecimento de gêneros alimentícios para o mercado interno. Assim, o estado tem mantido uma relação superavitária na balança comercial no que diz respeito às diferenças entre as exportações e importações. “No acumulado de janeiro a julho deste ano, o saldo é de US\$ 460,2 milhões. No mesmo período do ano passado, o superávit foi de US\$ 325 milhões (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO)

Este mesmo levantamento do Ministério da Agricultura mostra que, do montante de US\$ 610,5 milhões exportados, somente a soja respondeu por US\$ 390 milhões, sendo o principal item da pauta exportadora do agronegócio maranhense, conforme indicam dados a seguir.

**Figura 02:** Valor de importações do Maranhão de janeiro a julho de 2014 em milhões de dólares.



Os dados supracitados nos chamam atenção ao menos em um dos itens da pauta de importação, o Arroz beneficiado, com capacidade produtiva estagnada em 677 mil toneladas na série 1990 - 2013 segundo o IBGE.

No ranking das exportações, fica clara a liderança da soja, principal atividade agrícola na composição do PIB maranhense e no VPB, conforme mencionado anteriormente.

**Figura 03:** Exportações no Maranhão de janeiro a julho de 2014 em milhões de Dólares



Fonte: MAPA (2014)

Os dados nos mostram o retorno do algodão entre os itens de exportação como segundo item na balança de exportação. O destaque se dá pelo possível retorno da cotonicultura pela atividade empresarial, sem a participação dos camponeses e pequenas propriedades, como nas décadas de 1970 e 1980. Esta observação também é válida para o milho e a carne, na composição da pauta do agronegócio maranhense. Ao mesmo tempo, a pauta de importação, na qual o arroz é o segundo item mais importante, revela o declínio de produtividade de uma cultura realizada nas pequenas propriedades. Para (MESQUITA, 2011, p.34) este seguimento encontra-se prejudicado, revelando uma estagnação econômica por depender exclusivamente do desenvolvimento do mercado interno, ou seja, da renda per capita dos maranhenses para se estabelecer econômica e socialmente, principalmente os 36,92% da população que vive no campo maranhense, segundo o IBGE, (2006)



Importante observar que o estado do Maranhão se caracteriza não pela urbanização, mas principalmente pelos padrões rurais, sendo que somente em 1996 a população urbana passa a ser maior do que a rural. Fenômeno que, para ser explicado, precisa, entre outras coisas, considerar a tendência de mobilidade histórica que ocorre em todas as regiões do Brasil. Sendo que se observa uma intensidade ainda maior deste processo no período das políticas neoliberais implementadas nos anos 1990, que promoveram, dentre outros, a expansão da agricultura para as novas regiões de fronteiras. No Maranhão, este processo se dá com a implantação dos grandes projetos “embalada nas promessas de que estes transformariam o Estado em um polo siderúrgico-exportador com início de uma nova etapa da industrialização no Maranhão” (SOUSA, 2001, p.208).

A partir da historiografia, é possível destacar que, em todas as fases da economia brasileira, a economia maranhense se insere com papel de destaque. Num processo que autores como Arcangeli (1989) e Furtado (2000) vão chamar de inserção e reinserção da economia do estado na divisão nacional e internacional do trabalho. De modo geral, pode-se considerar que este processo é marcado por ciclos de ascensão e crises determinadas principalmente pela dinâmica externa do capital internacional.

Arcangeli (1989) nos dá uma ideia deste processo ao sistematizar os marcos principais, relacionando cinco fases ao longo dos séculos de formação social e econômica do Maranhão. São elas: a conquista e povoamento inicial ou a ocupação da província até a segunda metade do século XVIII; a inserção na divisão internacional do trabalho, ocorrida na segunda metade do Sec. XVIII até a libertação dos escravos; a involução econômica que se dá até a segunda Guerra mundial; a inserção na divisão nacional do trabalho no período dos anos 1950 até 1985; e a década de 1980, marcada pela implantação do Projeto Grande Carajás<sup>4</sup> sobre o que abordarei posteriormente.

---

<sup>4</sup> O Projeto Grande Carajás - PGC, foi um investimento do governo brasileiro iniciado em 1970 em aliança com o capital internacional com o objetivo de explorar as jazidas minerais da Amazônia Oriental, principalmente minério de ferro. Executado pela empresa, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, e um conjunto de terceirizadas. O PGC abrange os estados do Pará, Maranhão e Tocantins e está ligado ao porto de São Luís do MA pela Rodovia Carajás como parte de uma moderna estrutura modal ferroviário e rodoviário para escoamento principalmente de minérios, mas também a exportação de *commodities* agrícolas e celulose associadas o PGC.

A primeira fase apontada pelo autor é marcada pela inserção do estado no processo global de acumulação primitiva, “em andamento na Europa”. Fase que emerge do processo inicial de colonização, demarcada pela incursão contra os indígenas e exploração dos territórios do vale do Itapecuru e Mearim nas regiões Norte e Centro Norte do estado. Estiveram à frente deste processo as missões jesuíticas, mas que “entra em decadência com perseguição que sofreu na época de Pombal” (FURTADO, 2000, p.96).

A ofensiva de colonizadores portugueses no Maranhão ocorre principalmente a partir de 1914, destacando-se dos estados do Nordeste, principalmente Pernambuco e Bahia com destino ao Maranhão, com o objetivo de expulsar os franceses e iniciar o povoamento da região, pondo fim à França Equinocial, marcando assim o início da colonização portuguesa nessa Capitania e constituindo-se na primeira frente de expansão, que primeiramente pode ser chamada de frente litorânea e que se expande para outras regiões ampliando o controle direto do Estado português (CABRAL 1992, p.61).

A inserção do estado na divisão internacional do trabalho se define pela ascensão da economia privilegiada por fatores externos que possibilitaram ao Maranhão constituir-se como grande fornecedor de matéria-prima para o processo inicial da revolução industrial inglesa no último quartel do século XVIII. Sobre isso, Furtado (2000) diz que a Colônia vivia uma nova etapa de dificuldades, afetando fatalmente as exportações dos polos de açúcar e de ouro. Na concepção do autor, “Os três centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam”. Mas segundo o estudioso, o Maranhão era o único que prosperava, devido a fatores como a “Criação da Companhia do Comércio altamente capitalizada e que financiava o desenvolvimento da região mais pobre do Brasil” (p.96).

A guerra de Independência dos EUA (1760-1770) modifica o mercado de produtos tropicais, e na sequência há ainda a revolução industrial da Inglaterra, que passa a demandar matérias-primas específicas, principalmente de algodão, arroz e couro. Estes acontecimentos abrem uma oportunidade única para a referida companhia do comércio, que passa a receber grande quantidade de negros<sup>5</sup> e focar na produção e exportação de dois produtos que

---

<sup>5</sup> Segundo ANDRADE,1988, p.211), no período de 1812 a 1820, entraram no porto de São Luís 36.456 escravos. Uma média de 4.500 por ano, na sua maioria para as fazendas de cana-de-açúcar do vale do Pindaré e do Algodão no vale do Itapecuru-Mirim.

demandava a Europa no período: arroz e algodão (FURTADO, 2000, p.96).

Observa-se que o fator força de trabalho é determinante para a decisão de desenvolver a produção primário-exportadora do período, até então, composta por indígenas que não se adaptaram ao trabalho forçado. Diante disso, decide-se pela aquisição e exploração da força de trabalho escrava, sendo, para isto, feita a compra de negros traficados do continente africano.

Com condições propícias, devido ao contingente de negros disponível e à conjuntura econômica internacional, este é um período áureo da então Província, com instalação de fábricas e usinas de algodão, beneficiamento do arroz, e de peles de bovinos. Acontecem inovações de variedades mais produtivas como sementes de arroz, que tornaram o Maranhão o principal centro agroexportador na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Tal condição possibilita a instalação, em São Luís, de uma “burguesia rica, consumidora de produtos finos europeu e educada à europeia” (ANDRADE, 1988, p. 209)

Tratando sobre a produção da província maranhense no período, Prado Jr, (1999) explica que o avanço da cultura do algodão no Nordeste, em geral, e no Maranhão, em particular, é facilitado pela simplicidade do seu sistema de produção, pois é um produto nativo da América, e inclusive do Brasil, portanto produzido nacionalmente, mas no Maranhão encontra condições de clima, solo, força de trabalho e principalmente financiamento. Pois a “Companhia do Comércio Grão-Pará e do Maranhão fornecia crédito, escravos e ferramentas” (p,82). Neste contexto destaca o autor que:

Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte daí, do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitânias. Deveu-se isto em particular a companhia do comércio Grão-Pará e do Maranhão. (p,82).

O autor em destaque faz ainda, sobre o processo, uma análise específica sobre o uso da força de trabalho escrava, que na condição negra, apresenta papel importante. Neste sentido, destaca que as transformações que vão ocorrer no Maranhão não são apenas na

economia, uma vez que a cotonicultura no período traz também o escravo africano, que vai modificar a feição étnica regional. A intensidade da participação negra na produção de algodão leva o autor a considerar que “o algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão” (PRADO Jr, 1999, p.82).

Porém, a precariedade do sistema agroexportador possibilitou ao Maranhão uma curta fase de prosperidade econômica que se finda por vários fatores, dentre eles as alterações no mercado externo, quando é superada pelos países colonizadores europeus, a “anormalidade no quadro de comercialização de produtos tropicais” da Europa. (FURTADO, 2000, p.97)

No entanto, Andrade (1988) destaca que as limitações para a produção no Maranhão na época vão marcar o estado até os dias atuais. O autor trata aqui da rizicultura e da cotonicultura. A primeira perdia em competitividade com outras regiões pela sua exigência de solos melhores (solos recém desbravados) e “devido às distâncias e fretes, perdia gradativamente competitividade no mercado internacional”. A segunda limitação elencada foi a técnica atrasada para o processamento da lã de algodão. O resultado é um produto de qualidade inferior ao que era produzido por outros estados concorrentes, a exemplo de Pernambuco. Tais fatores, no entanto, favoreceram a produção de cana-de-açúcar, que avança em extensão a partir do emprego da força de trabalho escrava, principalmente negra. Ou seja, com a crise do algodão os investimentos voltam-se para a produção de açúcar.

Passada a euforia<sup>6</sup>, o Maranhão permanece sendo:

(...) um fornecedor marginal de matéria-prima para a Europa, condição que perpassa todo o século XIX, voltando o estado em momentos pontuais a exportar algodão em grande quantidade, como aconteceu durante a guerra civil americana na segunda metade do século XIX. (MESQUITA 2011, p.25).

No que se refere à questão do campo propriamente dito, emerge deste período colonial um segmento social extremamente importante na tipologia do camponês maranhense, o quilombola,

---

<sup>6</sup> Euforia é um termo empregado por Celso Furtado para explicar o surto exportador do Maranhão, surto este privilegiado pelas adversidades da economia europeia, principalmente o conflito entre Inglaterra e França, e a independência americana.

população bastante expressiva em números e participação ativa na vida social e econômica da Província. A importância social do negro no Maranhão, na época, pode ser expressa pela Batalha da Balaiada (1838), conhecida como o levante de amplo setor da população pobre do Maranhão contra o comando político dos fazendeiros no interior do estado. Foi liderada por um negro, ex-escravo, o Cosme Bento, conhecido como Negro Cosme, um dos personagens mais citados da história maranhense.

Dando prosseguimento às fases definidas por Arcangeli (1989), a fase de involução econômica emergiu de crise de força de trabalho gerada com a libertação dos escravos em 1888, também compreendida como a crise da grande propriedade fornecedora de produtos agrícolas tropicais, pelos fatores já mencionados, assim como pela ascensão do sistema de pequena produção à margem da grande propriedade, cuja produção de algodão se manteve associada ao sistema de subsistência e ao abastecimento interno, ao extrativismo. Estes sistemas se reproduziram a partir de relações não capitalistas como aquelas entre moradores, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários que vivem entorno da grande propriedade (MESQUITA 2011, p.26).

Ou seja, com a libertação dos escravos, com a Lei Áurea, os negros vão sair das fazendas e constituir espaços próprios de reprodução da vida, formando quilombos mata a dentro; saindo do controle dos senhores de engenho, mantendo sistemas de subsistência, produzindo principalmente para a família na perspectiva de formar também, os sistemas de subsistência.

Uma grande extensão de terras devolutas no Maranhão passa a receber contingentes importantes de camponeses nordestinos devido ao intenso processo de migração, motivada pela seca sequencial a partir do segundo decênio do século passado. Deste processo resultou a formação de uma frente pioneira agrícola, marcada por uma pequena agricultura de corte-queima, migratória e extrativista. No entanto, estas frentes pioneiras sofrem intenso processo de conflito, pois “a partir de 1950 o Maranhão torna-se centro de um processo mais geral de abertura de frentes de expansão agrícola – ocupação privada das terras por empresários e pecuaristas e especuladores que avançavam sob as terras já trabalhadas pelos camponeses” (BARBOSA, 2013, p.39)

A respeito da dinâmica estabelecida entre a frente pioneira e frente de expansão, Arcangeli (1989) apresenta elementos esclarecedores, demarcando já se tratava do capital no campo.

Neste período o extrativismo do babaçu (*Orbignya spp*) passa a ter importante participação na composição de renda, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Esta é uma atividade que emerge da desarticulação do modelo agroexportador, e que passa a compor os agroecossistemas desenvolvidos na região de antiga ocupação. O babaçual é uma floresta secundária que resulta da devastação da floresta estacional perenifólia com babaçu, que devido à retirada da vegetação de valor econômico possibilitou elevação de sua densidade<sup>7</sup>, sendo a única espécie dominante numa área de aproximadamente 10 milhões de hectares no estado (MOURA, 2004, p.61).

O babaçu e o algodão são as duas culturas que marcaram uma tentativa de industrialização do Maranhão no final do século XIX, cujas fábricas, na sua maioria têxteis, tiveram como importância desenvolver a urbanização das cidades do Maranhão, atraindo uma massa de trabalhadores para os centros urbanos de São Luís, Caxias, Codó, principalmente. Como já mencionado, a atividade de cotonicultura sofreu muitas dificuldades, o que contribuiu para que as industriais têxteis caminhassem marginalmente no processo econômico até sua completa falência nos anos 1960.

Com as reformas econômicas e políticas nacionalistas da década de 1930, a economia maranhense, moldada em bases do modelo agroexportador colonial e distante do novo centro dinâmico da macroeconomia, a industrialização sofre uma inflexão, pois, apesar da abundante oferta de matéria-prima, a indústria têxtil não consegue competir com as indústrias modernas instaladas em outros estados. O mesmo ocorre com o babaçu, ainda que tenha sobrevivido até a década de 1980, mas que sem um aperfeiçoamento da tecnologia de extração e refino não teve condições de competitividade com outros produtos, a exemplo do óleo de palmiste produzido na Malásia, que adentrou o mercado estadual.

---

<sup>7</sup> A densidade elevada de babaçu, com domínio quase absoluto de uma espécie, é segundo Moura (2004), um comportamento atípico em se tratando de áreas tropicais. Decorre da retirada de floresta nativa com uso excessivo do fogo, sendo o babaçu mais resistente que as demais. E ao contrário da maioria das espécies tropicais com reprodução a partir do banco de plântulas e não de sementes, o babaçu, pelo contrário, tem uma semente com epicarpo lenhoso extremamente resistente, cuja temperatura das queimadas favorece a quebra de dormência e a rápida germinação dificultando o surgimento de outras espécies.

Apesar disso, em todas as fases da formação social brasileira, o Maranhão teve uma participação ativa na economia como produtor e fornecedor primário de mercadorias. Principalmente com as transformações que forçaram o padrão urbano-industrial brasileiro que demandou aumento da produção de alimentos. Nesta perspectiva, o Maranhão passa a ter uma reintegração a partir da segunda metade do século XX, uma fase que marca a inserção da economia maranhense na divisão nacional do trabalho, motivada por fatores como: a indústria de babaçu, produção de alimentos para o mercado nacional através do avanço das lavouras temporárias, avanço da pecuária e expansão da fronteira agrícola para o oeste do estado.

Neste contexto, o papel do Maranhão na divisão nacional do trabalho é de produzir mercadorias de baixo custo para compor a cesta de alimentos da crescente classe operária e fornecer força de trabalho para a indústria e para as regiões de fronteira agrícola.

Neste processo de industrialização capitalista, o campo também vai ser incluído, ou seja, o capital volta seus interesses para as atividades agropecuárias. Neste sentido, acontece a chamada modernização agrícola no Brasil que esteve focada na ideia de dinamizar os setores improdutivos e na abertura ao comércio numa perspectiva econômica global. Destaca Ribeiro (1987) que estes dois fatores se deram mediante ações governamentais, que buscavam enfrentar a baixa produtividade agrícola. Das ações governamentais, têm destaque a expansão do crédito subsidiado e recursos destinados à extensão rural e prioridade ao setor de insumos. Em relação ao comércio internacional, destaca o autor que as políticas tiveram como foco, principalmente, o suco de laranja e soja (RIBEIRO, 1987, p.92).

Este modelo tem como primazia duas questões fundamentais para a sua consolidação consideradas pelos autores com um certo consenso. Primeiro que a modernização brasileira teve como base a propriedade privada da terra, e que as políticas de governos tinham como objetivo não alterar a estrutura fundiária vigente. A segunda questão é referente ao fato de que a modernização é marcada pela relação de dependência que se estabelece na importação de insumos em grande escala, o que significa e a dependência do mercado internacional de *commodities* agrícolas.

No Maranhão, autores como Asselin (2009), Mesquita (2011) e Azar (2013), indicam que os dois elementos, modernização e políticas públicas, não foram utilizados na ideia de modernizar o sistema de produção por completo.

Para Mesquita, a chamada revolução verde – RV<sup>8</sup>, marcada pela incursão da tecnificação e os agroquímicos na agricultura brasileira, não obteve um resultado homogêneo em todas as regiões. A este respeito diz que:

A Revolução Verde dos anos 60 nunca atingiu o Nordeste pobre, o sertão de agricultura familiar, nesta, o *modus operandis* da produção ainda é medieval, não existe sementes melhoradas, arados, esterco, energia elétrica, infraestrutura, pesquisa extensão, financiamento etc. Os mais importantes instrumentos de produção desta agricultura no estado do Maranhão, continua sendo a enxada e o fósforo, além das cinzas (único adubo usado e abusado por grandes e pequenos), produtos das queimadas. (MESQUITA 2011, p.20)

Para Asselin (2009) neste período que marca o Brasil com o advento da RV, o Maranhão metia-se numa disputa acirrada pela posse da terra. Ou seja, desencadeava-se um processo de especulação imobiliária devido a acontecimentos que valorizariam a propriedade das terras, como por exemplo a abertura da transamazônica em 1970, atraindo para os estados do Maranhão e Pará grupos de paulistas, goianos, gaúchos, paranaenses, dentre outros (p.29). Ou seja, transferia para os capitalistas de fora a tarefa de desenvolver o estado.

Com isso, Victor Asselin (2009) descreve o que seriam as relações entre os camponeses que se instalaram nas terras devolutas do Maranhão de forma espontânea e na condição de posseiros, e os grupos capitalistas amparados pelos incentivos do estado, em muitos casos com documentação de propriedade fraudada junto aos cartórios corruptos.

Na década de 1960 e 1970, o estado do Maranhão ajustava as medidas locais, frente à política do governo federal, que planejava a incorporação de 100 quilômetros de cada lado das rodovias e ferrovias ao patrimônio nacional. Tais medidas se davam pelo fato de que havia,

---

<sup>8</sup> A Revolução Verde pode ser melhor entendida como um pacote tecnológico formado de: insumos químicos, sementes híbridas, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra, inputs aplicados com o objetivo de obter maior produtividade agrícola. Tudo isso: “conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso” (PEREIRA apud CALDART, 2012, p.686)



no cenário político nacional, uma certa convergência para a de reforma agrária, ideia esta que tomava corpo desde a segunda metade da década de 1950.

Para Asselin (2009), o Estado organizou o processo que assegurou as terras públicas aos grupos empresariais atraídos para investir no Maranhão ao longo da faixa de terra que já se desenhava no eixo do Projeto Grande Carajás - PGC (p.152). Porém, é importante destacar que, neste processo, não foram beneficiados apenas os grupos empresariais nacionais e estrangeiros, pois também foram garantidos aos “grileiros” locais os mesmos benefícios concedidos aos demais. Para tanto, o governo estadual:

Criou a reserva estadual de Terras, pelo Decreto 3.831, de 6 dezembro de 1968, e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do Estado, através de uma legislação Estadual, ligadas à secretaria de agricultura”. No ano seguinte, cria-se a Lei 2.979 que facultava a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer uns até 3 mil hectares. (ASSELIN, 2009, p.152).

Os registros imobiliários e inventários de terras, pesquisados por Asselin, indicam a natureza da ocupação da faixa de terras agricultáveis, que não só não foram destinadas à reforma agrária, como também sobre elas se instalou uma zona de conflito pela posse das terras, caracterizado este pela grilagem, inventários e escrituras forjadas em cartórios, violência contra os posseiros e pela propina aos gestores das delegacias de terras, assim como pela oferta de vendas de títulos de terras e créditos subsidiados via SUDENE e SUDAM. Estes foram os principais instrumentos que marcaram a questão agrária maranhense na segunda metade da década de 1960 e 1970.

Neste momento histórico, o estado passa a se estruturar para compor um novo período do modelo de desenvolvimento, cuja política nas décadas posteriores a 1980 acentuou a ação dos grandes projetos, possibilitando duas novas fases marcadas pelo “início da exploração de soja nos anos 1990 e a segunda relacionada com a consolidação de outros produtos do agronegócio (cana, eucalipto, produção de carvão) e a ampliação da soja e da pecuária empresarial” (MESQUITA, 2011, p.24).

O período descrito como de maior expressão da soja no Maranhão, corresponde àquele em que o Estado brasileiro intensifica políticas que visavam atrair investimentos externos. Neste sentido, para Sawaya (2006, p.13), “Nos anos 90, uma série de políticas foi adotada com o objetivo explícito de criar um ambiente favorável à atração e ao fortalecimento do grande capital multinacional na economia brasileira”. Tais políticas tinham como base teórica a superação definitiva do subdesenvolvimento, a partir da industrialização e modernização da economia desenvolvida. Neste sentido:

O Maranhão cumpriu papel importante na dimensão produtiva do além-fronteiras, seja na fase de formação, de desenvolvimento seja na atual fase imperialista do capitalismo, e o termo comum em todas elas foi o atendimento às demandas externas (AZAR, 2013, p.42).

Esta evolução recente da soja, então encontra-se articulada às outras *commodities* na região, como é o caso do eucalipto e da cana-de-açúcar.

## **2.2. Atualização da questão agrária brasileira e as políticas para a agricultura**

Neste item abordo a discussão acerca da “Questão Agrária”, tratada aqui como o conjunto de fatores que explicam as transformações ocorridas na agricultura. Nesta perspectiva destaco os assentamentos de reforma agrária, em particular os assentamentos da Microrregião de Chapadinha, nos quais o conflito pela posse da terra, assim como a concentração e o desenvolvimento desigual da agricultura, constituem os principais problemas agrários locais.

Desta maneira a conceituação de “Questão Agrária” mais apropriada é de que esta se define como o conjunto de interpretações e análise da realidade agrária, que explica como se relaciona a propriedade, a posse e o uso da terra e os problemas sociais que ela provoca (STÉDILE, 2005 p.16). Nesta perspectiva, os fatores mencionados expressam como que em cada tempo histórico foram sendo tratadas as relações sociais do campo, marcadas principalmente pelo conflito pela posse e uso da terra, cuja solução exigiria uma autêntica reforma da estrutura agrária.

Os assentamentos de reforma agrária são expressão deste conflito. A maioria ocorre numa grande extensão do território brasileiro caracterizada como região de expansão da fronteira agrícola, atingindo os estados Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, também denominada hoje como a região do MAPITOBA<sup>9</sup>, nome formado pelas iniciais dos estados que a compõe. Como já mencionamos, esta região é marcada pela acelerada incursão de grandes projetos de expansão do capital na agricultura.

Composta por quatro estados, a MAPITOBA ocupa território de “73 milhões de ha identificados com características particulares de expansão da fronteira agrícola brasileira” (EMBRAPA, 2014). Neste espaço, terras reformadas, unidades de conservação, povoações indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais articulam-se num ambiente de fronteira onde as possibilidades de territorialização são diferenciadas para os vários atores.

As áreas de assentamentos de reforma agrária ocupam, no território do MAPITOBA, 3.706.699, hectares, incorporados ao patrimônio da União até 2014, surgem como tentativa de resposta do Estado às reivindicações de um segmento social historicamente envolvido em conflitos pela posse da terra. O universo agrário maranhense é constituído de camponeses sem terras e povoações tradicionais instaladas secularmente.

Nesta perspectiva é importante ressaltar o papel dos camponeses no Maranhão. Desde sempre desenvolveram habilidades ambientalmente adequadas à produção primária e à exploração do extrativismo do babaçu (*Orbignya phalerata.*), carnaúba (*Copernicia prunifera*), jaborandi (*Pilocarpus pennatifolius*), bacuri (*Platonia insignis*), pequi (*Caryocar*), dentre outros.

Se com a chegada dos primeiros colonizadores no território brasileiro em 1500 a extração de riquezas e a exploração da produção primária de gêneros no território ocupado não estava entre as metas das empresas do capital comercial europeu, em apenas 03 décadas de contato com o território brasileiro, tais planos já se tornaram a estratégia principal, dada a convergência dos fatores principais de produção, terra, força de trabalho indígena e capital português. Desde então, esta tem sido a característica do modelo de desenvolvimento descrito na historiografia acessada.

---

<sup>9</sup> A Nota Técnica - NT nº 06 da EMBRAPA utiliza “oficialmente”, em 2014, o acrônimo MATOPIBA.

Sem desconsiderar registros anteriores a 1500, dando conta de formas de organização social importantes para a formação da “civilização brasileira<sup>10</sup>”, somente a partir deste período é que a relação com a propriedade da terra, a divisão social e o financiamento externo passam a ter algum sentido na formação econômica da sociedade brasileira, pois já se trata de resultado da expansão do capitalismo comercial europeu. “É ele que financia e se apodera do território por sua supremacia econômica e militar, impondo leis e vontades políticas da monarquia portuguesa”, onde tudo é transformado em mercadoria. (STÉDILE, 2005, p.20).

Sobre este período, penso que maior ênfase deve ser dada para o fator força de trabalho, determinante para decisão de explorar economicamente o território. A este respeito destaca Caio Prado Jr. (1988) que:

Aos poucos foi-se tornando necessário força-los ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa que estava ocupando. Daí para escravidão pura e simples foi apenas um passo, não eram passados 30 anos e do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizava e instituíra firmemente em toda parte. (p.35)

Na perspectiva de Caio Prado o trabalho escravo vai marcar a expansão capitalista no Brasil. Inicialmente com indígenas, e na sequência com negros traficados da África, imprimindo uma característica na formação da sociedade brasileira, cujos resquícios ainda se presencia nas atuais relações de trabalho.

Essa questão é aprofundada por Jacob Gorender, que estuda a organização da produção colonial e explica o sistema de produção que se tornou a marca da agricultura brasileira em todas as fases de expansão do capital, onde denomina agricultura de “*plantation*”. O autor preferiu usar uma tradução do termo para o português, chamando de “plantagem” as grandes explorações agrícolas tocadas a força de trabalho escravo e especializadas em produzir em monoculturas para exportação: cana-de-açúcar, algodão, cacau e outros. Esta forma se constituía no modelo para organizar e comandar o sistema de produção nesta fase. “Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social”. Ou seja, ela

---

<sup>10</sup> Sobre a civilização brasileira, ver Darcy Ribeiro(1995).

determinou todas as outras formas de organização econômica inclusive não-escravas que giravam em torno dela (STÉDILE, 2005, 147).

Gorender destaca cinco características do sistema de plantagem: mão de-obra- essencialmente escrava; organização econômica voltada para o a produção de gêneros destinada ao mercado; produção especializada (sinônimo de monocultura); produção em escala (sempre maior do que a necessidade de consumo da família) e absorvedora de inovações tecnológicas (STÉDILE, 2005, p.147).

Dentre as características listadas, o trabalho escravo associado à abundante oferta de terras, capital e exportação de produtos de interesse do mercado externo reuniam as condições ideais para a ascensão produtiva. Ademais, aspectos outros como inovações tecnológicas “afasta a ideia de incompatibilidade absoluta entre progresso técnico e trabalho escravo” (STÉDILE, 2005, p. 171).

Afastando também a possibilidade de ascensão econômica dos trabalhadores, na fase posterior, ou seja, com a superação do trabalho escravo e a falência do sistema de *plantations* e demais acontecimentos que levaram à liberdade historicamente requerida aos escravos, vasto contingente de homens e mulheres “livres” foi abandonado a toda sorte, acossados pela lei de 1850 que impedia acesso à terra para aqueles que não poderiam pagar por elas.

Assim, impediu-se que trabalhadores livres acessassem meios próprios de produção, alijando-os da dinâmica produtiva. Para Marx é nesse processo de separação do trabalhador da propriedade dos seus meios de produção que consiste a denominada “relação-capital”. Seria o processo que transforma os meios de produção de subsistência em capital ao mesmo tempo em que transforma os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX ,1996, p.340).

No caso brasileiro, a passagem da escravidão colonialista para o trabalho assalariado foi um processo longo no qual predominou dinâmica produtiva típica da acumulação primitiva, cujos mecanismos se mantiveram incorporados às novas estratégias utilizadas para reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 1995, p.01).

Esta afirmativa pode ser compreendida no contexto das mudanças ocorridas a partir da revolução de 1930, abordadas no capítulo anterior. Aqui aponta-se o fato de que, de forma específica, elas redefinem a participação da agricultura na economia capitalista, sendo fundamentais para o estudo aplicado ao Maranhão do século XXI.

A relação entre propriedade e poder político e econômico é indissociável, mantendo as oligarquias rurais inseridas nas diferentes etapas de desenvolvimento. Desta maneira, considero adequada a

conceituação de questão agrária proposta por Stédile (2005) como um “Conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras” (STÉDILE, 2005, p.17).

Neste contexto, o debate da questão agrária aqui tem como principal função ajudar a compreender o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, entendendo que a questão agrária está na base deste, marcada pelo aspecto concentrador do modelo. No entanto, ela transcende o aspecto meramente fundiário e tem como característica marcante o laço de dependência que este sempre tivera com o exterior (modelo agroexportador) e com a indústria.

Durante o modelo agroexportador, segundo as leis do capitalismo mercantil europeu, “a amplitude deste modelo era tal, que segundo as estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século XIX, revelavam que o Brasil exportava mais de 80% de tudo que era produzido em nosso território” (STÉDILE, 2005, p.22).

Até meados do Século XX, o modelo de desenvolvimento brasileiro esteve sob o comando das oligarquias rurais. Elas determinavam os interesses da burguesia brasileira até 1930, quando se altera a forma de reprodução do capital na economia brasileira. A partir de então, ela passou a ser controlada pela reprodução do capital industrial, onde “as transformações políticas e sociais que acompanham a crise dos anos de 1929-1933 e a II Guerra Mundial, de 1939-1945, criaram as condições propícias para uma transição para um sistema econômico em que predomina o setor industrial” (IANI, 2005, p.129)

Ou seja, a partir dos anos de 1930, a feição da economia brasileira se alterou com o fim da hegemonia da oligarquia rural e a nascente burguesia industrial passava a impor um novo modelo de desenvolvimento: o modelo de industrialização dependente. A maioria dos autores consultados sobre esta temática tende a analisar aquele modelo de desenvolvimento industrial como processo de modernização, com efeito direto nas relações econômicas e no mundo do trabalho.

No mundo agrário, as transformações deste período estavam voltadas para a superação da ideia do atraso na agricultura e nos agricultores. Com isso o Estado promove uma estrutura nacional de ensino e pesquisa focada principalmente nas culturas do café, cana de açúcar, fumo, pecuária, e cacau. Buscava-se valorizar, no imaginário da população uma imagem positiva do homem do campo e do seu trabalho através das artes plásticas, cinema e literatura, embora predomassem as “relações sociais de exploração que emergiram com o fim da

escravidão, com fortes traços de subalternidade e dependência senhorial aos senhores das terras (latifundiários)” (STÉDILE, 2005).

A proposta do governo para os camponeses era a colonização no Norte do País, um movimento que se convencionou chamar a “marcha para o Oeste”, atingindo principalmente o estado do Mato Grosso, com base num “projeto nacional de desenvolvimento e de diversificação da agricultura, projeto esse baseado no fortalecimento do poder central e na ideologia do nacionalismo” (CARVALHO, 2005, p.150). Processo este que somente era possível com o enfrentamento dos setores mais conservadores do latifúndio, para dar lugar à industrialização.

É nesta perspectiva que o Estado brasileiro assume o comando da criação de uma fronteira agrícola pioneira, orientando uma corrente migratória direcionada para as “terras virgens” do Norte. Este processo se dava através de povoamento de áreas de baixa densidade democrática, de incentivo às pequenas propriedades e de produção agropecuária. Destaca Carvalho (2005) que os instrumentos desse processo foram a política de venda de terras e a política de “colônias agrícolas”. O resultado foi a grande marcha de camponeses de várias regiões do Brasil, mas também de setores da iniciativa privada para apropriação de grandes extensões de terras no Mato Grosso, visando na maioria dos casos, a especulação. (CARVALHO, 2005, p.151)

Para Durans (2008), de modo geral para a classe trabalhadora, o conjunto de políticas varguistas visava “regulamentar a relação capital/trabalho, controlando a luta dos trabalhadores, atrelando os sindicatos à estrutura estatal” (p.30)

Na agricultura, as influências do capital passam a ser mais incisivas, cujo resultado esperado era elevar a taxa de lucro das empresas capitalistas a partir grandes empreendimentos agroindustriais. Favorecida por medidas como inversão de importações, importação de máquinas e insumos, incentivos fiscais e outros. Este modelo levou a uma corrida sem precedentes de vários setores e regiões para áreas agricultáveis, sobretudo da Amazônia.

Este processo pode ser presenciado na Amazônia Brasileira, como bem relata Picoli (2006):

Através da unificação dos interesses entre o capital e o Estado nasceram as estratégias de colonização sob domínio das empresas privadas, tendo em vista a especulação imobiliária. Por outro lado, enquanto a expansão capitalista

privilegiou os grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais, reprimiu as iniciativas da classe trabalhadora por meio da ditadura (p. 10/11)

Observa-se nas palavras de Picoli que está em curso uma reorganização das relações sociais num ambiente de fronteira agrícola para atender os interesses das empresas capitalistas nacionais e internacionais, altera-se a estrutura fundiária e também a relação capital-trabalho, mas o autor se refere a desvantagem para o desenvolvimento local, dada a relação de dependência que as políticas desenvolvimentistas expressavam.

Neste contexto, a questão agrária no Brasil expressa a natureza exploratória e dependente de capitais externos do modelo de desenvolvimento com ênfase na formação de latifúndios que, segundo Ribeiro (1987), nunca precisaram sofrerem nas suas estruturas os efeitos de uma Reforma Agrária e souberam se aliar e adaptar às necessidades industriais.

Na fase imperialista do capital, marcada, em especial, pela década de 1960 por uma intensa modernização, o campo brasileiro é submetido a sérios conflitos ao deixar de ser objeto na produção apenas de grandes latifúndios cafeeiros e açucareiros para se transformar em bens ativos de capital, abrindo-se as portas do mercado interno para as relações internacionais, e, com isso ser capaz de fazer da agricultura um ramo da própria indústria. Nesta perspectiva tornara-se impossível pensar as relações de trabalho de forma exequível, sem recorrer aos insumos industriais. Segundo Ribeiro (1987), a corrida industrial no cerne do país é impulsionada mediante três fatores específicos:

a) O avanço nacionalista-populista que ganhava corpo em certos países do mundo subdesenvolvido; b) a intensificação da concorrência interimperialista para conquistar o mercado interno dos países subdesenvolvidos; e c) o fato de que a rentabilidade dos investimentos diretos nos países subdesenvolvidos era quase sempre superior à obtida nos países de origem. (1987, pg. 56)

Em outras palavras, estava montado o cenário por onde a terra se tornaria meio de produção, matéria-prima e força-produtiva inacessível à massa de pequenos produtores que anteriormente



mantinham vivas culturas que, apesar de desconsideradas, produziam bens de consumo independentes dos produzidos no meio urbano, capazes – ainda que em condições mais precárias – de sobreviver sem eles.

Neste contexto, expropriados da terra, uma vasta camada de camponeses migrou para os centros urbanos donde formariam, para o capital, seu exército industrial de reservas. Os latifundiários pressionados pelas obrigações trabalhistas expulsaram e queimaram casas de muitos trabalhadores que viviam da pequena produção. Estava ali, já naquele período, os princípios do que se transformará na resguardada aliança entre o Estado e as forças internacionais imperialistas: o agronegócio.

Para Marini, a dependência dos países subdesenvolvidos da América Latina parte de uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os capitalistas se internacionalizam. Ou seja, a expansão da economia industrial nos países centrais jamais seria possível se não estivesse assentada em bases sólidas da divisão internacional do trabalho, em que tal processo “supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial” (p.143).

No entanto, a ênfase do autor é sobre o caráter contraditório desta relação, pois o papel da América Latina na economia capitalista mundial não se restringe a sua capacidade de criar uma oferta de produção primária, quando diz que:

As funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mas além de facilitar o crescimento quantitativo destes, contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais valia-absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite a região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador, é esse o caráter contraditório da relação (MARINI 2005, p.144)

Nesta perspectiva, diagnosticada por Ribeiro e Marini, entende-se que a relação de dependência e subordinação do Brasil tenderia a se agravar nas décadas seguintes, dada a necessidade própria do capital em internacionalizar-se. O oposto disso seria eliminação dos mecanismos de “expropriação, exploração e apropriação privada do capital”, ou seja, um outro modelo de desenvolvimento (TRASPADINI e STEDILE, 2005, p.44).

Para Brito (2001), o processo de modernização do capitalismo industrial foi um processo contraditório na relação entre as suas forças impulsionadoras e conservadoras, modernização esta que “Significou a imposição de um ordenamento produtivo sobre uma estrutura social cercada de elementos sociais tradicionais”, resultando num descompasso estrutural entre os dois polos da relação centro-periferia (p.17 e 114).

O que se pode observar da questão agrária, a partir da historiografia e numa perspectiva de desenvolvimento industrial, é que a sua influência sobre agricultura se dá muito mais tardiamente que na cidade. Porém, ao penetrá-la, altera profundamente as relações no meio rural. Isso já se observa desde o processo de desintegração da família camponesa tradicional europeia<sup>11</sup> na Idade Média, a partir de uma divisão social do trabalho decorrente do desenvolvimento da agricultura moderna.

Kautsky (2010) considera que a superioridade da moderna agricultura, com ênfase na divisão do trabalho, aumentou o número de camponeses que relegou ao segundo plano a cultura de cereais, “e são, por conseguinte obrigados a comprá-los, ou a comprar farinha. Às vezes não mais colhem a semente na sua própria exploração, na qual em regra não cria mais animais destinados à reprodução...” (p.67).

Esta dinâmica contraditória do modelo de desenvolvimento do capitalismo na Europa, no campo, parece se manifestar na contemporaneidade, com o camponês desterritorializado reaparecendo

---

<sup>11</sup> A desintegração da família camponesa primitiva europeia se deu sobre um intenso processo de proletarianização do campesinato provocada pela necessidade de evolução das forças produtivas como o surgimento de implementos agrícolas, ocasionando aos membros das famílias que permaneciam no campo a uma relação de superexploração ou trabalho acessório fora da sua própria exploração familiar. (KAUTSKY, 2010, p.58).

nas novas relações de trabalho, que têm como agente de produção as empresas capitalistas.

No caso brasileiro, já mencionamos anteriormente, tem um processo que emerge nos anos 1930, com inversão dos interesses da classe dominante, que subordina a agricultura à recém-surgida burguesia industrial, sem alterar na essência do caráter agroexportador ou o monopólio da oligarquia rural sobre a propriedade das terras. Isto porque o modelo de industrialização também dependia de exportações agrícolas geradoras de divisas para importações de bens de capital. Portanto, se estabelece aliança do capital industrial com as oligarquias rurais, mantendo a primarização nas exportações agrícolas.

Para Machado (2014), a agricultura brasileira passa a ter uma atenção maior com a chamada “Revolução Verde” - RV, ocorrida no contexto da II Guerra Mundial terminada em 9 de maio de 1945. O autor contextualiza que vivíamos numa economia “fragilizada, seja pela perda de milhões de seres humanos, combatentes e civis, seja pela destruição de bens materiais” (2014, p. 52) e que era um período marcado pela crise de abastecimento, e se refere ao México como caso crítico. Este seria o contexto oportunizado pelo governo norte americano quando decide enviar a equipe do Dr. George Harrar da fundação Rockefeller para levar a revolução agrícola dos Estados Unidos para o México. Tratava-se ali, de uma agenda de “interesse do grande capital de expandir as produções agrícolas dos trópicos e subtropicais” (p.52).

Nesta perspectiva o autor supracitado deixa claro de que estava lançando as bases que extrapolariam as barreiras da seleção natural das variedades de plantas e animais que poderiam ser transformados em mercadorias, desde que fosse possível modificar o ambiente, substituindo-os pelos insumos modernos. Foi assim com o “trigo Gaines” em 1947, adaptando-se aos trópicos. Mais tarde, em 1962, em parceria entre as Fundações Ford e Rockefeller, lança-se o arroz IR-8, duplicando-se os rendimentos desde que incorporados os insumos necessários, no caso brasileiro, a velha e conhecida história da redução dos ciclos das culturas, as justificativas para o alto investimento em insumos e máquinas, bem como as inovações mais recentes capitaneadas pelo agronegócio destinadas ao mercado de *commodities*.

O quadro conjuntural da agricultura brasileira que já descrevemos era marcado pelo atraso tecnológico dos anos de 1950/60, era, segundo o autor supracitado, propício para uma “penetração norte-americana, através do programa Aliança para o Progresso” do governo Juscelino Kubitschek, iniciando pela instituição de uma estrutura de extensão rural de forma gratuita e com acesso a crédito para a maioria

dos estados brasileiros, assim institui-se uma política de crédito agrícola. Com o golpe militar de 1964, a revolução verde passa a ser a política oficial do governo brasileiro (MACHADO, 2014, p.54).

Para Pereira (2012) este processo de interiorização do capital na agricultura “nem foi revolução, nem foi verde”, resumia-se a uma “modernização conservadora” (p.686), em que pese a contradição de termos, pois modernização e conservadorismo são antagônicos.

Tanto Pereira (2012) como Machado (2014), não deixam dúvidas sobre o objetivo da RV, um eficiente processo de difusão tecnológica voltado ao desenvolvimento da indústria de insumos, máquinas e de financiamento estatal aos complexos agroindustriais, cujo legado é o agravamento dos problemas agrários brasileiros, como: desterritorialização de camponeses, aumento dos níveis de dependência da agricultura e dos agricultores, obstáculos às práticas conservacionistas dos recursos naturais, dentre outros.

Neste contexto, as décadas subsequentes de 1980 e 1990 foram marcadas pelo avanço das formas que restringem ainda mais a autonomia da agricultura e dos agricultores. Ou seja, o capital amplia a sua capacidade de obtenção máxima de lucro dos processos agroindustriais a partir de uma matriz produtiva que passou a exigir cada vez mais máquinas e insumos químicos.

Essa visão é compartilhada e ampliada por Delgado (2012) que mostra que esta condição é renovada nos anos recentes através da economia do agronegócio, onde os desdobramentos promovem o crescimento de poucos setores produtivos com efeitos sobre a renda e os preços da terra. Para o autor isso se evidencia após os vinte anos em que a agricultura brasileira esteve sob o manto da modernização conservadora (1965-1985) e, na sequência, com o período de transição até 1999, marcado por crises de inserção externa no âmbito do comércio e no movimento de capitais; e pós 2000, quando ocorre a reestruturação da economia do agronegócio.

A acumulação de riquezas se concentra basicamente na esfera do capital financeiro, que passa a controlar a produção de mercadorias e o comércio de várias maneiras. Uma delas é pela compra de ações de empresas em determinados setores, outra se dá através do processo de dolarização da economia cujas taxas de câmbio facilitaram a compra de empresas agrícolas, tornando possível a entrada do mercado de produtos agrícolas; há ainda a política de crédito pela qual os bancos passaram a financiar a agricultura industrial; e por último, através da onda liberal da qual os governos recuam nas políticas públicas e subsidiam a grande produção agrícola (STÉDILE, 2013, p.23).

Isto aconteceu em todos os países, e neste contexto, a agricultura no mundo passou a ser dominada pelas empresas transnacionais e pelo capital financeiro. Ocorreram grandes distorções de natureza socioeconômica e ambiental, com a concentração e a centralização de capitais<sup>12</sup>. Como resultado, um pequeno grupo de empresas assume o controle absoluto de toda a cadeia de produção, industrialização e distribuição dos principais produtos. Assim, materializa-se no contexto da produção agropecuária o antagonismo de classes, agravando-se a questão agrária e suas implicações.

Para Oliveira (2007), os autores que seguem a teoria clássica acerca do modo de produção capitalista tendem a defender que esse processo se dará por dois caminhos, o primeiro: “levará à destruição do campesinato ou pequeno produtor familiar de subsistência através de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista” (p. 9) e o segundo, pelo processo de modernização dos latifúndios e sua hegemonia. Por este caminho, os latifundiários e camponeses ricos se tornariam grandes e pequenos capitalistas e os pobres se tornariam assalariados rurais. Portanto, latifúndio e camponês tendem a desaparecer no processo de transformação da agricultura:

Para o conjunto de autores que seguem essa corrente de interpretação das transformações no campo, a persistência de relações não capitalistas de produção é entendida como resíduos em vias de extinção. Ou seja, formas que o capitalismo adquiriu para adequar-se às realidades locais, ou seja, o campesinato e os latifundiários estão, inevitavelmente, condenados à extinção no plano econômico. Portanto, esta (extinção) faz parte do avanço qualitativo do desenvolvimento das forças produtivas, não cabendo, pois, entende-los classes

---

<sup>12</sup>A “concentração” enquanto crescimento do capital financeiro dá-se pela transformação ou absorção de capital de pequenas, médias ou grandes empresas agrícolas em favor de grandes grupos econômicos, através de mecanismos como, por exemplo, o mercado de ações e o poder dos bancos que concentram e fazem circular um grande volume de capitais de diferentes investidores e setores. Quanto à “centralização”, essa decorre da concentração de capitais e da necessidade de aumento da competitividade, ocasionando as fusões entre empresas.

sociais de dentro do capitalismo, e sim como classes sociais de fora desse modo de produzir (OLIVEIRA, 2007, p.9).

Oliveira (2007) como Stédile (2013) trazem à tona a temática das transformações na agricultura que se expressa tanto na macroeconomia como nas relações do mundo do trabalho. O que nos parece salutar é aprofundarmos o estudo de outras correntes e de outras variáveis, as quais possibilitam construir cenários acerca desta temática. No entanto, já temos os elementos para considerar que os avanços do desenvolvimento do capital na agricultura não superaram os principais problemas dos países considerados subdesenvolvidos e, em particular, a sociedade brasileira mantém intacta as características de desigualdades, dependência e subordinação.

### **2.3. Contexto sócio histórico do Maranhão: as implicações do modelo de desenvolvimento na agricultura.**

Neste item, contextualizaremos o estado do Maranhão, trazendo aspectos da sua inserção econômica na divisão nacional e internacional do trabalho e os aspectos que considero mais relevantes na sua formação e relação de dependência externa, que marcam todo o processo histórico. Em particular ao local da pesquisa, o Leste Maranhense, será de fundamental importância para identificação destes aspectos, numa realidade socioeconômica desafiadora para a temática do desenvolvimento. O mapa a seguir possibilita uma localização das meso e microrregiões maranhenses.

Mapa02: Mapa do estado do Maranhão com as meso e microrregiões homogêneas



Fonte: Carneiro (2008, p. 82)

O Maranhão ocupa a oitava posição entre os maiores estados da Federação, e no Nordeste brasileiro é o segundo maior em extensão territorial, com uma área de aproximadamente 331.937,450 km<sup>2</sup> (IBGE). A singularidade de biomas o diferencia da totalidade dos demais estados da mesorregião Nordeste, principalmente em termos de precipitação, que o torna menos susceptível ao problema de estiagens e secas prolongadas. Integra-se ao cerrado Brasileiro e, conseqüentemente, é a última fronteira agrícola com destaque à produção em monoculturas, principalmente de soja.

A economia maranhense emerge de uma história secular de desenvolvimento, embora tenha vivido situações de crescimento e de crises, tendo como principal destaque a inserção internacional de sua economia e como fator dinâmico a agroexportação.

Neste contexto, registros históricos nos levam a observar que, já na década de 1960, estavam criadas as bases para a apropriação privada de terras públicas e incentivos fiscais em favor de investidores capitalistas de fora, é exemplo disso a Lei Estadual 2.979, também

conhecida como a “Lei Sarney de Terras”, regulamentada pelo DL 4.028/69, de 28 de novembro de 1969. Este corpo jurídico possibilitou a venda das terras devolutas<sup>13</sup>, sem licitação, a grupos econômicos.

Nas décadas subsequentes as decisões políticas do governo brasileiro para modernização da agricultura encontrariam no Maranhão as condições para instalação de grupos empresariais na atividade de produção de grãos, pecuária e a exploração madeireira. Dentre as políticas, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste, o POLOCENTRO, instituído por Decreto Federal de nº 75.320, de 29/01/1975, com o objetivo de promover a agropecuária, tanto da Região Centro-Oeste como do Oeste do estado de Minas Gerais. Com prioridade para grupos empresariais, o POLOCENTRO abrangeu área de 785.472 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 3,7 milhões de hectares, em 202 municípios. Dentre as atividades do Programa estariam a Assistência técnica, as pesquisas, os créditos e financiamentos, os reflorestamentos, além de estrutura para logística. A soja foi a cultura que obteve maior crescimento, motivada pela oferta de preços e mercado externo, em detrimento da produção de alimentos, principalmente do feijão e da mandioca (JESUS,1988 p.34).

No entanto, a partir da década de 1980 é que o Maranhão passa a ter algumas ações de planejamento de maiores investimentos do capital, num período de maior abertura econômica por já estarem criadas as bases para a instalação de grandes projetos de investimentos, a exemplo do Projeto Grande Carajás – PGC, e do complexo – soja, em que o estado do Maranhão, assim como o Tocantins e Bahia, compõem o denominado Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), nos mesmo moldes do POLOCENTRO. O PRODECER incorporou, no período, 350.000 hectares de área cultivada no cerrado (ARAUJO, 2008, p.28).

Este processo acelera a expansão da fronteira agrícola para o cerrado maranhense, trazendo produtores e empresas de outras regiões do país para áreas que até então eram ocupadas por camponeses, há mais de um século. Tais incentivos atraíram empresas nacionais e multinacionais, as quais podem ser observadas principalmente no estudo da expansão da soja para novas regiões do cerrado brasileiro.

---

<sup>13</sup> Sempre que estas áreas não excedessem os três mil hectares.



## 2.4. A Expansão das lavouras de soja no Maranhão

A cultura da soja tem sua primeira produção registrada na mesorregião Sul maranhense em 1978, tendo como principal referência os municípios de Balsas Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba. As primeiras estatísticas do IBGE indicam a produção de 55 toneladas, numa área colhida de 32 hectares, desenvolvida esta produção por produtores migrantes do Rio Grande do Sul. Mas a partir dos anos 1990 é que a cultura ganha maior expressão no estado e avança para as regiões Centro e Leste maranhense. Portanto, enquanto produção em larga escala, este é um processo recente (CARNEIRO, 2008, p.80).

Após consolidar-se no Sul do estado, este mesmo modelo se reproduz no cerrado leste maranhense, a partir do início dos anos 1990, com a promessa de terras livres e massivamente difundidas. O monocultivo de soja se desloca e, durante dez anos, sobrevive marginalmente, chegando ao ano de 2000, quando ocorre maior exponencial do cultivo, conforme demonstração gráfica:

Figura 04: Quantidade produzida de soja em toneladas de grãos no período 1990-2013.



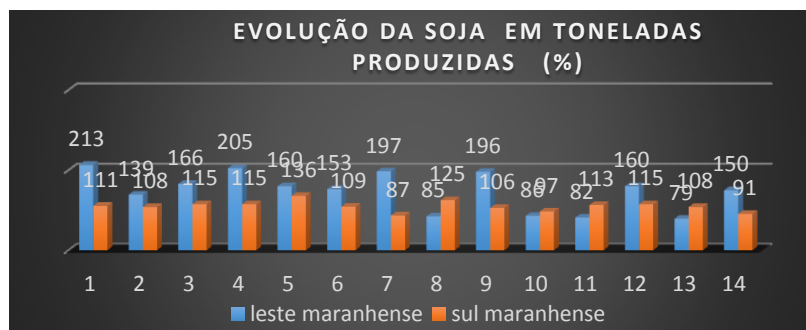
Fonte: IBGE/SIDRA 20015<sup>14</sup>

Apesar de apresentar-se pequena em relação ao Sul maranhense, a produção no Leste apresenta como destaque o curto espaço de tempo em que ela atinge *status* de grande produção. Ela passa a ter alguma expressão em 2008 com 249 toneladas de grãos produzidos e em 2009 eleva-se para 2.324, ou seja, um aumento de 933% comparada ao ano anterior. Seguindo esta mesma lógica por toda a série

<sup>14</sup> Acessado em 11 de 02 de 2015.

de 2008 a 2013, observa-se uma estabilidade na produção em ambas as regiões, no entanto, um percentual de crescimento superior no Leste, conforme ilustração gráfica a seguir.

Figura 05: Percentuais de soja em toneladas produzidas no Sul e Leste maranhense



Fonte: IBGE/SIDRA 20015<sup>15</sup>

No Leste maranhense, onde está situada a Microrregião Homogênea de Chapadinha – MRH, a lavoura de soja e as demais culturas que demandam grandes extensões de terras para se estabelecerem, se deparam com uma região característica de pequenos agricultores familiares que desenvolvem a agricultura de subsistência. As estatísticas do IBGE afirmam esta realidade a partir dos dados relacionados aos estabelecimentos, sendo 95,35% deles agropecuários e ocupados com agricultura familiar.

No sul do estado, responsável pela maior parte da produção de soja do estado e, portanto, com uma agricultura empresarial já consolidada, o número de estabelecimentos familiares aparece menor dentre as mesorregiões do estado. Em números percentuais, a região mencionada tem 86,07% do total de estabelecimentos classificados como familiares, enquanto que nas demais regiões e na média do estado é superior a 94%. Embora a análise careça de outras variáveis, os dados da tabela abaixo indicam uma redução dos estabelecimentos familiares em regiões de expansão das lavouras de soja (IBGE, 2006).

<sup>15</sup> Acessado em 11 de 02 de 2015.

Tabela 03: Estabelecimentos agropecuários - agricultura familiar e não familiar em 2006

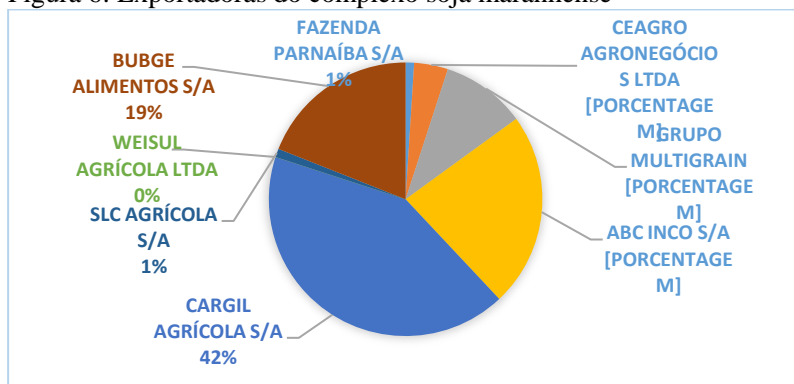
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	NÚMERO AGROPECUÁRIOS		ESTABELECEMENTOS COM AGRICULTURA	
	Familiar	Não familiar	Familiar (%)	Não familiar (%)
Maranhão	270.263	16.776	94,16	5,84
Norte Maranhense	85.433	2.747	96,88	3,12
Oeste Maranhense	42.624	5.035	89,44	10,56
Centro Maranhense	52.125	3.016	94,53	5,47
Leste Maranhense	76.038	3.706	95,35	4,65
Sul Maranhense	14.043	2.272	86,07	13,93

Fonte: IBGE Sidra (2014)

O principal destino da soja (em grãos) do Maranhão é para o mercado externo, segundo estudo feito por Carneiro (2008), no período de 2004 a 2007, a Ásia (incluindo a China) foi a região que mais importou soja produzida em Balsas –MA com 61,74% das importações em 2007, seguida pela União Europeia com 36,52%, Mercosul 0,77% e Estados Unidos 0,52% e os demais blocos 0,46%. (CARNEIRO 2008 p. 85).

Os principais exportadores em 2007 são empresas multinacionais, como Cargil Agrícola S/A e Bunge Alimentos que exportaram juntas 61% do total comercializado em 2007. As *joint ventures* Multigrain S/A e Multigrain comércio, exportações e as nacionais como ABC INCO S/A, SLC Agrícola e a Weisul Agrícola Ltda importações, (CARNEIRO 2008, p.85), conforme pode ser observado na ilustração gráfica a seguir

Figura 6: Exportadoras do complexo soja maranhense



Fonte: Carneiro (2008, p.85)

Assim, a monocultura de soja associada sempre a outras atividades, como a produção de carvão, indústria madeireira, pecuária, dentre outras, se intensificaram no Maranhão, tendo como principais agentes produtores aqueles que migravam desde Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, instalando-se inicialmente na região Sul do estado do Maranhão, a partir de 1974. Nos anos 1990 uma segunda leva desta dinâmica alcança a fronteira agrícola do Leste maranhense, onde está situada a MRH de Chapadinha

Para Andrade (2008) estes grupos pioneiros foram conhecidos coloquialmente como “os gaúchos”. A autora entende que estes produtores não se transferem de seus estados de origem, estimulados por algum programa de colonização oficial ou espontâneo, como ocorreu nas outras áreas, como as de atuação da Companhia de Colonização do Nordeste - COLONE, da Companhia de Colonização do Maranhão — COMARCO, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou espontaneamente, como aconteceu com o processo de ocupação das áreas devolutas.

Neste contexto, ao se deslocarem para a região Sul maranhense, os produtores que ali chegavam se instalaram em áreas de antigas posses de camponeses, ou seja, não havia a grande oferta de terras livres que procuravam. Depoimentos de proprietários dão conta de que a ação do Estado na concessão de títulos de terras era muito morosa, ficando as pessoas dependentes da ação de grileiros que conseguiam facilmente as escrituras das terras (ARAÚJO, 2008, p.29).

Este processo se dá também em outros grandes investimentos de caráter agropecuário, minero-metalúrgico e florestal (carvão vegetal e

celulose). Investimentos que fazem crescer a pressão sobre os agrossistemas do cerrado maranhense, em função de fatores como “facilidade de desmatamento, boa topografia e qualidades do solo relativas à capacidade de respostas ao uso de corretivos e fertilizantes” (MUNIZ, 2004, p.49).

Este processo foi privilegiado também pelo Complexo Carajás, que consistiu na criação de um corredor de exportações através da Estrada de Ferro Carajás - EFC, inaugurada em 1985, com uma extensão de 850Km ligando a Serra dos Carajás, no estado do Pará, ao Porto do Itaqui, na Ilha do Maranhão. Ao longo da Ferrovia instalaram-se empreendimentos ligados à indústria siderúrgica, madeireira, soja, pecuária extensiva e monocultura de eucaliptos.

## 2.5. As formas de uso das terras no Maranhão

Como resultado do processo histórico das formas de ocupação e organização socioeconômica maranhense, que não diferencia da realidade da maioria dos estados da federação, considera-se um aspecto importante na forma de ocupação das terras. Quando observada a partir da condição do produtor, nota-se que a soma dos estabelecimentos na condição de sem-terra, parceiros e ocupantes é extremamente significativa em relação ao conjunto dos estabelecimentos. Conforme descrição na tabela a seguir.

Tabela 04: Principais formas de ocupações das terras no Maranhão.

Condição do produtor	Estabelecimento (Porcentuais)
<b>C/título</b>	43
<b>S/Título</b>	3,5
<b>Arrendatários</b>	11,4
<b>Ocupantes</b>	15,6
<b>S/terra</b>	20,5
<b>Parceiros</b>	3,5

Fonte: IBGE (2006)

A partir dos dados de ocupação das terras no Maranhão, nota-se que as medidas de planejamento para o território não resolveram os problemas agrários mais fundamentais do acesso dos camponeses as terras. Em outras palavras, a tentativa de organizar o Nordeste brasileiro a partir da industrialização deixou como marca no Maranhão o histórico

de fracasso numa das formas de ocupação e distribuição das terras por meio da oficialização de programas de colonização<sup>16</sup>.

A estrutura fundiária local também é marcada pelo incentivo do Estado em atrair grupos econômicos capitalizados para ocupar às terras do Maranhão, com isso, grupos vindos principalmente do sudeste do Brasil chegam ao Maranhão com a retórica da substituição do velho latifúndio para dinamizar a economia maranhense.<sup>17</sup> Este processo é a chave para instalação dos grandes projetos na região oeste do Maranhão, na qual empresas, a exemplo do Grupo Varig, MERCK e outros, se instalam em territórios antes ocupados por camponeses.

Neste contexto, conforme descrito anteriormente, os assentamentos de reforma agrária no Maranhão surgem como resposta a pressões de trabalhadores que na década de 1980 vivenciam crescentes conflitos, com violências, prisões e mortes no campo. Entre 1971 até 2014, o Maranhão alcança 1013 projetos de assentamentos. Mediaram 15 anos do primeiro para o segundo, quando em 1985 crescem as ocupações de terras organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e as lutas de posseiros organizados nos Sindicatos dos trabalhadores Rurais (STRS) e nos grupos ligados à igreja católica.

A maioria dos assentamentos está no Oeste maranhense, palco das tentativas de projetos de colonização, concentração dos grandes projetos de pecuária extensiva, cortado pela Ferrovia Carajás – FC que liga a Serra dos Carajás, no Pará, ao Porto do Itaqui, em São Luís do Maranhão. Principal projeto do capital na região, a FC corta 70 municípios a que oferece um trem de passageiros por dia, contra 240

---

<sup>16</sup> Em 1956, o Governo Federal cria um “Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN”, com a missão de planejar diretrizes numa perspectiva de desenvolvimento do Nordeste. Resultado disso foi o famoso relatório contendo as propostas. Assim numa perspectiva de fortalecer a indústria o relatório apontava para ações como:

- ✓ Intensificar os investimentos industriais, para expansão manufatureira;
- ✓ Transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos aos centros urbanos;
- ✓ Transformação das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade
- ✓ Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, para as terras úmidas do “hinterland” maranhense.

Disponível em <http://www.doncs.gov.br>

<sup>17</sup> Para um melhor aprofundamento deste processo recomenda-se a leitura da obra do Pe. Victor Asselin “**Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**”.

vagões de minério a cada hora, escoando a produção de ferro, manganês, bauxita e alumínio, desde a Serra do Carajás no Pará até o porto de Itaqui no Maranhão (840 km).

A seguir discutimos a metodologia utilizada na pesquisa, que se desenvolveu na realidade acima descrita.

### 3. METODOLOGIA

Neste item apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, para que assim se possa compreender o caminho percorrido e a apresentação dos resultados desta dissertação. Neste sentido, destaco que o seu projeto inicial propunha uma pesquisa do tipo qualitativa com aporte quantitativo. A relação que se estabeleceu entre o sujeito e o objeto da pesquisa fortalece esta afirmação, dada a diversidade de elementos quantificáveis e não quantificáveis.

Acerca desta relação, alguns dos autores estudados compreendem que pode haver externalidade do sujeito ao objeto, sendo papel do sujeito uma inserção ativa, para possibilitar uma aproximação pormenorizada, crítica e analítica do objeto. Ademais, embora o objeto compreenda um complexo de ambiente, interesses humanos e relações diversas, o sujeito não se restringe ao pesquisador, envolvendo a participação ativa de indivíduos imersos no processo de desenvolvimento local que, em sua ação, atuam sobre o pesquisador e os caminhos da pesquisa. Nesta perspectiva, para Netto (2011, p.23), esta relação é “precisamente para aprender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, sua estrutura e sua dinâmica”.

Esta abordagem acerca da relação sujeito e objeto é uma determinação de Marx, que torna mais claro quando descreve o papel do sujeito nesta relação, para quem “O sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação”. Na investigação, o sujeito “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX 1968, p. 16).

Triviños (1987, p.138), ao discutir a pesquisa qualitativa também evidencia a participação do sujeito no fazer científico, definindo que este deve “apoiar-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis* que resultam sua implicação e da pessoa que fornece a informação”.

A pesquisa qualitativa participante aqui delineada, faz uso desta conceituação, sendo orientada ao estudo de caso da Microrregião Homogênea de Chapadinha - MRH, primando por uma compreensão a mais próxima possível de sua realidade fundiária, econômica, política e social.

Assim, a pesquisa de campo subsidiou análise dos desafios da reforma agrária pretendida no Maranhão, a partir de um estudo de caso



da MRH. Esta região representa uma das áreas reformadas pela ação da Política Nacional de Reforma Agrária, em resposta a ação de resistência dos trabalhadores rurais sem terra e de comunidades quilombolas, constituídos em organizações como Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STTR e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, dentre outros.

A MRH de Chapadinha, enquanto universo da pesquisa é um recorte representativo das áreas de reforma agrária no estado do Maranhão. A metodologia de pesquisa, levando em conta sua singularidade regional, nos remeteu a passagens por processos históricos, situando a MRH no contexto do desenvolvimento dependente do Maranhão. Estas condições se revelaram de grande relevância para compreensão do momento atual e das tendências que nele se colocam, para o território e a sociedade local.

A amostra da pesquisa de campo foi constituída por 04 assentamentos inicialmente. Assentamento Nossa Senhora Aparecida, no município Chapadinha, Morada Nova em Anapurus, Belém em Buriti Árvores Verdes, em Brejo. Com exceção de Árvores Verdes as demais áreas já eram conhecidas do pesquisador devido a sua atuação do MST, elemento adicional e muito relevante para estruturação do presente estudo. Trata-se aqui da inserção do pesquisador no processo de desenvolvimento regional, envolvendo atividades de militância em movimento social que exerce influência sobre o processo de territorialização da reforma agrária. Esta condição de atuação política permitiu ao pesquisador vivenciar processos de transformação ocorridos naquele ambiente, que em suas peculiaridades se diferencia das demais regiões do estado.

A MRH de Chapadinha se destaca pelo baixo índice de desenvolvimento e elevados indicadores de pobreza, bem como pelo contexto de desigualdades e contradições na relação entre os principais setores na agricultura local. Em vista disso, a amostra da pesquisa constituída por integrantes de assentamentos desta região, no contexto mencionado, foi escolha do pesquisador, influenciada por sua vivência. Tratou-se de opção coerente com a hipótese da pesquisa, que se baseia na análise preliminar de ambiente onde se evidencia um tratamento desigual no emprego das políticas públicas para os dois setores principais no campo: os camponeses e os grandes produtores de *commodities* agrícolas.

A escolha dos assentamentos se deu mediante uma etapa de visitas na Microrregião, levando em conta critério geográfico de embate de modelos de desenvolvimento, e considerando áreas com maior

aproximação de lavouras de soja e eucaliptos. Levando em conta esse critério, e levando em conta vivências anteriores, efetuamos duas viagens a campo, onde foram realizadas reuniões com as coordenações e com as famílias assentadas em todas as 04 áreas selecionadas. Estabeleceu-se que o trabalho de pesquisa seria efetivado prioritariamente em Morada Nova e Belém. Decidiu-se, ainda, que em Nossa Senhora Aparecida e Árvores Verdes, as entrevistas seriam realizadas com lideranças que atuam no assentamento através dos sindicatos, Movimento Sem Terra e servidores do INCRA.

O processo de escolha dos assentados ocorreu na segunda rodada de viagem nos assentamentos. Na ocasião foi mais uma vez explicado a proposta o cronograma da pesquisa, o número de entrevistados e os critérios de escolha para participação das entrevistas, delegando às famílias responsabilidade de apontar seus representantes, em cada caso. Assim, cada assentamento escolheu 05 pessoas para entrevistas levando em conta dois critérios: pertencer ao assentamento, ou seja, constar na relação de beneficiário do órgão responsável pelo assentamento; participar da vida do assentamento desde sua origem e conhecer a história do mesmo, independente de cargo ou função. Na viagem seguinte houve, então, o processo de entrevistas das pessoas selecionadas.

Quanto às outras lideranças, foram entrevistados integrantes do MST e de sindicatos de trabalhadores, tendo como critério a referência de atuação local, constituindo o que chamamos de informantes-chave.

Da mesma maneira, a entrevista com servidores do INCRA e do MDA se pautou pela relação destes com os processos de consolidação de assentamentos na região, buscando acesso àqueles que atuavam em relação direta com os assentamentos em estudo. Tomando isso como critério, buscou-se acesso ao setor de obtenção de terras e de assistência técnica do INCRA e ao Delegado do MDA.

Quanto aos dados secundários, as principais fontes foram dissertações e teses que possibilitaram aprofundamento teórico sobre a temática escolhida. Definiu-se assim o estado da arte que serviu de base sobre a qual o trabalho deveria aportar elementos novos acerca da temática em questão. Este processo me possibilitou não somente um rico aprendizado a partir de trabalhos já desenvolvidos, como permitiu o recorte e delineamento mais adequado da pesquisa.

Nesta perspectiva a revisão conceitual permitiu reorientar o enfoque original, permitindo avançarmos na construção do tema inicial que pretendia estudar “as mudanças ocorridas na agricultura e suas

implicações nos assentamentos”. Os vários trabalhos acerca do impacto deste modelo na região

ajudaram a perceber que mais que o estudo dos impactos, me interessava compreender os desafios que os camponeses enfrentam no atual contexto. Definiu-se afinal, por uma pesquisa que tinha como objetivo buscar compreender os desafios da reforma agrária enquanto política de Estado e sua importância nas relações atualmente estabelecidas no Maranhão, com base do que se verifica naquela região.

Ainda sobre fontes de dados secundários, destaca-se o acesso a bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária - INCRA. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Ainda leituras de periódicos, internet, literatura nacional e regional acerca da temática do desenvolvimento e da questão agrária, tendo assim elementos para a fundamentação teórica, contextualização e análise aqui apresentada.

A necessidade de opção por mecanismos para coleta, tratamento e comparação de dados referentes à realidade das famílias assentadas e do contexto regional em que se inserem, foi resolvida com base na entrevista semiestruturada, orientada por roteiro de questionamentos (apêndices). Estas informações possibilitaram compreender o histórico dos assentamentos de forma a cobrir período suficientemente largo para permitir mensurar transformações estruturais ocorridas no território da pesquisa (1997-2014). Não obstante a isto, para demonstração da participação da agricultura na economia das famílias assentadas, buscamos -nas entrevistas- dados de área média e produtividade das culturas trabalhadas pelas famílias assentadas, no ano de 2014.

A entrevista semiestruturada constitui na principal técnica de coleta de informações. Seu emprego na pesquisa qualitativa possibilitou um processo único de coleta e interpretação das informações, não havendo separação entre as duas fases. Para Triviños (1987, p.170), esta técnica confere ao pesquisador um papel de destaque na pesquisa permitindo “passagem constante entre informações que são reunidas e que em seguida, são interpretadas, para levantamento de novas hipóteses e nova busca de dados”.

Este processo foi desenvolvido a partir de questionários prévios com perguntas fechadas para composição esquemática de informações acerca da situação de infraestrutura, produção e renda das famílias. Estas questões orientaram exposições e reflexões dos agricultores sobre a vida e a trajetória dos assentamentos, levando em

conta aquelas perspectivas. A entrevista também incluiu questões abertas para a dimensão social e política dos assentamentos.

Os questionários e as perguntas das entrevistas semiestruturada foram apresentadas a uma equipe constituída de 03 professores universitários colaboradores da pesquisa de campo e em cada área foram apresentados previamente aos entrevistados e lideranças. Após eventuais ajustes recomendados naquela primeira fase, foram realizadas as atividades de coletas de informações, com o desenvolvimento das entrevistas. Os resultados deste processo foram reunidos em transcrições que, após sistematização, seleção e análises, foram em parte incorporados ao texto, que assim possibilita leitura bastante detalhada da realidade empírica.

A tarefa do observador na pesquisa foi facilitada pelo sentimento de pertencimento ao grupo de entrevistados e dos demais assentados, durante eventos ocorridos nos assentamentos por ocasião da pesquisa. Não houve situações de estranhamento. O trabalho foi facilitado por minha identificação como integrante de um movimento social, o MST e a relação construída nos últimos 10 anos, com os assentamentos da região, principalmente o Belém, Nossa Senhora Aparecida (Baturité) e Placas, que são áreas de atuação mais direta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na MRH de Chapadinha.

Como elemento adicional relevante para estruturação do presente estudo, vale lembrar os papéis assumidos por este pesquisador. De um lado, houve o que pode ser chamado de “oportunidade militante”, conforme mencionado anteriormente e que permitiu vivenciar processos de transformação ocorridos naquele ambiente, onde o conjunto de famílias assentadas compõem uma espécie de unidade de trabalho regional com as quais, por função de ofício, este pesquisador estabeleceu convivência bastante anterior ao momento em que se ocupou com o presente estudo. Este fato resulta em oportunidade para qualificação das análises, uma vez que permitiu acumular conhecimento detalhado sobre a região, sobre os agentes, as dificuldades e potenciais daquelas áreas.

Por outro lado, outros papéis correspondem a atividades acadêmicas que propiciaram esforços e acumulação de conteúdos em áreas de suporte a esta pesquisa. Refiro-me aqui a conhecimentos no domínio das teorias de desenvolvimento, história do Brasil e do Maranhão, bem como de metodologias de sistematização e análise. Estes conhecimentos permitiram aprofundamento sobre a realidade vivenciada no papel anterior em muitas oportunidades, das quais

destaco: (1) como graduando em agronomia pela UFPA, curso concluído em 2008 e (2) como mestrando em agroecossistemas, pelo Mestrado Profissional – MP, da Universidade Federal de Santa Catarina - SC.

Os esforços desenvolvidos nos casos mencionados ajudaram a compreender a dinâmica estabelecida na agricultura desta região. No trabalho de conclusão do curso de Agronomia por tratar-se de um estudo dos impactos da expansão da soja nas áreas de agricultura camponesa local. Os resultados obtidos motivaram trazer para o Mestrado Profissional a proposta de análise das ações da Reforma Agrária nos assentamentos, levando em conta o contexto de expansão dos projetos de desenvolvimento do capital. Este, embora expresso nos avanços da soja e do eucalipto, é parte constitutiva de um arranjo produtivo mais amplo, que envolve o modelo de exploração agrícola, mineral, florestal e de pecuária extensiva e se revela nas formas de apropriação e uso do solo.

O trabalho de campo esteve organizado em etapas. A partir da aceitação dos propósitos da pesquisa foi pactuada agenda de trabalho e, num segundo momento, desenvolveu-se a coletas de dados (entre agosto de 2014 e fevereiro de 2015), conforme se pode conferir nos apêndices onde apresento questionários e os roteiros das entrevistas.

Tomamos o cuidado de participar de eventos da comunidade, em reuniões, celebrações religiosas, visitas em áreas de plantios e áreas apontadas pelos lavradores como impactadas pelas grandes empresas. Estas atividades estabeleceram relações de confiança que qualificaram os momentos de entrevista possibilitando, ainda, identificação e visitas a áreas desmatadas, unidades de carbonização instaladas na região (com fornos irregulares de carvão) e áreas de plantios consolidados ou em fase de implantação, tanto de soja como de eucalipto.

Duas viagens para planejamento e desenvolvimento da pesquisa, teve o acompanhamento de professores, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA o professor Dr. Isaac Giribet Bernat e do pesquisador Leonardo Melgarejo. Ambos tiveram o papel de averiguação das técnicas de coletas de informações, participando da primeira parte onde foi testada e ajustadas as questões para as entrevistas. Tê-los como parceiros na pesquisa foi importante para a qualidade do trabalho aqui sistematizado e de forma muito significativa pelo registro fotográfico, conforme pode ser conferido nas figuras e anexos.

Destaco ainda no trabalho de campo, a contribuição das lideranças comunitárias, constituindo assim um grupo de colaboradores formado por integrantes do MST, das comunidades e técnicos locais.

Por fim destaco que o trabalho da pesquisa teve o seguinte roteiro de campo.

- ✓ Em agosto: houve 01 reuniões por assentamento, estas reuniões tinham como objetivo fazer as primeiras aproximações sobre a pesquisa;
- ✓ Em novembro (13 e 14 de 11/ 2014) uma nova rodada de reuniões para definição de entrevistados;
- ✓ Ainda em novembro (28 a 30 de 11/ 2014) Entrevistas, reuniões com lideranças comunitárias registro fotográfico
- ✓ Em Dezembro (26 e 27 de 12/2014) visita a áreas de desmatamento, morada nova e lideranças comunitária da MHR para mais coleta de informações
- ✓ Em 20 e 21 de 02/2015 Entrevistas com lideranças em Brejo e Buritis, complementação de dados, observação participante em evento no assentamento Árvores Verdes



## **4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

### **4.1. Microrregião Homogênea de Chapadinha - MRH: um estereótipo do desenvolvimento dependente**

Neste capítulo trato da Microrregião de Chapadinha – MRH, que, como já mencionado, integra a “economia do agronegócio” através de uma agricultura comercial de *commodities* agrícolas, em território secularmente ocupado por camponeses.

No período 1990-2013, as estatísticas de produção de alimentos registraram um declínio em toda região, sendo particularmente agudo nos municípios da pesquisa. Em Anapurus a entrada da soja coincide com a queda das principais culturas como arroz, feijão, milho e mandioca, apesar das 03 primeiras fazerem parte do sistema de produção mecanizada, que aparentemente teria valorização superior à da mandioca.

Destacamos também o contexto da produção da MRH, particularizando o caso dos assentamentos que constituem o universo da pesquisa: Belém, Morada Nova e Árvores Verdes nos municípios de Buriti, Anapurus e Brejo, respectivamente. Embora o estudo mencione o conjunto dos assentamentos de reforma agrária, optamos por concentrá-lo nestes 03 municípios, por sua significância emblemática. Estes municípios ilustram a economia de enclaves e permitem destacar os contrastes entre as políticas e os instrumentos de apoio ao agronegócio, bem como, opostamente, a agricultura familiar, atendendo objetivos da pesquisa. Inicialmente pensávamos envolver também o município de Chapadinha, que foi posteriormente descartado em função de custos operacionais e dificuldades logísticas associadas à necessidade de um recorte espacial menor.

### **4.2. Contexto sócio histórico do desenvolvimento da produção agrícola da MRH de Chapadinha - MA**

Neste item trato da localização e caracterização da MRH e contextualizo expansão dos assentamentos de reforma agrária e das empresas ligadas ao agronegócio da soja e eucalipto. Como já mencionado, a MRH, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é uma das 21 Microrregiões que compõem o estado do Maranhão, integra a Mesorregião Leste do estado, composta por microrregiões de “Baixo Parnaíba, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Caxias e Chapadas do Alto do Itapicuru”.



Historicamente, o Leste maranhense é caracterizado pelo potencial agrícola, dado a sua disponibilidade de recursos como solo, abundância de água, clima e principalmente pela disponibilidade de força de trabalho no campo.

O povoamento da região Leste Maranhense expressa características indígenas, europeias e africanas, com predominância desta última e suas combinações. Isso determina as características culturais e étnicas da população, agora, no presente, pouco se observa das origens indígenas. A cultura negra é dominante tanto por conta de sua densidade como de suas festas e hábitos religiosos. As fazendas instaladas na região trouxeram os escravos, que fugidos dali e de outras regiões constituíram diversos quilombos e comunidades rurais de população negra.

Nossa historiografia dá conta de que a tentativa fracassada de escravização dos indígenas fez desaparecer por completo inúmeras de suas povoações. Atualmente, há no estado do Maranhão, 31.698 habitantes indígenas (IBGE)<sup>18</sup>. População escassa que voltou a crescer, embora confrontando problemas agrários idênticos aos vivenciados pelos camponeses pobres, brancos e negros.

No Leste, a presença de indígenas resume-se a poucos habitantes dispersos em grande população identificada como de negros, pardos e brancos. No entanto, já foram majoritários onde hoje situa-se o Município de Brejo – MA, anteriormente denominado Brejo de Anapurus devido à presença dos índios Anapurus (dizimados com a chegada dos portugueses).

Este segmento camponês constituído por mesclas de indígenas e negros passa a receber o camponês migrante do Nordeste, ou seja, posseiros que migraram de vários estados do Nordeste situando-se enquanto posseiros que originaram uma agricultura de autoconsumo à base da produção de farinha, arroz e frutas (NASCIMENTO,20113, p.101).

---

<sup>18</sup> Atualmente todos os indígenas no Maranhão são apenas 16 grupos, ocupando uma área de 1.905.749 hectares. O mais expressivo destes grupos é a tribo dos Araribóias, com 7.329 habitantes. Ocupam área de 413.288 hectares que alcança os municípios de Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Grajaú e Santa Luzia. Logo a seguir vem o grupo dos Guajajaras, formado por 7.158 índios que ocupam 137.330 hectares no município de Barra do Corda.

Na MRH a questão agrária tem como marca o conflito pela posse da terra. Isto se percebe em inúmeros povoados resultantes da aglomeração de posseiros em disputas de território com outras forças econômicas e políticas locais. Este aspecto aparece na fala dos entrevistados durante a pesquisa, tanto nos momentos normais de gravações como nos relatos nas reuniões e rodas de conversas nos assentamentos. Sujeitos que vivenciaram a construção de assentamentos rurais.

Os assentamentos resultaram de um intenso processo de resistência e um longo processo de regularização fundiária. Em alguns casos considerados posseiros, em outros quilombolas e agricultores sem terras que dependiam pequenas roças itinerantes em áreas de parentes ou enquanto foreiros em latifúndios da região, constituindo numa fase de bastante privações e violação de direitos até a conquistas dos assentamentos.

A característica comum dos assentamentos da MRH de Chapadinha é que as famílias assentadas na grande maioria já moravam na área posteriormente desapropriada ou muito próximo. Os relatos revelam este aspecto que não constitui apenas uma conveniência geografia, mas a resistência e a luta pelo território.

(...) eu nasci e me criei numa comunidade bem aí. Da Barrica, era, é, era de 7 km daqui lá... Sempre na roça. Eu com oito anos de idade, eu me alembro, que minha mãe já me botava na roça e de lá *pra* cá (...) na roça todo tempo. (José João Teixeira de Araújo, 56 anos. Assentado no PA Morada nova. Entrevista concedida em 30/11/2014).

Antes das desapropriações as terras dos assentamentos Morada Nova era propriedade particular, algumas delas já em disputa com grandes grupos empresariais na produção de Cana-de-açúcar, Bambu, soja e eucalipto. Com mais ou menos intensidade os relatos são de conflitos, dada a relação que se estabelece entre a propriedade privada da terra e a população pobre local conforme relatos a seguir:

Antes aqui era fechado, *nera* todo mundo que morava aqui não. Aqui tinha um dono que o nome dele era *Zé Muringa*, depois *de Zé Muringa*, veio o Seu Ubiracyr, (...) *num* era fácil entrar aqui não, só se entrasse escondido... só se nós trabalhasse

aqui pra dizer que entrava, porque num tinha como entrar aqui dentro não, aqui era tudo cercado, aqui. Tinha uns capataz ruim. Dava não. Mas os cabocos ainda *roubava* castanhinha ali, tinha jeito não. (José João da conceição pereira, 56 anos, assentado no PA Morada Nova, entrevista concedida em 30/11/2014)

Esse quadro se torna mais grave em áreas de ocupação mais antiga, onde as relações de exploração do trabalho são análogas ao trabalho escravo, conforme relata o entrevistado a seguir:

Aqui *era* 66 famílias. O *véi* Dominginhos de Freitas chegou pedindo uma estadia diz que *pra* montar o comércio, diz que *pra* manter os morador. Já tinha morador. Aí todo mundo liberou aí ele se *assituou* e foi botando o regime dele, os *rico* sempre são *esperto* e foi botando o regime dele até quando ficou como proprietário. Botava os *trabalhador pra* bater estrada, fazer variante. E não pagava nada. Aí o *véi Domingim* morreu e ficou o Zé Dutra. (...) E daí *vêi* vindo, O Antônio Dutra (que ficou com o Brejão) vendeu *pro* Pedro Novais e Pedro Novais vendeu *pro* João Santo. Tanto depois o Zé Dutra vendeu *pro* João Santo. (...) Daí avante nós *ficava* pagando renda *pro* grileiro. (...) Nós *fomo* despejado aqui três *vez*. Até que em 97 foi desmembrada a terra. (João Batista, 71 anos, assentamento Belém, entrevista concedida em 26 /12/2014).

Observa-se nos depoimentos que a intensidade do conflito vai sendo modificado, conforme a utilidade que era dada às terras, em alguns casos era funcional a presença de camponeses moradores, conforme relato acima, em outros havia a necessidade de esvaziamento total do imóvel. Neste contexto, o histórico do assentamento Belém é bastante ilustrativo conforme depoimentos a seguir, quando um dos entrevistados faz o seguinte relato:

(...) em oitenta que eu tinha meus quatorze anos, eu me lembro que a relação dele com os moradores era boa, ela era uma pessoa muito legal, o Zé Dutra, antes dele vender *pro* Grupo

João Santo. Ele sabia se dá assim com *os morador* né? E *os morador* que nessa época *tavam* tudo cego tinham ele como patrão, né? Era melhor do que quando ele vendeu *pro* Grupo João Santo, por que quando ele vendeu aí veio a exigência de trabalhar para o grupo João Santo. Aí ele exigiu uma semana, todos os *mês*, no começo. Aí todos os *mês* um da família tinha que ir trabalhar pra eles lá. Aí nesse serviço a pessoa pagava a *comissão* (o que consumia lá, né?) E o trabalho era péssimo, porque chegava lá e colocava só em serviço ruim e a pessoa não tinha condição de fazer boa produção, às vezes ainda vinha devendo. Aí a pessoa quando chegava já encontrava conta da família no comércio (eles montaram um comércio do João Santo), aí é que ia trabalhava, pagava aquela conta *pra tá* comprando o alimento. Era ruim, aí veio mais a exigência de que era 15 dias. Aí foi que começou o pessoal a se revoltar e não vim mais trabalhar, aí começou a querer expulsar os moradores da área. Aí se reuniu todo mundo *pra* decidirem não trabalhar mais *pro* João Santo. (José Orlando, 48 anos, assentado no PA Belém. Entrevista concedida em 26/12/2015)

O relato do Sr João Batista e do Sr. Orlando é complementado por Dn<sup>a</sup> Maria, que deixa claro não era somente a relação da renda da terra, o principal problema, mas a possibilidade de deixar as terras onde sempre viveu e trabalhou, causava-lhes maior sofrimento, conforme relata a entrevistada também do assentamento Belém:

(...) o dono foi que vendeu a gente aqui. Vendeu o lugar pode dizer que vendeu a gente, que não participou *pra* ninguém, né? Quando a gente se espantou foi o noticiário de que já tinham vendido. A gente não acreditava muito, depois já foi o pessoal da firma já querendo *pra* gente desocupar a terra. E daí começou a “perseguição” e não foi desse mundo não. (...) Coisa que eu nunca imaginei foi esse negócio de luta de terra, mas só que nesse tempo a gente, quando a gente não conhece das coisas a gente é assim até inocente, *né?*. (...) A gente passou fome, a gente passou muitos dias sem nada mesmo, sem nada,

porque a primeira coisa que a gente ficou foi sem casa e a gente sem a casa da gente, não tem nada, né? E aí depois disso a fome, o horror de criança que a gente tinha, aqui tinha criancinha minha gente que a gente via anoitecer e amanhecer sem ninguém botar uma panela no fogo *pra* fazer uma coisa, viu? As crianças que só mamava só mamava mesmo. Eu sofri demais, eu não, nós tudo as companheiras daqui, porque no período da luta agente ficou fora daqui *fiquemo* foi aqui nos *mato*, *ni* chuva e *ni* tudo. Não foi brinquedo. ” (Maria Francisca, 51 anos, Assentada no PA Belém. Entrevista concedida em 26/12/2015)

Articulada ao depoimento dos assentados de Morada Nova e Belém, nos Municípios de Anapurus e Buriti, trazemos do depoimento de lideranças que sintetiza a realidade dos do município realidade de Brejo em Anapurus, cuja na fala dos entrevistados traduz uma situação que se diferencia dos demais pelo aspecto antropológico. Ou seja, embora a realidade anterior a desapropriação seja também de conflito, estes se davam na grande maioria em território étnico, em área posteriormente reconhecida como áreas de quilombolas.

Para Bernardo Sousa:

(...) os assentamentos em Brejo, na realidade o primeiro assentamento aqui no Maranhão foi a comunidade de Saco das Alma, então foi uma briga muito extensa, morreu vários companheiros, depois dessa luta, veio Árvore Verdes que também foi uma luta extensa, não chegou a morrer gente, mas foi vários companheiros preso, mas com a ajuda de alguns políticos de São Luís ajudando a gente, a gente conseguiu desapropriar. Depois foi o assentamento Santa Alice, esse assentamento pacífico, o dono preferiu vender para o INCRA *pra* deixar *pros* moradores. Depois veio Boa Vista, que também foi uma luta muito extensa, com 9 anos de briga. Então todos esses assentamentos aqui tiveram essa história de luta no início.

(Entrevista com Bernardo, 52 anos, Diretor do SINTRAF de Brejo Entrevista concedida em 21/02/2015)

Este contexto que expressa a vida antes dos assentamentos, particularizada na MRH em estudo, de certa maneira representa a realidade agrária de várias regiões do país. Em geral o território agrário esteve sempre em disputa e esta região a reproduz conforme depoimentos supracitados expressando a passagem do velho latifúndio para a empresa nacional e multinacional na agricultura.

Dentre os grupos empresariais que expande seus investimentos para a região do Baixo Parnaíba Maranhense<sup>19</sup>. O “João Santo”, a quem se referiu o entrevistado, é o grupo João Santos, que ocupa posição de destaque no Brasil na atividade canavieira, produção de bambu e implantação de fábricas de cimento. Esta última, atividade que oportunamente passou ocorre na década de 1970, quando ocorre o boom do fornecimento de cimento demandado pela onda desenvolvimentista do regime militar, que construía preferencialmente grandes hidrelétricas com consumo alto de cimento. Este processo faz deslançar e consolidar-se dois grupos: O grupo João Santos e o Votorantim<sup>20</sup>.

O território em disputa expressa a condição a que os camponeses estavam submetidos no ambiente marcado pelo fenômeno da chamada “frente de expansão pioneira do Maranhão”, formada por camponeses ocupantes (posseiros, moradores) que chegavam no Maranhão e aqui desenvolveram importante papel na produção de mercadorias, submetidos a uma relação de dominação por parte dos proprietários de terra.

Acerca dessa etapa da formação econômica maranhense, relatada pelos assentamentos, estudiosos do desenvolvimento regional reforçam a existência da frente referida no território em disputa. Exemplo deste é o Historiador e Geógrafo Manoel Correia de Andrade, para quem:

Os caboclos nordestinos migravam para o Maranhão a procura de terras virgens de mata. Ao encontrarem as mesmas, faziam um rancho, roçavam parte da mata e ateavam o fogo,

---

<sup>19</sup> A microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense - MRH. É uma das microrregiões do estado brasileiro do Maranhão pertencente à mesorregião Leste Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 129.381 habitantes e está dividida em seis municípios. Possui uma área total de 6.872,865 km<sup>2</sup>.

<sup>20</sup> Estes dados podem ser lidos na revista Isto é Dinheiro, 2015 disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro>. Acesso em 18/02

preparando as terras para a cultura. No solo cheio de cinzas e de troncos semeavam o arroz, sendo financiados pelos donos de usinas beneficiadoras, a quem pagavam juros altos e se comprometiam a vender a produção. No ano seguinte, como a terra estivesse enfraquecida, plantava na mesma a mandioca e derrubavam uma nova área de mata para o plantio do arroz, caminhando sempre para frente, cada ano fazendo novas queimadas, no que podemos chamar de uma agricultura migratória. As terras por eles deixadas à retaguarda vão sendo agora ocupadas por comerciantes, industriais beneficiadoras de arroz ou funcionários que a cercam para criação. A madeira em grande parte queimada, não é utilizada. Destruindo-se dessa forma, sem qualquer aproveitamento, uma riqueza secular. O que se observa é que o agricultor pobre prepara a terra. Para o rico ocupar. Os títulos de propriedades dificilmente existem, ficando as terras com os pecuaristas (ANDRADE, 1998, p.214).

É neste contexto descrito por Andrade que o território do Maranhão vai sendo ocupado, transformado e reestruturado em sua feição agropecuária. A partir de 1950, o processo de ocupação privada da terra por grupos empresariais e pecuaristas constitui uma nova frente de expansão; segundo Barbosa (2013), o Maranhão torna-se o centro de um processo mais geral de abertura de frentes de expansão agrícola sob as terras já trabalhadas pelos camponeses, gerando diversos conflitos entre pecuaristas e camponeses que culminaram com a formalização legal de domínio de propriedade no lugar da anterior premissa do “trabalho incorporado à terra” (BARBOSA et al, 2013, p. 38).

As estatísticas também são reveladoras da feição camponesa do Maranhão e em particular desta região. O número de estabelecimentos é uma das variáveis que nos leva a compreender esta realidade, legitimando o que foi exposto nas palavras dos entrevistados e dos autores referidos. Na tabela a seguir destacamos a estrutura fundiária, que fornece noção aproximada do quadro de concentração da propriedade da terra, tendo como referência o número de estabelecimentos agropecuários ocupados com agricultura familiar e não familiar.

Tabela 05: Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar na MRH.

<b>Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar (Unidades) Ano- 2006</b>					
<b>Brasil, UF, MRH e Município</b>	Decimal		TOTAL	Percentual	
	Familiar	Não familiar		Fami- liar	Não fami- liar
Brasil	4.551.855	623.781	5.175.66	87,95	12,05
Maranhão	270.263	16.776	287.039	94,16	5,84
Anapurus	1.095	26	1.121	97,68	2,32
Belágua	447	7	454	98,46	1,54
Brejo	2.335	68	2.403	97,17	2,83
Buriti	2.654	30	2.684	98,88	1,12
Chapadinha	4.385	150	4.535	96,69	3,31
Mata Roma	961	18	979	98,16	1,84
Milagres do Maranhão	502	21	523	95,98	4,02
São Benedito do Rio Preto	1.373	16	1.389	98,85	1,15
Urbano Santos	2.008	18	2.026	99,11	0,89
<b>MRH</b>				97,89	2,11

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006)

Observa-se que as estimativas do IBGE de 2006 apontam número expressivo de estabelecimentos, com presença de agricultores familiares nos estabelecimentos agropecuários na MRH (de 97,89%) superior à média brasileira e à do próprio Maranhão (87,95% e 94,16% respectivamente). Apesar de estimativas, estes números são importantes



para caracterização desta MRH, onde apenas 2,11% dos estabelecimentos são ocupados por agricultores não familiares. Esta observação adquire mais importância para nossa análise, quando levantamos a área destes estabelecimentos.

Tabela 6: Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar

Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (hectares)					
Ano- 2006					
Brasil, UF, Microrregião e Município	Decimal		TOTAL	Percentual	
	Familiar	Não familiar		Familiar	Não familiar
<b>Brasil</b>	106.788.460	226.891.577	333.680.037	32,00	68,00
<b>Maranhão</b>	5.935.507	7.098.060	13.033.567	45,54	54,46
<b>Anapurus</b>	14.017	10.996	25.013	56,04	43,96
<b>Belágua</b>	3.442	1.111	4.553	75,60	24,40
<b>Brejo</b>	14.832	15.983	30.815	48,13	51,87
<b>Buriti</b>	17.260	17.591	34.851	49,53	50,47
<b>Chapadinha</b>	70.122	37.294	107.416	65,28	34,72
<b>Mata Roma</b>	7.322	11.366	18.688	39,18	60,82
<b>Milagres do Maranhão</b>	10.847	5.206	16.053	67,57	32,43
<b>São Benedito do Rio Preto</b>	4.407	9.354	13.761	32,03	67,97
<b>Urbano Santos</b>	7.769	8.458	16.227	47,88	52,12
<b>MRHC</b>				<b>53,47</b>	<b>46,53</b>

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006)

Com relação à área dos estabelecimentos, também temos na MRH de Chapadinha uma condição mais dramática do que o observado para o restante do país. Aqui a concentração é maior, agravando tendência nacional onde quanto maior o tamanho, menor é o número de estabelecimentos, e maior é a área ocupada pelos mesmos. Assim reproduzindo a característica comum da questão agrária brasileira, na microrregião em estudo vamos ter 02,1% dos estabelecimentos com 46,5% da área total. A partir desses dados, podemos observar que eles corroboram caracterização da MRH numa perspectiva de território em disputa, com uma forte presença camponesa bem definida secularmente.

Considero necessário enfatizar que o uso do termo território não tem relação direta com o espaço físico, como o que utilizo para definir a MRH da pesquisa. “Microrregião Homogênea de Chapadinha” é somente uma a microrregião geográfica, enquanto que território traz a ideia da relação dos sujeitos sociais deste espaço entre si e externamente. Ou seja, leva em conta a disputa de forças sociais, econômicas e políticas por uma necessidade de territorializar-se.

Para Fernandes (2008), “pensar território nesta conjuntura deve considerar a conflitualidade existente entre campesinato e o agronegócio”. Para o autor:

O capital tem o poder de territorializar-se mais rapidamente por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios”. A territorialização do campesinato, ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas. (PAULINO et al, 2008, p.298).

Esta afirmação de Fernandes (2008) é compartilhada por Almeida (2008)<sup>21</sup>, para quem “falar em campesinato é remeter a uma classe social que possui caráter dúplice no processo social: é ao mesmo tempo proprietária de terra e dona da força de trabalho”. Assim, o campesinato trata-se de uma classe heterogênea, distribuída no território brasileiro e com forte caráter regional. Ou seja, os colonos, caipiras, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados, etc, são peculiares às suas regiões e ambientes. Neste contexto, Almeida (2008) afirma que a construção de um conceito de campesinato diz respeito à contradição deste enquanto classe social no modo de produção capitalista:

Portanto, para entender sua (re)criação, é preciso considerar que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria as relações capitalistas de produção. Cria e recria, contraditoriamente, relações não capitalistas de

---

<sup>21</sup> Ambas citações poderão ser encontradas na obra “campesinato e território em disputa” da expressão popular, tendo como organizadores Eliane Tomasi Paulino e João Edmilson Fabini.

produção aqui exemplificadas pelo campesinato. Logo, o campesinato se apresenta como condição oposta ao agronegócio, este entendido como expressão máxima da *terra de negócio* enquanto oposição a *terra de trabalho camponês*” (PAULINO et al, 2008, p.308).

Almeida (2008) e Fernandes (2008) complementam-se acerca da territorialização que envolve a existência de setores antagônicos como camponeses e empresários, onde a possibilidade dos camponeses se territorializarem dependerá da garantia de seus direitos, por parte do Estado. Isto diz respeito, principalmente, à posse das “*terras de trabalho camponês*”, historicamente reivindicadas.

A dinâmica que se estabeleceu na MRH de Chapadinha, por mais que haja aspectos específicos da realidade local, no que tange o modo de produção capitalista, reproduz semelhanças com o que ocorrerá com os camponeses em todo o mundo capitalista. Como já mencionado, algo similar ocorreu com o camponês europeu desde o início da revolução industrial. Ali a destruição da unidade de produção camponesa ocorre como consequência do processo de acumulação do capital e instaura uma dinâmica de dependência e subordinação (KAUTSKY, 2010).

Nesta perspectiva, o camponês da MRH de Chapadinha desenvolve um sistema de policultivo, dedicando-se a lavouras consorciadas de milho, arroz, feijão, mandioca e fava, numa combinação com o extrativismo e criação de pequenos animais. Este processo foi possível numa dinâmica produtiva envolvendo as áreas de baixões e de Chapadas na maioria das áreas. Nas áreas de baixões o carro-chefe geralmente é o arroz e a mandioca, e nas Chapadas praticam o extrativismo e criação de pequenos animais. Estas atividades tendem a se consolidar no momento de superação do conflito pela terra, supostamente asseguradas pelo reconhecimento do direito de ocupação ou pela criação de assentamentos.

No entanto, a questão agrária regional não é marcada somente pelo velho latifúndio e as ações do Estado com suas medidas de regularização fundiária. Ou seja, a nova frente de expansão da fronteira agrícola, que alcança a região traz novos investidores contribuindo para uma acelerada mudança da estrutura fundiária regional. Conforme explica Carneiro (2008):

A produção agrícola extrativista e pecuária desenvolvida na região foi possibilitada por formas de acesso à terra, que, no passado, foram

definidas conforme a relação das forças entre camponeses e proprietários latifundiários tradicionais, e que nos últimos quinze anos passaram a ser modificadas com a chegada das empresas (p.95).

Com a entrada da soja e das demais atividades a ela associadas, surge uma nova dinâmica na região ameaçando formas de relacionamento e estruturas regionais. Agora o assentamento de reforma agrária deixava de ser a única forma de superação do velho latifúndio, e o agronegócio oferecia oportunidades e ameaças que antes até então não participavam das expectativas locais. Durante a pesquisa de campo identificamos a soja na desde a sua atividade primeira, que é a abertura de novas áreas, cujo desmatamento inicialmente alimentaria a produção de cerâmicas e siderúrgicas maranhense. Somente mais tarde estas áreas terão ali a soja ou o eucalipto, atividades produtivas que na maioria dos casos estão associadas as grandes empresas nacionais e multinacionais. Nos primeiros anos de exploração destas novas áreas há um incremento de lavouras mecanizadas de arroz e milho. Logo nos anos seguintes vem a soja estrela da agricultura moderna, que ali permanece poucos anos sendo seguida do eucalipto, quando esta já não é mais viável devido à escassez dos solos do cerrado.

Figura 07: Etapas da produção de soja e eucalipto na MRH



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da Pesquisa realizada para este trabalho

A produção de soja vem sendo acompanhada pelos camponeses com muita expectativa. No cenário de pobreza da MRH, registrado nas fotografias em anexo, fala por si mesma a necessidade de mudança no quadro socioeconômico local. Os dados coletados revelaram a existência de uma dinâmica de crescimento socialmente excludente e ambientalmente danoso, que serve apenas ao interesse de grandes empresas. Os depoimentos dos camponeses assentados acerca deste processo revelam preocupação com os impactos e com a ausência do Estado no fortalecimento de alternativas.

Para os assentados a soja é sinônimo de um desenvolvimento, onde não há vantagens para região e onde os indicadores de impacto ampliam a vulnerabilidade da população local, conforme fala o entrevistado:

(...)eles trouxeram mais um pouco assim de emprego. Nem todo mundo, mas uns poucos trabalha. A desvantagem é porque mexem muito produto que com esses negócios de veneno, essas coisas aí, e futuramente talvez isso aí alguém vai prejudicar ... (...)porque nós tamo já num caminho bem andado, né? Mas talvez no futuro... quem vão ficar, nossos filhos aí, pode ser que se prejudicar né, por que eu uso muito produto assim, e até agora *num* sentimo nada não, mas quem vai ficar aí futuramente pode sentir as consequência. (...)Antes primeiro, nós plantava a roça aí, *num* dava praga nenhuma, hoje em dia você planta já tem umas praga aí que ninguém *num* sabe nem o que é. Quando o arroz tá... soltando o cacho, ele já chega já sugando a sementinha. Aí a gente tem que usar inseticida *pra* puder controlar eles, *num* sabe? Senão não colhe nada. (Antônio Carlos Sousa Feitosa, 37 anos, assentado no PA Morada Nova, Entrevista concedida em 30/11/2015)

Esta avaliação do Antônio Carlos se repete na fala de todos os assentados. Eles reconhecem que há pouca empregabilidade de mão de obra nas lavouras de soja e responsabilizam a soja pela redução de produtividade, principalmente do arroz. A figura a seguir é de um percevejo do arroz, trazida durante as entrevistas e que até então é desconhecida dos camponeses e o surgimento se deu partir dos campos de soja.

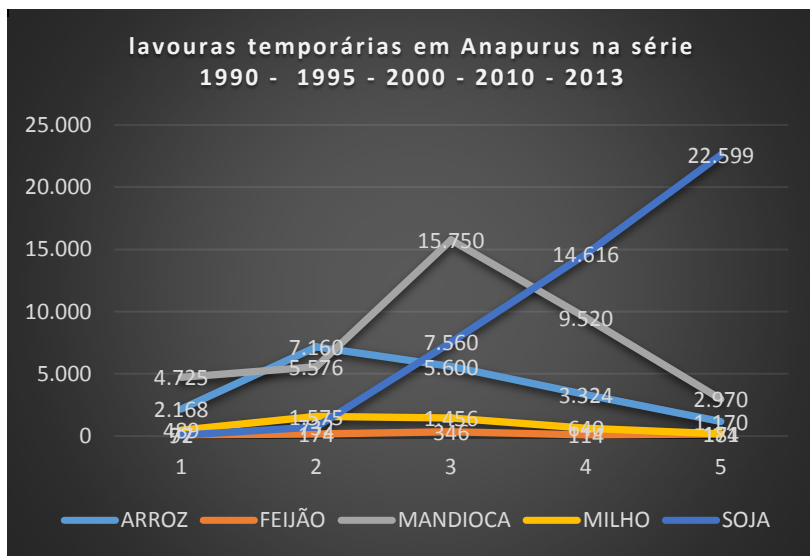
Figura 08: Percevejo do Arroz em Morada Nova



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da Pesquisa realizada para este trabalho

No município de Anapurus pode se observar que a expansão da soja se deu a partir do ano 2000, saltando de 1575 toneladas de grão produzidos, para 7.560 e a seguir dobrando a cada período, como se percebe na série demonstrada a seguir. A imagem da soja é bastante comum no pequeno município segundo dados do IBGE. Na ilustração gráfica a seguir, deixando a área do assentamento cercada por soja ou eucalipto.

Figura 09: Evolução de lavouras temporárias em Anapurus, série 1990 a 2013.



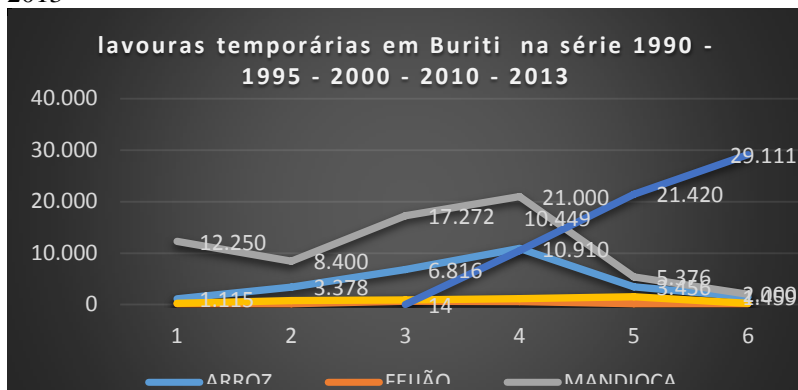
Fonte: IBGE Sidra: Produção Agrícola Municipal.

Esta condição se repete no caso de Buriti. Em todos os municípios da pesquisa, temos evolução da produção de arroz nos anos que antecedem a produção de soja, e queda brusca nos anos subsequentes. Este fato confirma depoimentos dos trabalhadores assentados que explicam a produção de arroz nos primeiros anos nas fazendas, a exemplo de José Orlando, assentado no assentamento Belém, para quem “O arroz só é primeiro ano quando eles *abre* o campo. Aí depois é a soja, é milho, é o feijão”<sup>22</sup>.

Os dados abaixo, expressam na realidade de Buriti e Brejo a reprodução da tendência de redução das principais culturas alimentares, onde mais uma vez a produção do arroz (em casca) é favorecido pela fase inicial da implantação da soja no ano 2000. Logo a seguir a relação se inverte, e a produção de soja passa a ocupar áreas e arroz, ampliando problemas de nutrição e segurança alimentar.

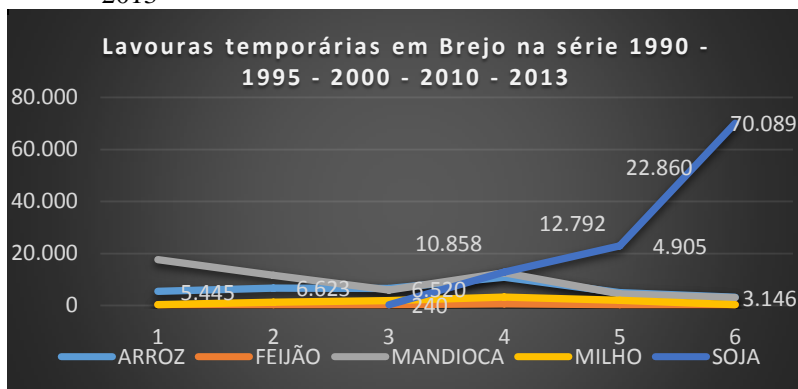
<sup>22</sup> Entrevista com José Orlando de Oliveira, 48 anos – Assentamento Belém, em 26/12/2014

Figura 10: Evolução de lavouras temporárias em Buriti, série 1990 a 2013



Fonte: IBGE Sidra: produção agrícola municipal.

Figura 11: Evolução de lavouras temporárias em Brejo, série 1990 a 2013

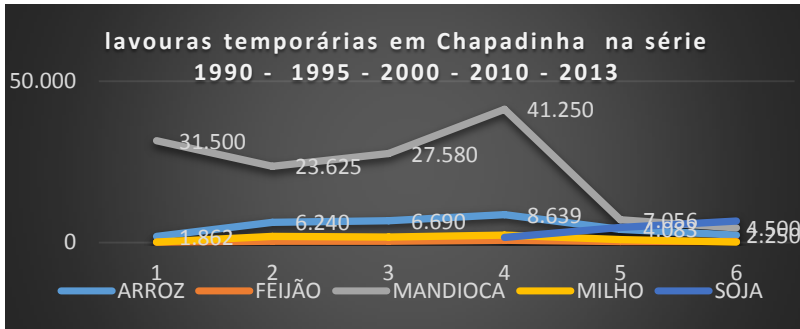


Fonte: IBGE Sidra: produção agrícola municipal.

Em Chapadinha o cenário é o mesmo para a maioria das culturas, porém registra-se um diferencial na produção de mandioca, com uma redução brusca de 41.250Kg em 2005 para 4.500kg em 2013. Conforme ilustração gráfica a seguir



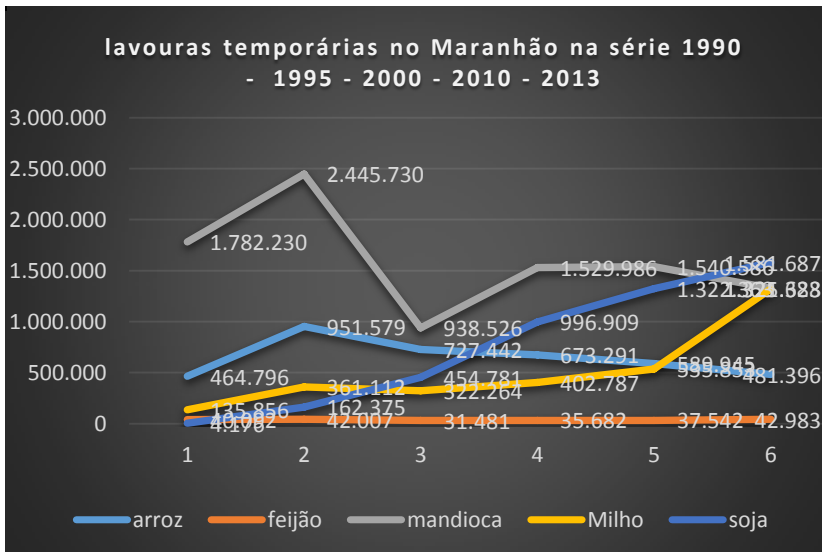
Figura 12: Evolução de lavouras temporárias em Chapadinha, série 1990 a 2013



Fonte: IBGE Sidra: produção agrícola municipal.

Os resultados da lavoura de soja têm grande importância nos dados de toda a evolução das lavouras temporárias do Maranhão. Com isso há a tendência de elevação de culturas mecanizáveis e compatíveis com a soja, apresentam resultados crescentes nos primeiros anos em qualquer região, seguida de queda acentuada em um período mais longo.

Figura 13: Evolução de lavouras temporárias o Maranhão, série 1990 a 2013



Fonte: IBGE Sidra: produção agrícola municipal.

A ilustração acima mostra o quadro do Maranhão com destaque para soja e milho em situação ascendente enquanto as demais culturas aparecem em declínio.



## 5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA.

### 5.1. Caracterização dos assentamentos da MRH

Este capítulo aborda o debate das políticas públicas nos assentamentos, a partir do caso de MRH de Chapadinha, e o papel da reforma agrária naquele território. Conforme já menciona o capítulo anterior, de maneira geral as desapropriações constituem numa resposta do Estado às Lutas de resistência dos Trabalhadores, sendo o principal instrumento de regulamentação fundiária e de contenção de conflitos pela posse das terras.

A tabela a seguir apresenta a totalidade dos municípios e dos assentamentos na MRH, destacando o tipo, total de áreas, famílias assentadas e área por família. Embora não há divisão de parcelas individuais, os mesmos obedecem a uma taxa média de ocupação variada devido as diferentes modalidades de assentamentos e da Reserva Extrativista, conforme tabela a seguir.

Tabela Nº 07: relação de assentamentos atualizada até 12/2011

MUNICÍPIOS E PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	TIPO DE PROJETO	ÁREA	ÁREA MÉDIA /FAMILIA	FAMILIAS
<b>ANAPURUS</b>		<b>1219</b>	<b>31,26</b>	<b>39</b>
PA MORADA NOVA	Federal	1219	<b>31,26</b>	39
<b>BELAGUA</b>		210	<b>2,33</b>	90
PCA TRIZIDELA	Casulo	70	<b>2,33</b>	30
PCA CONCEIÇÃO	Casulo	70	<b>2,33</b>	30
PCA SANTA CLARA	Casulo	70	<b>2,33</b>	30
<b>BREJO</b>		<b>5427,59</b>	<b>22,34</b>	<b>243</b>
PA ÁRVORES VERDES	Federal	2555,65	<b>19,36</b>	132
PA SANTA ALICE	Federal	1490	<b>27,09</b>	55
PE BOCA DA MATA	Estadual	927,78	<b>42,17</b>	22
PA SANTA TEREZA I	Federal	454,17	<b>13,36</b>	34
<b>BURITI</b>		<b>6544,74</b>	<b>33,56</b>	<b>195</b>
PE BELEM	Estadual	2723	<b>50,43</b>	54

PA FAZENDA SANTA CRUZ	Federal	2342,74	<b>25,74</b>	91
PA PÉ DA LADEIRA/URUCUZEIRO	Federal	1479	<b>29,58</b>	50
<b>CHAPADINHA</b>		<b>29071,5</b>	<b>38,45</b>	<b>756</b>
PA BARROCA DA VACA	Federal	2721,66	<b>21,60</b>	126
PA CANTO DO FERREIRA	Federal	4448,31	<b>29,27</b>	152
PA ARRODEIO/CERCADINHO	Federal	2235	<b>23,78</b>	94
PA PAIOL	Federal	3091,3	<b>29,44</b>	105
PA LARANJEIRA	Federal	1345,11	<b>28,62</b>	47
PA NOSSA SENHORA APARECIDA I	Federal	1046,03	<b>24,33</b>	43
PA VILA DOS BORGES	Federal	2212,86	<b>33,03</b>	67
RESEX CHAPADA LIMPA	Resex	11971,24	<b>98,12</b>	122
<b>MATA ROMA</b>			<b>0,00</b>	
<b>MILAGRE DO MA</b>		<b>1295,46</b>	<b>24,44</b>	<b>53</b>
PA OLHO DE FOLHA	Federal	1295,46	<b>24,44</b>	53
<b>SÃO BENEDITO DO RIO PRETO</b>		<b>1260,96</b>	<b>24,72</b>	<b>51</b>
PA LAGOA DA BANANEIRA	Federal	1080	<b>30,86</b>	35
PE BOIÃO	Estadual	180,96	<b>11,31</b>	16
<b>URBANO SANTOS</b>		<b>6151,26</b>	<b>21,89</b>	<b>281</b>
PE MANGUEIRA	Estadual	1000	<b>17,86</b>	56
PA MANGUEIRA / MANGABEIRA	Federal	2437,95	<b>20,15</b>	121
PA ESTIVA	Federal	925,67	<b>19,28</b>	48
PA PRIMAVERA	Federal	1787,65	<b>31,92</b>	56
<b>TOTAL</b>		<b>51180,51</b>	<b>30,89</b>	<b>1657</b>

Fonte: INCRA (2015)

As políticas de acesso à terra na MRH incluem assentamentos (federais e estaduais), criação de reserva extrativista e reconhecimento de direito constitucional às terras de comunidades quilombolas. Segundo Carneiro (2008), a criação das áreas de reservas extrativistas associa-se à estratégia dos camponeses para evitar o avanço do cultivo de soja nas áreas de campo de Chapadas. Como exemplo, a Resex Chapada Limpa, com 11971,24 de ha beneficiando 122 famílias em Chapadinha. Quanto as áreas de quilombos da MRH estão majoritariamente no município de Brejo. Das 13 áreas certificadas pela Fundação, 12 estão em Brejo.

Mergulhados em conflitos permanentes pela posse das terras, não conseguem evoluir como estruturas de produção tipicamente camponesa, definindo no momento em que se confrontam com expansão de monocultivos do agronegócio. O período em que os assentamentos passam a ser criados como alternativas para solucionar a pressão imobiliária, afetando formas de ocupação historicamente associadas a peculiaridades dos ecossistemas, compatíveis com o uso do solo e da vegetação das chapadas, em processos que mantem – secularmente – vasto número de pessoas ocupadas na agricultura familiar.

Aqui em Brejo foi bastante difícil a implantação do nosso projeto discutir com a comunidade. A gente tem aqui três PAs, elas são hoje reconhecidas como comunidades quilombolas, todas próximas às margens do Rio Paraíba. Em 73 teve a desapropriação do Saco das Alma. Era muito difícil porque as vezes eles davam mais confiança *pra* políticos das cidades do que dos próprios companheiros lá dentro. Acreditamos hoje que os companheiros sofreram muito, são reconhecidas afrodescendentes. (Izalmir Sousa Santos, 46 anos liderança sindical e quilombola. Entrevista em 21/02/2015)

Para Nascimento (2011), a formação social de Brejo emerge do período escravocrata com destaque para o legado de uma pernambucana descendente de fidalgos portugueses que após o seu casamento com o milionário Capitão-mor Domingos Alves de Sousa, seu conterrâneo, rumaram para o Norte do Brasil. Acompanhados de colonos e escravos. Relata a pesquisadora que após morte do marido, a então Euzébia, herdeira e no comando dos negócios passa a exercer

grande influência na política local e exercia, um comando “arbitrário, violento e atroz” na região. Por conta disso, relata a autora que Euzébia teve como principal opositor o movimento Balaiada. Conhecida como a principal expressão da luta dos quilombolas daquele período (NASCIMENTO, 2011, p.110).

Estes fatos, mencionados, nos permitem mencionar que Brejo tem uma situação muito peculiar, refletida na estrutura fundiária contemporânea, bem como nas relações políticas locais estabelecidas, que. Uma leitura mais apurada do processo de ocupação de Brejo requer observações com variáveis para além dos aspectos históricos e econômicos, apoiadas em informações de cunho antropológico.

Atualmente a região tem as seguintes áreas reconhecidas como terras de quilombos:

Tabela 08: Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares na MRH de Chapadinha

<b>POVOADOS</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U</b>
Arvores Verdes	25/05/2005
Boa Esperança	12/09/2005
Boa Vista	06/12/2005
Criulis/Boca da Mata	12/09/2005
Faveira	08/06/2005
Saco das Almas	30/09/2005
Santa Alice*	30/09/2005
Bom principio	12/05/2006
Alto Bonito	05/03/2008

Fonte: Fundação Palmares - FCP apud Carneiro (2008)

Em geral os assentamentos na MRH não são loteados, mantendo assim uma característica cultural local, de área de uso comum e com pouca infraestrutura além das unidades habitacionais familiares. No trabalho de campo, orientado por questionário de perguntas fechadas para mensurar o acesso a políticas públicas, notou-se um consenso no conjunto das famílias: a ação do INCRA e das instituições de créditos são incipientes e incompletas.

Enquanto políticas de suporte à reforma agrária, observou-se que o nível de satisfação das famílias é diferenciado para as diversas modalidades. A partir de perguntas fechadas sobre a avaliação que as mesmas fazem da infraestrutura, viu se que há acesso à habitação,

energia elétrica e água em todas as áreas da pesquisa. E que na opinião das famílias, as casas foram depois da terra a conquista mais importante, seguida da água e da energia, apesar dos poucos investimentos comprovados na pesquisa. No quadro a seguir, temos um demonstrativo dos investimentos iniciais denominados créditos de instalação, construídos a partir das informações das entrevistas e do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA

Tabela 09: créditos de Instalação do Assentamento

PROJETOS DE ASSENTAMEN TO	CRÉDITOS DE INSTALAÇÃO DO					
	Fomento		Alimentação		Habitação	
	Valor R\$	Fam. Bem	Valor R\$	Fam. Bem	Valor R\$	Fa m. B e m
<b>Arvores Verdes</b>	44.000,00	60,00	20.400,00	60,00	150.000	60
<b>Morada Nova</b>	15.375,00	15	6.000,00	15	97.500,00	39
<b>Belém</b>	0	0	0	0	70.000	28

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas e do PDA/INCRA/2002

Podemos observar no quadro acima que os investimentos iniciais são considerados importantes e propiciam as primeiras mudanças na vida econômica dos assentados. Belém, por ser assentamento Estadual – PE, não dispõe da modalidade de crédito de instalação. As habitações de Morada Nova e Arvores Verdes receberam posteriormente o crédito de reforma habitacional no valor de aproximado de R\$ 5000,00 (cinco mil reais) por unidade, segundo informações dos entrevistados.

Os recursos do crédito de instalação, na modalidade fomento foi destinado a estrutura para produção inicial. Aquisição de equipamentos dentre outros. Em Morada Nova fora adquirida uma mini beneficiadora de arroz que utilizam para processamento da produção interna de arroz, e uma maior parte de recursos se destinou ao manejo de Caju, em área implantada pelo proprietário anterior das terras.



Segundo os entrevistados, foi esse o maior equívoco. A fala a seguir expressa o sentimento do conjunto das famílias do Morada Nova:

(...)Só o que eu achei que deu mais errado foi no tempo que desse programa do INCRA que eles vieram fazer, que era *pra* aplicar em qualquer coisa. (...) no roço de caju. Isso foi uma raiva, nós jogamos dinheiro fora.. (...) aí o foi o tempo que chegou a praga do caju, aí começou matar *mermo*, aí ninguém ligou mais não., (...)Erva de passarinho, aquilo acabou, acabou *mermo*, *viraro* toda (...), toda semana tirava quando voltava tava de novo, aí nós jogou fora, esse dinheiro, jogou fora, nessa época. Tivesse sido em gado tivesse sido *mió*. tinha um resultado. Mas o caju, nós enterramos o dinheiro no chão. Mas foi enterrado, bem enterrado. *Siô*, isso limpou todo o caju. Mas quando foi *pra* gente limpar num mais nenhum caju vivo. Aí a praga veio de novo, que aí limpava o pé aí subia *pra* tirar *todo aquilo* de cima, derrubava tudo de cima, aí quando dava na outra semana, já *tava* tudo de novo já, aí *num* tem como! Morreu todinho o caju. Taí, algum pé que tenha hoje aí, *num* bota mais não, de jeito nenhum, só *afulora mar num* bota. (José João da conceição pereira, assentado no PA Morada Nova, entrevista concedida em 30/11/2014)

Segundo informações do PDA do Assentamento, o caju era desde o início um potencial de composição da renda do assentamento, o pomar estava instalado em 200há do imóvel desapropriado, com produção declarada em 2001 de 29.000 kg de castanha de caju. Essa produção foi considerada baixa nas conclusões do referido PDA, que traz a estimava de produção daquele ano de 44.460Kg de Castanha. O estudo da época faz um comparativo com o rendimento médio de castanha do município tendo como referência o IBGE e conclui que tanto a quantidade declarada, como a estimativa de produção da associação local estão bem distantes dos valores do referido instituto que estimava produtividade de 450Kg por há, ou seja, aproximadamente 90.000Kg (noventa mil quilos) no total. (FETAEMA, 2002.p.46)

Vimos, portanto, que –na prática- o assentamento não teve acesso a crédito de investimento, destinando os recursos de apoio inicial, para manejo de área de fruticultura em declínio de produção pelo

que apontava o diagnóstico do PDA. No caso do Programa Nacional de crédito da Agricultura familiar o PRONAF, única fonte de recursos teoricamente disponibilizados aos assentados, a pesquisa buscou compreender (a partir da opinião das famílias) porque não tiveram acesso durante os 17 (dezessete) anos de existência. Alguns assentados o vêm com uma certa desilusão, o que pode se notar na fala de Antônio Carlos no PA Morada Nova. Quando perguntado sobre o PRONAF diz que: “Agente sonha com ele mais ainda não chegou aqui em nossa região não”. (Antônio Carlos Sousa Feitosa, 37 anos, assentado no PA Morada Nova, Entrevista concedida em 30/11/2015).

As potencialidades encontradas são várias, seja pela localização, ou pela unidade interna das famílias e o grau de organização das mesmas, causando estranheza que os mesmos não tenham tido oportunidade de acesso às políticas de créditos. No curto espaço e ainda com poucos recursos, os assentados buscaram revitalizar o grande pomar de caju. Isto também ocorreu com a produção de hortaliças que aparece como oportunidade de geração de renda com estruturas de acesso ao mercado, conforme descreve outro entrevistado:

Foi através dos técnicos, dos técnicos, desses técnicos que estavam aqui, assistência técnica tinha uma mulher que era interessada demais, aí a gente aprendeu com ela, agora a gente já sabe mexer, fazer uns *manejin...* (...) alface, pimenta de cheiro, tomate, cebolinha mermo né, quiabo, maxixe, (...) dá dinheiro mais que na roça... dá, *pra mim deu*. Só que é tudo natural mermo né, *num* tem negócio de agrotóxico, né? E tem, e procura mais de que com agrotóxico... (José João da conceição pereira, assentado no PA Morada Nova, entrevista concedida em 30/11/2014)

Em Belém e Árvores Verdes houve acesso aos recursos do PRONAF, com finalidades e situações bastante diferentes. Em Belém o mesmo resultou de uma assessoria privada, contratada pela associação do assentamento. Os relatos não escondem o desapontamento, ficando claro que não se tratava de uma decisão de consenso do conjunto das famílias. Resultando em um investimento ousado para a realidade das famílias, tinha como carro chefe a produção e o beneficiamento do caju, propiciando enorme expectativa, frustrada pela descontinuidade dos recursos para conclusão da agroindústria, aparentemente dimensionada

em descompasso com a disponibilidade de energia elétrica para o funcionamento dos equipamentos adquiridos.

O caso de Árvores Verdes se diferencia dos demais por ter havido um maior investimento do INCRA e das instituições de créditos, mas também pela dimensão cultural e política do município de Brejo. Para as lideranças locais este assentamento é resultado da mobilização dos trabalhadores. Consideram ainda que ali, assim como em outras áreas, a singularidade étnica local tornara os processos mais articulados, permitindo que no momento as terras estejam reconhecidas ou em processo de reconhecimento como território quilombola. No entanto, a disputa pela posse da terra não se diferencia das demais regiões do estado na questão do conflito, conforme descreve um dos informantes-chave da pesquisa.

Os assentamentos em Brejo, na realidade o primeiro assentamento aqui no Maranhão foi a comunidade de Saco das Alma, então foi uma briga muito extensa, morreu vários companheiros. Depois dessa luta, veio Árvore Verdes que também foi uma luta extensa, não chegou a morrer gente, mas *foi* vários companheiros *preso*, mas com a ajuda de alguns políticos de São Luís ajudando a gente, a gente conseguiu desapropriar. Depois foi o assentamento Santa Alice, esse assentamento pacífico, o dono preferiu vender para o INCRA *pra* deixar *pros* moradores. Depois veio Boa Vista, que também foi uma luta muito extensa, com 9 anos de briga. Então todos esses assentamentos aqui tiveram essa história de luta no início. (Bernardo Sousa, 52 anos, quilombola e sindicalista em Brejo, Entrevista em 21/02/2015)

A articulação política para solução da questão fundiária mencionada por Bernardo Sousa, se mantivera em outras frentes na instalação do Assentamento. Estando contemplado pela política de Assessoria Técnica social e Ambiental - ATEs, nos primeiros convênios de 2004-2007. Isso de fato pode ser o diferencial importante acerca no PA Árvores Verdes.

No Assentamento Belém, a dependência política local também é expressada pelos assentados, mas apontada como causa do insucesso da atividade de produção e beneficiamento do caju, conforme relata o entrevistado

(...) se o governo tivesse responsabilidade, com a CEMAR junto, porque foi pedido que *eles viesse* nas reuniões por causa dessa história do transformador pra saber o quê que eles iam assumir. Na minha opinião esse foi o maior erro. O que a gente tinha mesmo era o projeto da produção boa era o caju, né? Se eles tivessem se responsabilizado de botar o transformador na época, que já *tamo* com mais de cinco safra de caju perdido, se *nós tivesse* da primeira safra colhido a safra total isso aí tinha melhorado o assentamento bastante mesmo.

(José João da Conceição Pereira, 56 anos, assentado no PA Morada Nova, entrevista concedida em 30/11/2014)

Considerando os elementos mencionados, o que se pode observar é a ausência do INCRA na etapa de consolidação dos assentamentos. O esforço das famílias de organizar-se coletivamente para produção deixa bastante evidenciada a necessidade do Estado. O acesso ao crédito é uma etapa da vida do beneficiário da reforma agrária vinculada à assistência técnica, e sobre este fato não há no atual contexto nenhuma uma alternativa formulada.

### **5.1.1. Caracterização da produção agrícola dos assentamentos**

Aqui, aborda-se a produção dos assentamentos da MRH de Chapadinha constituídos de uma estrutura de representação das famílias dos assentamentos, onde a associação de assentados surge como o principal agente de produção local. Ao mesmo tempo que exerce o papel de representatividade jurídica e política local, ela arbitra disputas e formas de uso da área coletiva, prevendo ainda pequenos espaços de uso individual, notadamente em torno de cada casa.

Em regra, a produção de lavoura temporária se resume a uma pequena produção de autoconsumo e excedentes de safras que permitem escassa comercialização, principalmente de derivados da mandioca.

As terras são mantidas em área de domínio comum (não parceladas), e o tamanho das roças depende da força de trabalho no interior da unidade de produção familiar, raramente excedente 1,5há. Ao longo da existência do assentamento ficou estabelecido o tamanho

médio por família/ano, das terras destinadas ao cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca principalmente, conforme esclarece a assentada:

(...) A gente planta arroz, planta feijão, planta mandioca, milho. (...) tudo junto num campo só, mas é dividido, cada qual tem sua divisão, mas é tudo ali na roça. Assim como a roça é dividida, a gente planta cada um planta, cada qual planta na sua área, né? Planta primeiro arroz, milho, *manaíba*. Às vezes a gente deixa um pedaço e planta o feijão. (Maria Francisca de Oliveira, 51 anos, PA Belém, entrevista em 26/12/2014).

O sistema de produção a que se refere a entrevistada consiste de roço da vegetação nativa, seguido de corte das árvores maiores ou derruba, queima da mata após secagem, encoivramento, cerceamento, plantio (há casos –raros– em que aplicam herbicidas antes do plantio. Muito raramente mais ocorre) capina, manejo de possíveis pragas e por fim, a colheita. Esse sistema é feito com o emprego da foice, facão machado enxada e fósforo. E o tradicional sistema de corte e queima ou roça-no-toco, ainda em uso em regiões onde a pobreza e a ausência do Estado não permitiram/permitem acesso dos camponeses à outras tecnologias.

Os números de produção agrícola com valores autodeclarados nos assentamentos Morada Nova e Belém, nas condições descritas, estimam numa área média de 1,25há por família. Estas terras são cultivadas basicamente com arroz, milho, feijão e mandioca. A estimativa de produtividade de cada uma dessas culturas, indica que se pode chegar a valores bem mais otimistas do que os apresentados no PDA do assentamento Morada Nova em 2002 e IBGE/2013.

Tabela 10: Produtividades das Principais Culturas na MRH.

PRODUTO KG/HA	KG/HÁ	PDA/2002	IBGE (2013) ANAPURU S	IBGE (2013) UF
Arroz em casca	2174,12	1.190,27	390	1193
Milho	413,33	300,83	110	2610
Feijão	284,44	35,66	310	457
Mandioca (raiz)	5218,75	2,245,35	3300	6887

**Fonte:** elaborada com dados fornecidos das entrevistas, PDA/2002 e IBGE/2013

Estas estimativas indicam que há uma capacidade de resposta dos solos dos assentamentos, mesmo que desenvolvidas em escala maior de produção. Não é por um acaso que a soja se adaptou muito bem a região, com índices de produtividade até superior ao de outras regiões do estado. Vale salientar que apesar da produtividade apresentada por há, a produção obtida é pequena, principalmente de feijão desenvolvida numa pequena parte da área para o consumo da família.

Foi observado no trabalho de campo, vários sinais de mudanças do sistema roça-no-toco, que como já mencionado está esgotado enquanto sistema de produção, apresentando uma baixa capacidade de produção familiar e com dificuldades de garantir a sucessão de camponeses no núcleo familiar, sendo um tema recorrente nas falas dos entrevistados, como diz a assentada em Belém, sobre a saída de pessoas do assentamento:

Sim. Muita gente trabalhando fora, as pessoas vivem mais é trabalhando é fora, é um mês aqui e três meses no mundo. Porque não tem perspectiva de trabalho, incentivo *pra* agricultura, *pra* nada mesmo. Josenilda Maria Oliveira dos Reis, 32 anos, assentada no PA Belém. Entrevista concedida em 26/12/2015)

Observa-se na fala desta entrevistada que não estamos tratando de migração, e sim de um processo em que as pessoas desenvolvem um trabalho sazonal retornando para o lugar de origem. Nesta perspectiva, chamam atenção as possibilidades diversas de processos de mudanças na matriz produtiva local. Mais que isso, nos dados observa-se o sucesso em indicadores de processos de mudanças da matriz produtiva, sempre que foram apoiados, embora seguidos de repetidas frustrações.

Os ingressos de recursos externos resultaram momentaneamente em fortalecimento dos grupos de assentados que se motivavam para inovações dos sistemas produtivos, com destaque para as novas tecnologias, novas formas de cooperação na produção e comercialização. Isto também ocorre em termos de mudança da matriz produtiva com adoção de produção agroecológica.

Destaca-se como fonte de informações acerca destes ensaios, as declarações sobre os recursos do fomento com prioridade para fruticultura, hortaliças e aquisição de pequenas agroindústrias, conforme já mencionando. Não obstante, a contratação de horas máquinas para

campos coletivos de arroz e o uso de capinas e adubação químicas relatados, compõe o quadro de novos cenários na MRH.

Para um dos informantes-chave da pesquisa:

“o uso de herbicidas vem aumentando e já interfere na cultura local. Está substituindo a tradicional troca de dias de serviços nas capinas das roças, uma prática que as pessoas tinham, que era uma das formas de cooperação simples, que foi se perdendo”.

(Edivan Oliveira, 43 anos, dirigente do MST e assentado no PE Belém)

As alternativas agroecológicas também estão no horizonte de possíveis mudanças. O caso mais expressivo observado foi o sistema de recuperação de áreas degradadas, desenvolvido no assentamento Árvores Verdes como parte das ações dos Programa de Assentamentos Verdes - PAV. Aquele foi um dos PAs escolhidos pelo INCRA para desenvolver um programa de recuperação de áreas, associadas a culturas anuais, apicultura e criação de pequenos animais. Atualmente as famílias estão desenvolvendo individualmente as roças de culturas de subsistência, e de forma paralela são chamadas a participar do referido projeto onde implantam campos mecanizados de sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia Benth*), também conhecida como sansão-do-campo.

Nos referidos campos as famílias desenvolvem sistemas agrosilvopastoris, roças tradicionais produção de madeira (estacas) e apicultura em consórcio com a leguminosa mencionada

O extrativismo foi identificado de forma mais expressiva em Belém e Árvores Verdes, com a venda da palha de carnaúba e amêndoa de babaçu. Ambos são comercializados in natura,

O Babaçu (*Palmae orbignya martiana*), palmeira típica de uma vegetação primitiva do trópico úmido, se destaca pelo porte alto sendo distribuída geograficamente em todo o território na maioria das regiões brasileira, com maior concentração nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins onde restariam aproximadamente 10 milhões de hectares de floresta da referida palmeira.

O processamento local ocorre apenas de parte das amêndoas de Babaçu para produção do azeite e do mesocarpo, produto extraído da polpa seca do fruto. É sem dúvidas a produção de maior expressão do extrativismo maranhense comercializado para pequenas indústrias do Maranhão

Os dados a seguir ilustram a importância do Babaçu na produção da MRH de Chapadinha.

Tabela 11: produção de Amêndoa de babaçu em toneladas produzidas

Município/ MRH	Toneladas/Ano			
	2010	2011	2012	2013
Anapurus	129	130	132	90
Belágua	2	2	2	1
Brejo	260	265	267	200
Buriti	235	238	240	180
Chapadinha	2.826	2.755	2.783	1.385
Mata Roma	295	296	299	251
Milagres do Maranhão	112	115	116	99
São Benedito do Rio Preto	680	690	695	520
Urbano Santos	430	440	450	382
MRH	4969	4931	4984	3108

Fonte: IBGE. Produção da extração vegetal e silvicultura

O aproveitamento por meio de indústria do Babaçu propiciaria o aproveitamento de toda a planta, uma vez que o aproveitamento vai desde a artesanatos a alimentação “gerando em torno de 64 produtos” numa cadeia produtiva que vai deste o artesanato a alimentação humana e animal. (FONSECA, Luiza et al. 20014, p. 05),

Por outro lado, a tabela acima permite outra discussão acerca da temática aqui estudada. Os dados referentes ao município de Chapadinha indicam uma produção do extrativismo de babaçu exponencialmente maior do que a de qualquer outro município. Embora Chapadinha sendo maior em extensão que os demais municípios, e sua maior produção de babaçu constitua uma obviedade, os mesmos dados ganham uma outra expressão quando examinados desde uma perspectiva de territorialização do agronegócio. Nesta ótica o babaçual surge como limitante para a expansão da soja e o quadro se altera.

Ou seja, a evolução da soja, em relação as demais culturas demonstradas no capítulo anterior, apresenta para o município de Chapadinha uma condição diferente das demais, não conseguindo expandir-se na mesma proporção. Olhando por este aspecto a vegetação de babaçu pode se constituir em uma espécie de barreira natural ao avanço da mecanização agrícola, dificultada pela estrutura radicular,



com ocorrência de raízes no perfil do solo em quantidade e profundidade comprometedoras. A literatura a respeito deste tema, dispõe de estudos de casos que reforçam a tese da restrição de mecanização em babaçuais, conforme descreve um dos autores.

A porcentagem do babaçu nas raízes totais atinge seu máximo em 70 - 80 cm de profundidade, reflexo da ocorrência de muitas raízes grossas nesta faixa de profundidade. Estas raízes grossas são de importância chave para o estocamento de carboidratos e fitatos (Miyaniishi e Kellman, 1986) e deste modo garantem a grande força de rebrotamento das palmeiras juvenis do babaçu após a corte e queima. A localização profunda destas raízes grossas profere proteção física contra perturbações (derruba-e-queima) ou até contra esforços de eliminação de palmeiras juvenis por meios mecânicos, uma razão principal do grande sucesso do babaçu em áreas degradadas e perturbadas.

(DE SOUSA et al, disponível em: [www.sct.embrapa.br](http://www.sct.embrapa.br), acesso em: 07/05/2015).

Em área de Babaçu, o sistema de cultivo denominado “corte-queima” é considerado um sistema agroflorestal tradicional, a cultura do babaçu encontra condições ideal para adensamento e domínio total da área, pelo processo de quebra de dormência da semente constituída de epicarpo lenho resistente e germinação rápida em relação às outras espécies, favorecida pela temperatura das queimadas. (MOURA, 2004).

A figura a seguir, é de preparação de uma pequena roça de “corte-queima”, sendo a primeira etapa de um processo do “sistema agroflorestal tradicional” constituído de introdução de culturas alimentícias em consórcio com o Babaçu:

Figura 14 : Roça no sistema de corte-queima em área de babaçu



Foto: Leonardo Melgarejo, acervo da pesquisa realizada para este trabalho

O efetivo da pecuária nos assentamentos da região pouco aparece nos dados de produção e nas entrevistas, que mencionam apenas algumas cabeças para consumo. A criação de suínos e caprinos desapareceu nos assentamentos com proximidade das áreas de chapadas.

No Assentamento Morada Nova em 2002, por ocasião do diagnóstico do PDA, foi identificado o rebanho de 609 animais entre suínos, bovinos (FETAEMA, 2002, p.49). Neste estudo as famílias declararam não produzirem animais devido aos campos de soja. Uma análise mais criteriosa nota-se que houve uma mudança no perfil da região, fato que pode conformar as declarações dos informantes de Morada Nova.

Em 2002, o referido PDA apresenta o perímetro do assentamento tendo como em seu limitando com proprietários particulares de produtores maranhense sendo ao Sul Luis C, Gumecindo. Ao Leste Raimundo Vieira e Raimundo Remo e ao Oeste Francisco Anísio e Antonio Vitória. (FETAEMA/2002). Atualmente estas áreas foram substituídas por soja e eucalipto representados por “X (ou uma cruz?) e a letra A” (“acalípio”), respectivamente, o que se pode conferir na figura a seguir :

Figura 15: Mapa participativo no Assentamento Morada Nova

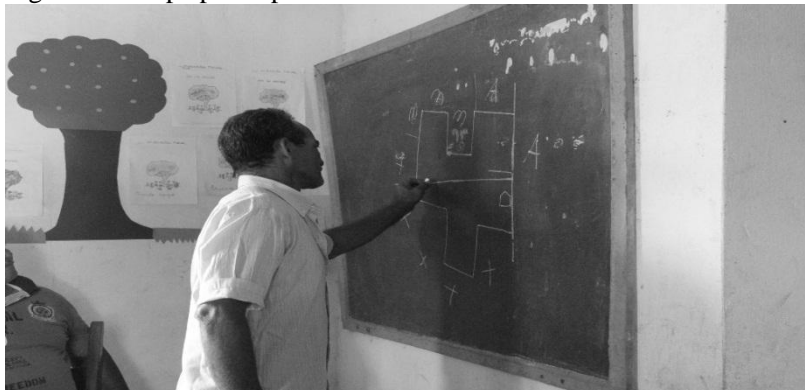


Foto: Leonardo Melgarejo, acervo da pesquisa realizada para este trabalho

Esta situação observada em Morada nova, é compartilhada por agricultores de Brejo, cujo relato menciona o impacto da monocultura de soja no efetivo de animais, conforme diz o entrevistado a seguir, sintetizando opinião sobre o agronegócio da soja:

“A morte. Porque como era antes? *Nós fazia* nossa roça de toco e nós *criava*. Alguns companheiros, algumas cabeças de gado. Outros: bode porco, porco era 99% no aberto. Até 82 {ano}. Em 83 começou a vir agricultura da soja aqui na região. Os dois primeiros gaúchos que vieram *cercaro e plantaro lá seus canto*. E em 91 aí *empestou* mesmo toda região, de sulista. E aí já era outra programação. Era *desmatano e plantano*. Por que aqui como era antes? Os companheiros não tinham terra, nós trabalhava na terra de algum cidadão. Enquanto com esses impacto de criar os bicho tudo junto, no aberto o que que aconteceu? Acabou burro, acabou jumento, acabou cavalo, acabou gado, acabou tudo. Foi um impacto muito violento porque assim as comunidades não *tavam* preparadas *pra* receber isso. Chegou duma *vez* em 91 chegou tudo *duma vez*. Então foi um impacto muito violento que até hoje a comunidade sofre. Quando eu falo de morte é porque enquanto você tem alimentação correta você vive, quando *lhe* tiram 80% dessa alimentação você está morto. (Bernardo Sousa,52

anos, quilombola e sindicalista em Brejo, Entrevista em 21/02/2015).

É comum o rebanho de caprinos na MRH. Atividade tradicionalmente desenvolvida pelos pequenos proprietários hoje se encontra de forma mais significativa em Árvores Verdes, e em outras áreas de assentamentos como Nossa Senhora Aparecida (Baturité), onde os planteis foram objetos de crédito do PRONAF.

A avicultura de corte, foi recomendada também nos contratos do PRONAF em Arvores Verdes durante o período de assistência técnica, onde os agricultores acessar recursos para tal fim. Terminado o convenio os agricultores concluíram que a atividade não apresentava viabilidade econômica. Os custos da ração balanceada e a dificuldade de mercado inviabilizavam sua manutenção. Segundo diretora de ATES do INCRA/MA), a comunidade renegociou com o banco suspendendo o financiamento e readequando o projeto para a caprinocultura. (Laurilene Alencar Muniz, coordenadora de ATER no INCRA. Entrevista concedida a Elias Araújo em 23/02/2015)

A produção agroecológica, foi identificada de forma mais expressiva em Arvores Verdes. Este assentamento se diferencia dos demais pela distância das áreas de campos de soja e eucalipto, possibilitando uma diversificação da produção agrícola com pecuária (pequenos animais) e produção também de hortaliças.

Conforme já referido, o PA teve um histórico de ATES por um período curto. O acesso aos recursos do Programa Nacional de agricultura Familiar – PRONAF e a atuação de organizações externas como sindicatos, pastorais sociais, etc. possibilitaram maior acesso às políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento dos processos produtivos, com destaque para a criação de pequenos animais (caprinos, suínos e aves) e o desenvolvimento de sistemas de produção agroflorestais via ações do PAV. Nesta perspectiva, a composição da renda das famílias do PA Árvores Verdes já pode contar, embora que de forma bastante inicial, com renda obtida do meliponário que compõe o referido sistema.

Os elementos acima mencionados nos levam a observar que na MRH de Chapadinha a estratégia de reprodução para uma parcela significativa da população assentada continua sendo “combinação de atividades agrícolas, o extrativismo vegetal (Babaçu, Carnaúba, bacuri, Pequi, etc) e a criação de animais” (CARNEIRO, 2008 p.90) e pequenas áreas de cultivo individuais. Estas áreas são definidas nas reuniões das associações e os projetos de natureza coletiva são desenvolvidos em

áreas destinadas à recuperação, ou em áreas não desmembradas. Há um entendimento prévio da comunidade de que ali está a área reservada para atividades coletivas e de manejo ambiental.

Nas áreas com ocorrência de culturas permanente implantadas predominaram o caju, conforme já mencionado nos casos de Morada Nova e Belém. Sendo 200ha e 90ha respectivamente. No caso de Belém o cultivo foi implantado pelos assentados em consorcio com lavouras temporárias (milho, arroz e feijão). O resultado em ambos foi frustrante. O fracasso se deu pela descontinuidade de Assistência técnica e de crédito para conclusão manutenção dos pomares e para o beneficiamento e agroindústria local, principalmente no caso do assentamento Belém iniciada com recursos do PRONAF.

### **Assistência Técnica**

Neste item, abordamos a questão da Assistência técnica, enquanto componente de política pública que marca a presença do Estado num processo de desenvolvimento da agricultura que se revela excludente aos mais carentes, em especial nas regiões afastadas dos centros de desenvolvimento econômico. Relembrando o que já dissemos na fundamentação teórica, que este processo ficou bem demarcado enquanto legado da Revolução Verde – RV, que conceituou esta presença necessária do Estado, via ATER na agricultura, a partir da ideia de extensão rural pública.

Para Pinheiro Machado (2014, p.307), a degradação social e ambiental que vivemos hoje emerge de uma estratégia extremamente planejada de reprodução do capital na América Latina, onde desde o processo de evolução produtivista até as chamadas biotecnologias, se deram a partir do “controle das instituições de pesquisa, do ensino e da extensão. Deste processo surge a extensão rural clássica que conhecemos a partir dos de 1970, quanto então é estruturado o sistema EMBRATER, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER e a nível estadual as EMATERs.

Este processo durante 3 décadas teve a EMBRATER à frente de uma política de Estado para o meio rural brasileiro através do que se denominou Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, extinto pelo governo Collor, e que até aquele período liderava o processo de substituição da base tecnológica de produção, no meio rural. Permaneceram as EMATERs nos estados, exceto no Maranhão quando foi extinta em 1998 pelo governo do estado (Lei

7356, de 26 de dezembro de 1998), resultado de um processo de sucateamento que bem sintetiza Cantanhede (2011):

Desde a década de 1980 os serviços de ATER vêm sendo deixado de lado pelos governadores do Maranhão: atrasos de salários no governo de Luiz Rocha; o congelamento de salários e o sucateamento da EMATER-MA no governo de Cafeteira; a fadiga da inanição imposta pelos governos de Lobão e João Alberto, e finalmente, a extinção de todo o sistema de agricultura no segundo mandato da governadora Roseana Sarney. (CANTANHEDE, 2011)<sup>23</sup>.

Este processo de decadência até a extinção do órgão, explica sua lacuna no meio rural e sua ausência completa nos assentamentos de reforma agrária. A partir de 1998 as famílias assentadas passaram a ter contato com uma outra modalidade de assistência técnica: A política de Assistência a partir do INCRA.

No estudo da MRH, esta ausência se confere com os depoimentos na totalidade dos entrevistados. No assentamento Morada Nova a opinião das famílias sobre esta modalidade de assistência técnica do Inbra “era ótima quando funcionava” (Alcino José Teixeira, 57anos, PA Morada Nova, entrevista concedida em 30/11/2015).

Em árvores Verdes a avaliação do dirigente sindical do município é:

“ZERO! Vamos falar sobre o Arvores Verde. *pra* cá veio um projeto de... vou falar no meu linguajar mesmo... de criação de galinha, de bode e não foi pra frente e não foi por falta de interesse da comunidade, foi por falta de conhecer de como cuidar dos bodes, foi falta de conhecimento e aí se acabou o projeto. A criação de bode ainda tem umas coisinhas porque nós, não dentro da programação do projeto é porque natureza cria mesmo, mas o apoio de conhecimento que a gente esperava da ATER *pra* ensinar mesmo o companheiro a criar, se não sabiam eles não souberam passar pra comunidade, infelizmente. ”

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://domyngoscantanhede.blogspot.com.br> acesso em 07/05/2015

(Bernardo Sousa, 52 anos, quilombola e sindicalista em Brejo, Entrevista em 21/02/2015)

Em parte esta análise é compartilhada pela Diretora do programa de ATES do INCRA e ex-integrante da equipe de assessores da entidade prestadora de assistência técnica no PA mencionado pelo entrevistado. Para ela a equipe da prestadora conveniada, a “a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDH” propiciava várias iniciativas em diferentes áreas. E aponta a questão da não consolidação destas iniciativas tendo como uma das causas a descontinuidade do programa. Conforme relata:

A assistência técnica na região hoje não existe. Chapadinha fez parte de um dos lotes, mas as entidades que concorreram o processo não conseguiram pontuar nos critérios exigidos. E aí esta região que vinha de um acompanhamento de assistência técnica por meio dos convênios de 2004 e depois de 2004-2007, 2008 a 20012, ficou fora da assistência técnica atual mas passou desta etapa. Belém não foi atendido pela assistência técnica do INCRA, é. Os outros dois sim, só Morada Nova e Árvores Verdes. Em Árvores Verdes inclusive tive uma inserção ao anterior ao Inkra, (...) foi possível compreender um pouquinho da dinâmica do assentamento. E aí de 2004 a 2007 era executada a essência técnica em Arvores Verde pela sociedade maranhense de e direitos humanos e de 2008 a 2011. Depois ela entrou por outro convenio que foi com a com a ETHOS que participou do convenio trienal de 2008-2012. (Laurilene Alencar Muniz, coordenadora de ATER no INCRA. Entrevista concedida a Elias Araújo em 23/02/2015)

No relato acima a entrevistada não deixa dúvida a descontinuidade da ATES como uma das causas da não consolidação dos processos vivenciados nos assentamentos mesmo havendo convenio com a SMDH, este foi interrompido antes do final do convenio por meio de uma ação civil pública em 2005. Segundo a servidora, a ação foi “por conta da falta de estrutura de gestão de assistência técnica daquela época. (...) a justiça pediu que o convenio com a SMDH fosse finalizado”.

Além da descontinuidade da ATES como uma das variáveis provável da não consolidação de processos de organização da produção, a entrevistada chama atenção para outros elementos, dos quais devem ser vistos como variáveis importantes para entender etapas subsequentes à da atividade eventual da ATES.

(...) com a descontinuidade as iniciativas não foram consolidadas, as famílias não se apropriaram dos processos como deles. (...)E aí voltando lá numa outra época em que eles discutiam para iniciar o outro convenio, muitas das discussões de 2004 sofreu descontinuidade pela descontinuidade da assistência técnica. Penso que tem que analisar outros componentes, elementos mais antropológicos sociológicos, ... ver outros componentes que levam a descontinuidade, das famílias não se apropriarem como delas, ou se de fato aceitam por conveniências.

Em uma oportunidade de discutir o PRONAF, eles tinham parcela a receber de caprinocultura, avicultura, apicultura, mandioca e outras. E eles diziam que não queriam receber as novas parcelas para investir na avicultura, que não estavam tendo mercado, a ração era muito cara e não iriam conseguir pagar este investimento. E aí eles, estavam tentando discutir com o banco o manejo para a caprinocultura. Aí neste segundo convenio estavam discutindo com o banco o desembolso deste financiamento que estavam descontinuados. (...) resgataram, discutiram junto a complementação. Por isso que penso que a descontinuidade não é só pela assistência técnica. (Laurilene Alencar Muniz, coordenadora de ATER no INCRA. Entrevista concedida a Elias Araújo em 23/02/2015)

O Instrumento da Chamada Pública do INCRA pode propiciar o acesso de assistência técnica a um pouco mais de 20% das 130.000 (cento e trinta mil) famílias assentadas no Maranhão conforme declara Superintendência Regional – SR (12)

O Incra/MA investirá na Chamada Pública R\$ 56,1 milhões para atender 26.265 famílias



assentadas distribuídas em 49 municípios, localizados nos Territórios do Cerrado Amazônico; Baixo Parnaíba; Vale do Itapecuru; Cocais; Baixada Ocidental; Campos e Lagos e Alto Turi/Gurupi. Este investimento também contempla a contratação de 436 técnicos com atuação no campo (Pagina do INCRA Publicado dia 23/08/2013 acessado em 05/05/2015)

Pelo instrumento da chamada pública, a capacidade operacional do órgão teria que multiplicar por cinco para garantir o princípio da universalidade dos serviços de assistência técnica. O discurso do Superintendente, reprisando as diretrizes nacionais do programa de ATER projeta uma perspectiva utópica e, portanto, preocupante para o quadro da MRH:

“A prestação dos serviços de Ater possibilita que as famílias sejam melhor orientadas sobre como acessar políticas públicas disponíveis no âmbito da reforma agrária e agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Terra Sol e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)”, disse. (José Inácio Rodrigues, Pagina do INCRA Publicado dia 23/08/2013 acessado em 05/05/2015)

### **5.1.2. Os programas sociais**

Este item trata dos programas sociais que chegam nos assentamentos, sendo aqui tratado com a relevância demonstrada pelos depoimentos e a observações realizadas na comunidade. Na amostra 100% dos entrevistados acessam os principais programas de transferência de renda, que funciona como um auxílio mensal destinados a famílias de baixa renda. Os montantes são variados e difíceis de mensurar, devido ao valor de cada beneficiário ser a somatória dos diferentes benefícios destinados aos que se enquadram no perfil do cadastro único. O valor final dependerá da renda mensal do beneficiário, número de integrantes da família, número de crianças e adolescente até 17 anos e de mulheres gestantes. Os valores mínimos identificados foram de R\$147,00 cento e quarenta e sete reais.

Para Nascimento (2015)<sup>24</sup>, o Bolsa Família compõe um conjunto de fatores que resinificou a reprodução camponesa local. “Ela contribui para uma fase de produção de subsistência dos camponeses”. O que antes era apenas autoconsumo, sem possibilidade de excedentes agrícolas e forte dependência do extrativismo, agora é a elevação do poder de compra de alimentos não produzidos na unidade de produção local, o que está provocando um aumento de excedentes principalmente de farinha de mandioca.

No entanto, os depoimentos possibilitaram observar que, mais que a quantidade (o valor individualizado recebido), a regularidade possibilitou uma fixação das famílias no campo e uma alteração do trabalho sazonal.

Alguns depoimentos são ilustrativos da utilidade e da necessidade que justificam a condição de beneficiário, conforme dizem os entrevistados:

“É bom porque a gente não tem uma renda mensal fixa, por outro lado é uma coisa que vicia muito as pessoas esperar só por isso”. (Josenilda Maria Oliveira dos Reis, 32 anos, assentada no PE Belém, Entrevista concedida a Elias Araújo em 26/12/2014).

É bom porque... é mais uma renda. Que a minha renda aqui é pouca, (...) aí o que eu recebo já dá pra mim pagar a energia, dá pra mim comprar um *quilin* de carne *dento* do mês, aí pra mim... acho bom. (...) ainda me irrita quando uma pessoa chega e me diz, aí fica falando do Bolsa. (...) eu posso não alcançar outra safra não, mas eu, minha produção que eu tenho, arroz e farinha alcança outra safra e é da minha... minha roça”. Aí os caras chamam a gente de preguiçoso, que recebe o Bolsa Família num trabalha... *num* é bem assim. (Alcino José Teixeira de Araújo. 57 anos. Assentado no PA Morada Nova Entrevista concedida a Elias Araújo e, 30/11/2014).

Os elementos trazidos pelos assentados e por Nascimento (2015) se complementam acerca do papel estruturante dos programas. O aumento do poder de compra e a possibilidade de gerar excedentes

---

<sup>24</sup> Entrevista a Elias Araújo, março/15

potencializam os beneficiários da reforma agrária permitindo às famílias se estruturarem para captação de outros programas e créditos que são direcionados para elevação da renda da agricultura propriamente dita.

## 5.2. Os agentes de produção na MRH

A MRH de Chapadinha é um território essencialmente camponês. Ali as famílias foram desenvolvendo ao longo dos tempos diferentes formas de reprodução social, ajustadas ao ambiente de forma a permitir sua permanência do campo, mesmo nas adversidades já descritas. Foram capazes de articular-se com o conjunto de outros fatores que compõem os ecossistemas locais, possibilitando ao longo do tempo uma relação equilibrada dos mesmos, com destaque para uma produção de alimentos altamente exigentes de insumos até então abundantes e disponíveis na natureza.

Também já a descrevemos que o contexto atual é de alteração significativa destes fatores, exigindo novas estratégias de reprodução da vida no campo. Neste contexto, os camponeses que no passado foram agentes de uma economia local centrada exclusivamente na de produção primária de mercadoria, passam agora a disputar o território com outras forças produtivas.

Ou seja, a relação não é mais entre o morador e o capataz de fazenda, ou do produtor e do atravessador, embora estes ainda existam como parte de uma lógica de representação comercial e política que não raramente estabeleceram e estabelecem relações de exploração, conforme se pode conferir nos relatos anteriormente feitos pelos entrevistados do assentamento Belém.

Os elementos até aqui apresentados (o conflito, negação de direitos, ausência do estado, especulação imobiliária, economia de enclaves, dentre outros) reforçam a ideia das finalidades conflitantes como determinantes da relação dos agentes sociais de produção ligados aos camponeses e as empresas do agronegócio. De maneira esquemática, estes seriam os principais agentes:

**Assentados de reforma agrária e comunidades quilombolas:** o principal aspecto a se observar é que o assentamento na região está marginalizado do processo de desenvolvimento em curso. E aparece vulnerável frente ao avanço do agronegócio na região. Embora os beneficiários expressam um sentimento de conquistas pelo que acessaram até o momento na MRH e demonstrarem convicção ideológica e concepção de uma agricultura limpa, ao mesmo tempo expressam um sentimento de derrota. Isso fica demonstrado ao se

referirem a perda das chapadas para os campos de soja, quando se referem a omissão do estado no trato das políticas públicas para o campo e na agilidade deste para garantia dos interesses das empresas, tendo como exemplo mais expressivo as licenças de desmatamentos para as empresas, que retirou a vegetação de chapadas, comprometendo significativamente o modo de vida local.

Por outro lado, segundo dados do Incra até dezembro de 2011, os assentados totalizam 1.657 famílias na MRH. Eles controlam uma área de 51.180,51/há distribuída em 22 assentamentos, sendo 17 PAs, 04 PEs e uma reserva extrativista. Se tomamos como referência o número de 04 pessoas por família, a população das áreas de reforma agrária é superior a população do município de Belágua.

Parte destes assentamentos também já foram reconhecidos pela fundação Palmares como comunidades quilombolas até 2008, nove áreas tiveram a publicação de título pela referida fundação. Neste contexto, pensar os assentamentos e o acesso e as demais formas de obtenção da terra não apenas com a ideia da regularização do conflito, mas enquanto agentes de produção, demanda uma decisão política de fazer a passagem da quantidade para qualidade.

**Assalariados Rurais:** São trabalhadores assalariados permanentes e temporários. Atuam na atividade canavieira, produção de bambu, celulose, Álcool e grãos. Parte dos assalariados temporários são assentados, principalmente jovens que se deslocam tanto internamente, quanto para fora da MRH.

**Proprietários de terras:** Como em qualquer outra região, a ideia da propriedade rural esteve associada a ideia de investimento, dado ao histórico de incentivos fiscais. Atualmente a Lei Kandir é o principal incentivo, que faz aumentar exponencialmente o número de produtores de outras regiões, recebendo a denominação de “gaúchos”, qualquer que seja o produtor rural que implanta novas fazendas na região.

Em uma amostra de dezenove fazendas na MRH, foi identificada 06 produtores Paranaenses, 02 catarinenses e 11 gaúchos. Totalizando 18.700 (dezoito mil e setecentos) hectares de terras destinadas a produção de soja e eucalipto. (GASPAR 2010, p.42)

Analisando a relação de áreas apresentada por GASPAR (2010), apenas 08(oito) dos dezenove possuem residência na região e os demais administram os negócios a partir de suas cidades de origem. Esta seria possivelmente a principal contradição entre os setores do agronegócio e os camponeses na MRH, sendo o primeiro a expressão da ideia da propriedade enquanto “terra de negócio” para os camponeses a ideia da terra enquanto território.

**Movimentos sociais:** é visivelmente identificada a característica de movimento de luta pela terra tendo como expressão o MST, atuando de forma mais orgânica em Chapadinha e Buriti na MRH.

**Movimento Sindical:** representado pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais – STTRs e Federação dos trabalhadores na agricultura - FETAEMA e os Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF. Todos com atuação em áreas quilombolas, assentamentos e assalariados rurais, com representação da denominada agricultura familiar.

**Entidades prestadoras de Assistência Técnica:** a ausência da extensão rural pública fortalece outras formas de prestação de serviços. Dentre outras existentes ao longo do território, identificou-se que no universo da pesquisa houve atuação das prestadoras de ATES no período 2005-2014. São elas:

- ✓ Associação estadual de Cooperação Agrícola – AESCA;
- ✓ Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAEMA,
- ✓ Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH,
- ✓ ETHOS assessoria.

**Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB:** A presença da CONAB, apesar de pouco difundida nas áreas foi apresentada durante a pesquisa como um agente da produção da MRH. Os dados coletados indicam acesso apenas em Morada Nova, durante o ano de 2012. Para as famílias que acessaram, conseguiram fornecer alimentos através do Programa de Aquisição de Alimentos PAA durante 10 meses, movimentando o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais por produtor.

As informações fornecidas pela superintendência regional da Conab, confirmam dados dos trabalhadores acerca da atuação da companhia na MRH. Segundo a companhia o MDS, através do PAA, formalizou contratos no Maranhão na ordem de R\$ 63.429.525,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e quinhentos e vinte e cinco reais) no período 2009 a 2014. Beneficiando 14.094 (quatorze mil e noventa e quatro) fornecedores e 1.309,134 (um milhão trezentos e nove mil e cento e trinta e quatro) beneficiários consumidores. O total de alimentos comercializados foi de 22.111.901,42 Kg.

Na MRH o acesso ao PAA foi apenas nos anos de 2011 e 2012. Foram contemplados os municípios de: Anapurus, Buriti, Chapadinha e São Benedito do Rio Preto. O valor total das propostas foi de 1.287.000,00m (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil reais), sendo 212 (duzentos e doze) beneficiários fornecedores, 18.295 (dezoito mil, duzentos e noventa e cinco) beneficiados consumidores e 506.593Kg (quinhentos e seis mil, quinhentos e noventa e três quilogramas) de alimentos comercializados.

### **5.3. O crédito na MRH**

Este item trata do crédito agrícola na reforma agrária de uma maneira geral e de forma mais específica dos resultados identificados na pesquisa acerca da relação dos assentados com as políticas de créditos. Os capítulos anteriores trataram de demonstrar que os créditos têm uma função estruturante nos assentamentos, sendo o seu acesso facilitado pelos agentes de assistência técnica, na sua maioria privados.

No entanto, esta dinâmica tem sido marcada pela descontinuidade das ações do crédito para o público alvo da pesquisa. Ou seja, não tem chegado até os assentamentos de forma satisfatória. No assentamento Belém, em Buriti isto ficou explícito quando a entrevistada declara que o insucesso do programa no seu assentamento se deu pelo mau dimensionamento do projeto, ou seja, atribui à assistência técnica a causa principal do endividamento dos beneficiários do empreendimento do caju. (Entrevista 26/12/2015).

Para Laurilene existem outras variáveis acerca da descontinuidade, cita que no PA Árvores Verdes que em 2004 foram instaladas a produção de hortaliças agroecológicas com mulheres, e chegaram a se envolver em experiência de comercialização. Mas que, mesmo assim, houve a descontinuidade das atividades devido a problemas com o fornecimento de água. “E a comunidade não se mobilizou para solucionar o problema... (...) foi mais fácil descontinuar do que mobilizar para solucionar os problemas”. (Laurilene Muniz, entrevista 23/02/2015)

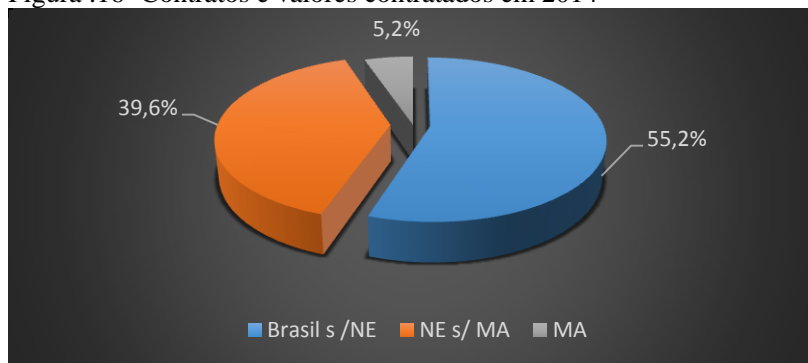
Nesta perspectiva projetada pela servidora acrescentam-se outras situações como o da energia elétrica de Belém que impediu o funcionamento da agroindústria. Situações que são postas ao lado da descontinuidade da ATES, para compreender a descontinuidades dos processos construídos em cada assentamento.

O quadro geral do crédito no Maranhão comprova a preferência pela pecuarização no PRONAF. Talvez esta seja uma das variáveis do pouco acesso ao PRONAF nos assentamentos da MRH.

Em 2014 houve 25.626 (vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e seis) contratos (custeio e investimento) para atividade agrícola. No valor de R\$107.470.105,00 (Cento e sete milhões, quatrocentos e setenta mil e cento e cinco reais). Enquanto para pecuária foram 71.270 (setenta e um mil e duzentos e setenta) contratos no valor de R\$ 397.331.471,00 (trezentos e noventa e sete milhões, Trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais) no total. (Dados do Banco central, disponíveis em: [Http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural](http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural)).

As operações do PRONAF em 2014 significaram para o estado do Maranhão 5,2% do total de contratos do programa. Junto com demais estados do Nordeste, a região tem 45% do total dos contratos de créditos.

Figura :16- Contratos e valores contratados em 2014



No que se refere aos valores desses contratos, a região Nordeste utiliza apenas 14% do total. Os valores médios desses contratos na região são de R\$ 4.195,20 reais. Observa-se que estes valores são desproporcionais em escala nacional, estando a média em R\$13.453,38. Analisando o país sem a região Nordeste é a média sobre para 20.980,80, conforme dados da tabela a seguir.

Tabela 12: Valor médio dos financiamentos do Pronaf

Valor médio dos financiamentos do Pronaf 2014

BR/GRANDE	CONTRAT	TOTAL R\$	VALOR
-----------	---------	-----------	-------

REG/UF	OS		MÉDIO
BRASIL	1.846.026	24.835.290.908,03	13453,38089
NORDESTE	827.841	3.472.961.990,84	4195,20414
BR SEM NORDESTE	1.018.185	21.362.328.917,19	20980,79319
MARANHÃO	96.896	505.101.576,21	5212,821749

Na MRH, dados da delegacia regional do MDA, registram a ocorrência de e 364 contratos de PRONAF na safra 2013/2014 na modalidade custeio. E de 3.424 na modalidade investimento. Os valores foram de 1.789.654,00 e 10.079.509,00, distribuídos conforme tabela a baixo.

Tabela 13: contratos de PRONAF – MRH - (2013/2014)

MUNICÍPIOS/MRH	CUSTEIO		INVESTIMENTO	
	Nº de Contratos	Valor Financeiro R\$	Nº de Contratos	Valor Financeiro R\$
Anapurus	18	185.609	354	901.404
Belágua	1	1.171	13	29.868
Brejo	17	72.187	889	2.411.920
Buriti	194	958.326	974	3.197.382
Chapadinha	85	380.890	715	2.275.954
Mata Roma	29	132.692	298	794.963
São Benedito do Rio Preto			121	326.714
Urbano Santos	20	58.779	60	141.303
<b>MRH</b>	<b>364</b>	<b>1.789.654</b>	<b>3424</b>	<b>10.079.50</b>



Fonte Delegacia MDA/MA

Os dados da tabela acima registram que houve operações de créditos em todos os municípios da MRH, embora poucos em quantidades de contratos e em valores contratados. O valor médio na MRH foi de R\$4.917,00 para custeio e de R\$2.944,00 para investimento.

Algumas considerações, não conclusivas a respeito do tema do crédito:

Foram identificadas ações do Programa de Aquisição de Alimentos em apenas um dos assentamentos pesquisados, o PA Morada Nova. Para o conjunto dos entrevistados, se tratava de um bom programa, importante para o desenvolvimento das famílias, mas ao qual só tiveram acesso durante 10 meses. Os recursos acessados naquele período foram de R\$ 650 por família/mês. O grau de desinformação das famílias, elemento indicativo da fragilidade desta política, pode ser ilustrado pelo fato de que os entrevistados não souberam informar o motivo porque foram incluídos durante aqueles dez meses, nem a razão pela qual o programa foi suspenso.

Em entrevista concedida pela servidora do INCRA/MA, Laurilene Muniz, identifica-se que, na percepção do INCRA, a descontinuidade da Assistência Técnica constitui o mais relevante dentre os fatores explicativos do baixo índice de produção e acesso ao crédito, nos assentamentos. Os agricultores não possuiriam informações básicas de forma que, sem orientações especializadas, não conseguiriam acessar os programas oficiais.

Preocupa ainda o fato de que a capacidade do INCRA de fornecer assistência técnica é limitada a menos de 10% das famílias assentadas no estado. Este seria o elemento mais restritivo na medida que bloquearia o acesso a outras políticas, impedindo sua articulação. A rigor, dado o grau de acesso das famílias às informações e detalhes dos programas, é possível afirmar que políticas dependentes da Assistência Técnica no imaginário das famílias surgem como ficções. Os assentados não sabem explicar do que se trata, não conhecem os documentos nem os passos necessários à sua incorporação. Mais grave é o fato de que esta limitação não se aplica apenas ao PRONAF (Entrevista em 22/02/2015).

O resultado da pesquisa indicou que em todas as entrevistas uma avaliação negativa dos lavradores para o item assistência técnica. Em Belém houve a contratação de uma consultoria privada, que resultou

em projeto de cajucultura inadequado e sem perspectiva. Segundo alguns entrevistados, participar deste projeto teria sido o principal erro.

Por outro lado, há um sentimento de melhora das condições. Em todas as entrevistas acerca do que era antes, de como está e de como pode melhorar, os entrevistados apresentam um conjunto de vantagens, e projetam uns cenários de perspectivas. Em anexo os registros em fotografias da realidade das comunidades rurais e assentamentos, revelam o processo de mudanças, reveladas pelos entrevistados.

Ao mesmo tempo a cultura e a religião estão presentes na vida dos assentamentos enquanto soluções mágicas e um processo de mobilização para as alternativas concretas do cotidiano dos assentamentos. A figura a seguir, representa a rotina de um assentamento que se consolida ao meio da evolução das fazendas de soja e eucalipto.

Figura 17: Celebração de Santa Luzia no PA Morada Nova



Foto: Leonardo Melgarejo, acervo da pesquisa realizada para este trabalho



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referência as hipóteses que orientavam a pesquisa, os resultados obtidos reposicionam a discussão acerca do objeto de estudo, trazendo elementos que confirmam as contradições de um modelo de desenvolvimento onde os sujeitos principais (camponeses, grandes proprietários de terra e o Estado) ocupam campos opostos, com objetivos contraditórios, impondo ao locus da pesquisa uma condição de palco de disputas de um conjunto de relações e de interesses diversos típicas de um ambiente de expansão da fronteira agrícola. O novo, neste caso, associa-se à rapidez das transformações observadas, à clareza das tendências que se configuram e à necessidade de medidas de porte, caso se pretenda inverter a perspectiva de falência de políticas de corte social e caráter incluyente, no Maranhão.

Neste contexto, a reforma agrária se mostra limitada, impossibilitada de desempenhar o seu papel clássico no sentido de dinamização da economia local, servindo mais como instrumento facilitador do avanço do agronegócio. Isto decorre, entre outros fatos, da omissão, inexistência, fragilidade e descontinuidade de suas principais ações, a exemplo da garantia do acesso à terra aos camponeses, da oferta de crédito e assistência técnica, do apoio à agroindustrialização e acesso a mercados. As centenas de famílias assentadas, que hoje ocupam áreas reformadas, uma vez impossibilitadas de se incorporar a processos de dinamização da economia que beneficiem das características da agricultura familiar e submetem-se aos interesses do agronegócio que, neste sentido, tende a ocupar os territórios reformados. Mantendo-se este quadro espera-se, num primeiro momento, a derrubada de áreas de reserva ambiental, seguidas pelo avanço das lavouras de soja e eucalipto, sob forma de arrendamento ou parceria, em áreas de assentamento.

Nesta perspectiva, mais do que conclusão, essa parte final desenvolve o acima exposto, abordando as impressões e questões mais relevantes sobre o objeto de estudo, aportando considerações sumarizadas que pretendem dar conta do que foi apreendido relativamente aos desafios para a reforma agrária no Maranhão. Trata-se de considerações inéditas, referenciadas na realidade dos assentamentos dos municípios de Anapurus, Buriti e Brejo, que podem ser consideradas como descritivas de processo em andamento no leste do Maranhão.

Estas considerações decorrem do fato da pesquisa ter possibilitado identificarmos os principais setores que atuam na realidade

agrária da MRH de Chapadinha, bem como a dinâmica dos seus principais agentes de produção e suas conexões com a vida dos assentamentos. Tal exercício permitiu compreender que o mundo do agronegócio e o da reforma agrária, por mais que ideologicamente estejam em campos opostos, se entrelaçam na vida material dos assentamentos. Há uma rede de relações alimentadas pela necessidade de logísticas, mercados, serviços, insumos e pela manutenção da política local nos municípios, que permeia as atividades da sociedade local. Assim, não há fronteira para o agronegócio, ou seja, a discussão teórica predominante não corresponde ao contexto onde a fronteira de modelos não traduz uma ideia de separação física em termos de fronteira agrícola, mas sim de disputas relacionadas à expansão e reprodução de novas relações onde os assentamentos fatalmente se inserem. A disputa de políticas oficiais que favorecem as condições das famílias assentadas, se chocam com políticas que beneficiam modelos que as contradizem, caracterizados naquele território pelas lavouras de soja e eucalipto. Interesses privados impulsionados pela economia de mercado se apropriam daquelas contradições, reforçando relações que corroem o discurso includente de um PNRA que, na região, pouco ou quase nada cumpre de seus objetivos.

Nesta perspectiva, os desafios da reforma agrária são vários. Este estudo permite afirmar que no Maranhão ela não apenas está longe de cumprir a tarefa clássica de desconcentrar a propriedade da terra, como pouco contribui para a consolidação das famílias já incorporadas ao processo. Merece destaque o fato de que, apesar da expressão das áreas já desapropriadas alterando as condições de vida para 130.847 famílias assentadas nos 4,7 milhões de hectares que compreendem 1.013 PAs criados no estado. (Dados do SIPRA/INCRA até dezembro de 2014), mantidas as condições atuais, suas perspectivas não podem ser encaradas com otimismo.

Ainda assim, até o fechamento da pesquisa, haviam 450 novos pedidos de desapropriação formalizados na superintendência regional do INCRA/MA, sendo 49 destes pedidos de comunidades rurais MRH de Chapadinha. Este fato nos leva a considerar que é expressivo o movimento de luta pela terra no Maranhão e que se fazem necessários mecanismos que garantam, além do acesso à terra a milhares de famílias que estão no campo em situação de conflitos, também o suporte para sua consolidação e avanço no sentido de contribuição da agricultura familiar aos processos de desenvolvimento regional.

Também cabe dizer que o INCRA não é o único agente de obtenção de terras. A MRH engloba um mercado imobiliário de terras

agrícolas muito dinâmico, com atuação em toda a região de expansão da fronteira agrícola. Este processo se cristaliza no avanço do agronegócio e na consolidação de sua influência em todas as relações socioeconômicas, colocando o Estado e os camponeses em campos opostos. Atendendo aos interesses do agronegócio e omitindo-se de garantir a posse aos camponeses, é o poder público limitado à defesa intransigente de detentores da propriedade. Neste contexto, os cartórios de registros de imóveis e os corretores de imóveis criam os mecanismos de mercado de imóveis, envolvendo propostas de arrendamento às famílias assentadas e não raros são os casos de fraudes em processos que envolvem disputas de divisas e titulação. Há todo um conluio envolvendo o poder público, os negócios de terras, a oferta de empregos temporários e a sedução no sentido de avanço das lavouras de soja sobre as áreas de assentamento. Ao mesmo tempo, os assentados não conseguem acessar créditos, não possuem assistência técnica, não percebem alternativas para expandir a renda com autonomia e independência em relação ao agronegócio

Uma vez instaladas as fazendas na região, o passo seguinte traz o desmatamento e a venda da vegetação nativa. Este processo é realizado por empresas que processam toda a vegetação em carvão, do qual se apropriam como pagamento pelos serviços de limpeza e preparação da área para plantio<sup>25</sup>. Na sequência, ocorre a implantação de lavouras anuais, tendo a soja como carro chefe. Com o tempo e a queda na produtividade da soja, aquelas áreas sofrem nova alteração, com a introdução do eucalipto.

Quanto aos assentamentos, a pesquisa mostrou o impacto da reforma agrária na vida das pessoas beneficiadas. É visível a mudança na qualidade de vida a partir da instalação dos assentamentos com ênfase na habitação, na disponibilidade da água e energia elétrica, acesso à escola, dentre outros, melhorando a qualidade de vida da família e reduzindo a precariedade no trabalho principalmente das mulheres. Por estas razões reforça-se a concepção de que se equivocam os que pensam a reforma agrária a partir de uma lógica meramente da produção agropecuária.

---

<sup>25</sup> Coincidentemente enquanto fazíamos a pesquisa, deflagrava no Maranhão uma investigação da PF que revelou o latente sistema de fraudes que sempre operou os processos de licença no interior do estado, atingindo principalmente Chapadinha.

No entanto, não planejar a dimensão econômica nos assentamentos implica condenar os beneficiários da reforma agrária a um processo de dependência e subalternização local. Desmotivados, buscam alternativas no que parece ser o caminho que resta. Assim, cresce o número dos que moram nos assentamentos, mas buscam apoio em rendas não-agrícolas e trabalhos temporários, sendo esta uma tendência maior nas áreas próximas aos centros urbanos.

Neste contexto o assentamento Morada Nova é o caso mais típico. Sua aproximação com a cidade e sedes das principais fazendas de soja e eucalipto, o tornam atrativo ao agronegócio. Percebe-se no assentamento a valorização do preço da terra, a atração de assentados como prestadores de serviços gerais nas fazendas e na área urbana e a criação de novas oportunidades. Como exemplo, o assentamento se abre para instalação de uma estrutura de lazer (bares, clubes e restaurantes) e serviços que o colocam como apêndice da cidade, afetando as perspectivas de vida das famílias ali estabelecidas. Em consequência, atualmente apenas 11 (onze) dos atuais 39 (trinta e nove) assentados registram trabalho na lavoura e declaram área plantada.

Esta tendência de urbanização do meio rural brasileiro, que ali se percebe, já vem sendo descrita há pelo menos duas décadas, como resultado das transformações ocorridas do processo de industrialização da agricultura brasileira, onde espaço que tradicionalmente se definia como rural passa a ser resultado de “transbordamento do mundo urbano” (GRAZIANO, 1997). O que chama atenção na pesquisa é, de um lado, o fato de que apenas agora isto ocorre no Maranhão e, de outro, a rapidez com que ali se instala, evolui e se comprometem as perspectivas de famílias tipicamente rurais cujas perspectivas de inserção consolidadas em uma realidade urbana são escassas também. Aliás, não parece adequado interpretar que pequenas aglomerações populacionais, totalmente dependentes do rural, como a região em estudo possam ser qualificadas como urbanas no sentido pretendido por Graziano (1997).

Nesta perspectiva, não raros foram os depoimentos de falta de alternativa de trabalho nos assentamentos, e no entorno, bem como a fragilidade dos processos de assalariamento temporário da juventude e de precarização do trabalho. Perguntavam-se os entrevistados: o que fazer com os filhos que estavam concluindo a graduação em pedagogia diante de opções restritas como o trabalho de doméstica na cidade ou de garçom no bar da família.

A expansão do modelo de industrialização da agricultura fatalmente já absorve os assentamentos com a introdução de parte do

pacote agrícola (sementes, adubos, máquinas e agrotóxico) pelos assentados que podem pagar para ter acesso. É uma etapa em que a mecanização chega nos assentamentos sem um processo de discussão a respeito das implicações que acompanham a adoção das novas tecnologias.

Cresce também uma preocupação com a defesa do território. Até então as áreas dos assentamentos são mantidas sem parcelamento, assim com as demais comunidades rurais, sem a necessidade de titulação individual das áreas. Esta tradição se constitui em barreira para incorporação de áreas de camponeses ao agronegócio. No entanto, já preocupa as famílias a agilidade com que o INCRA introduz o debate acerca do georeferenciamento das áreas, como base para a titulação e emancipação das mesmas. Evidentemente este processo de titulação é do interesse do agronegócio, que pode assim negociar com a liderança de um assentamento e arrendar, de uma só vez, áreas coletivamente ocupadas por dezenas de famílias. A vulnerabilidade destas famílias, sem acesso a crédito, à assistência técnica, a perspectivas reais de subsistência digna, praticamente lhes impõem servir, em condição subalterna, aos interesses do agronegócio.

Mas deve ser ressaltado que o impacto do agronegócio sobre as áreas de camponeses não se dá necessariamente pela aquisição das áreas onde residem os mesmos. Observou-se que na maioria dos casos os povoados e assentamentos estão situados em áreas de baixões, o que, segundo depoimentos de sojeiros, não lhes interessa. No entanto, à medida em que a grande área de chapadas é retirada, os camponeses passam a usar as áreas baixas com maior intensidade, inviabilizando-as no médio prazo.

A ideia de impacto da soja para os informantes também tem ocorrência no extermínio dos animais próximos das lavouras. Tradicionalmente os animais eram criados de forma semiextensiva com acesso direto às chapadas. A impossibilidade de acesso a elas, caracterizando restrição de acesso ao pasto nativo está inviabilizando a criação de pequenos plantéis de animais e aves, com impacto evidente sobre a segurança alimentar das famílias.

Estamos, portanto, diante de uma fase de simplificação dos agroecossistemas locais, onde o desaparecimento dos plantéis impactam não somente na economia, mas também na viabilidade dos subsistemas produtivos que a complementam. Assim, em uma perspectiva agroecológica, temos que levar em consideração que um ecossistema natural é determinado pela integração de espécies vegetais e animais e que a supressão de um dos componentes leva à degradação do todo. Isso



é determinante para assegurar a “base ecológica da produção limpa”, conforme bem descreve Pinheiro Machado (2014).

Uma propriedade fundamental da matéria viva é ser diversa. Sem essa propriedade não há vida. A Biodiversidade e o holístico são inerentes à própria vida. Destruí-las com a monocultura é o primeiro crime de lesa-humanidade (MACHADO, 2014. p.159)

Esta simplificação começa a ser sentida também na economia do agronegócio. Para Nascimento (2011), em pesquisas recentes conduzidas na mesma MRH, um dos representantes dos produtores admite que foi um grave erro o extermínio dos suínos na região, pois isso eliminou a possibilidade de consumidores locais aproveitarem a proteína de soja – como ração. Segundo o Sr. Wilson Ambrósio, da Associação dos produtores de soja (APROSOJA), este é um dos motivos pelos quais vendem a soja apenas para outros estados, como o Ceará (NASCIMENTO, 2011).

A produção de soja está associada a outras commodities como a da cana-de-açúcar e do eucalipto, ambas instaladas no Leste maranhense, sendo esta última predominante nos municípios da MRH. Enquanto fazíamos esta pesquisa, novas decisões de governo projetavam um cenário de maiores restrições aos camponeses. Trata-se do plantio de eucalipto transgênico e das sementes de milho e soja resistentes ao 2,4-D (ácido diclorofenoxiacético).

Para MELGAREJO (2014), o 2,4-D constitui herbicida de alta periculosidade “componente do agente laranja, molécula antiga e banida em vários países do mundo, ressurgiu associado à transgenia, de forma a ter seu uso estimulado no Brasil”. Explica o pesquisador as razões do ressurgimento desta substância no Brasil:

(...) isso acontece porque plantas ruderais adquiriam resistência ao glifosato (tecnologia RR, da Monsanto) ou ao glufosinato de amônia (tecnologia LL, da Bayer), ou a ambos, desmoralizando as lavouras transgênicas e levando o agronegócio a querer experimentar a tecnologia ENLIST. Uma coisa é certa: Se o pedido da Dow vier a ser aprovado, em poucos anos teremos plantas ruderais que resistirão também ao 2,4-D e ao Haloxifop (tecnologia

ENLIST, da Do. A que preço? (MELGAREJO, 2014)

O Eucalipto tem como objetivo principal a produção de pasta de celulose. Isso significa reduzir o teor de lignina e ampliar o de celulose. Alterar a madeira no seu processo de seleção, para que ela fique mais mole. Isso é positivo apenas para a celulose. Para utilização de madeira para móveis, moirões, etc, ela deve ser desenvolvida para ter mais lignina. Com a transgenia, se obtém maior aceleração no processo de crescimento destas fibras de celulose, ou seja, aceleração do metabolismo da árvore, implicando maior consumo de água até os sete anos de crescimento. Com as novas variedades que permitam cortes das árvores nos 5 anos, e seguidas de novos plantios no mesmo lugar, o território conviverá permanentemente com árvores em seu período de maior consumo de água, aumentando, conseqüentemente, os problemas de escassez deste recurso.

A apicultura, identificada como alternativa de produção local, pode vir a ser diretamente afetada com o eucalipto transgênico, não há possibilidade de produção do mel orgânico numa perspectiva de expansão do eucalipto transgênico pelo simples fato de que o pólen levará os transgenes para o mel e para os outros produtos, que deixarão de ser orgânicos, impedindo de crescer um mercado altamente promissor e que está em fase de expansão nos assentamentos estudados, a exemplo de Árvores Verdes.

No caso das culturas desenvolvidas pelo agronegócio, principalmente a soja transgênica, os transgênicos já provocaram um aumento do uso de herbicida. Estudiosos denunciam que está em processo a aprovação na Coordenação-Geral da Comissão técnica Nacional de Biossegurança – *CTNBio*, a liberação de outros tipos de sementes de soja, milho e algodão tolerantes ao 2,4-D.

Estudo sobre os impactos da soja em ambientes aquáticos em Chapadinha, com amostras coletadas em cinco pontos no Rio Preto, o rio mais importante da região, constatou que a presença de resíduos de agrotóxicos estava em três destes e em todas as épocas em que foram coletadas, inclusive o 2,4-D. Com isso se evidencia o forte impacto do agronegócio (no caso da soja tolerante ao 2,4D, ela ainda não estava plantada, os resíduos encontrados se devem a outros usos, mas também no agronegócio) sobre o ecossistema aquático avaliado, revelando que os parâmetros encontrados alertam para controle do uso dos agrotóxicos. Uma vez que mesmo em águas correntes, do primeiro até o último ponto de coleta, houve ocorrência de concentração dos agrotóxicos utilizados na cultura mencionada.

Neste cenário, percebem-se os desafios da produção dos assentamentos na região, enfrentados dura e parcamente, além da clara vulnerabilidade frente a um modelo de agricultura do agronegócio que se expande ao sabor das iniciativas de uma economia de mercado estimulada por políticas favoráveis ao agronegócio. Isto surge como forte ameaça a uma perspectiva de territorialização dos camponeses.

As consequências deste modelo, nas comunidades, são de várias ordens (social, econômica, ambiental, cultural), exigindo maior atenção das políticas públicas. Ou seja, maior presença do Estado no fortalecimento e na superação de desafios que poderão ser sumarizados como segue:

- a) O agronegócio demanda novas áreas para a expansão das lavouras de soja e do eucalipto, no limite, ele exerce forte pressão sobre território dos camponeses, destinados à produção de alimentos;
- b) A ação dos organismos de regularização corroboram com o processo de transferência de terras para o agronegócio a partir da titulação clássica, com casos comprovados inclusive em áreas de quilombo. Assim, as metas do INCRA acerca do georreferenciamento, titulação e emancipação anunciadas mereceriam, antes de mais nada ouvir;
- c) A insatisfação das famílias com a atual renda da agricultura, a fragilidade dos serviços do INCRA (ATES prioritariamente) impedindo uma maior ascensão econômica das famílias, fragiliza os assentamentos frente a processos de cooptação local, do tipo arrendamento de áreas “não utilizadas” nos assentamentos;
- d) Oportunidades de trabalho de curto prazo, nas franjas do agronegócio atraem a juventude camponesa. Ao mesmo tempo, o cerco de monoculturas em torno das áreas reformadas impacta sobre os cultivos de subsistência, seja pelo surgimento de novas doenças e pragas, seja pela deriva de venenos aplicados em pulverização aérea.
- e) Na ausência de intervenção decidida do governo federal que assegure presença do INCRA, garantia de assistência técnica, articulação da PNRA com outras políticas (PAA, PNAE, Terra Forte), o horizonte de vida das áreas reformadas se fará limitado a esta geração. Diante da perspectiva de emancipação de assentamentos consolidados, resta a perspectiva de que, a médio prazo,

aquelas áreas sejam incorporadas à matriz produtiva que mais avança na região, associada ao monocultivo de soja e eucalipto.

As implicações sociais, ambientais e culturais desta realidade serão dramáticas, comprometendo perspectivas de desenvolvimento também para a região de Chapadinha-MA. No embate entre suas políticas contraditórias, cabe ao governo federal optar pela maioria, reforçando linhas incluídas relacionadas ao fortalecimento da agricultura camponesa.

Diante deste quadro, cabe à população se organizar em defesa de seus direitos, construir articulações com atores estabelecidos na capital e no centro do país e pressionar os governos estadual e federal para que os interesses do agronegócio, que beneficiam a poucos, não se sobreponham aos interesses da maioria, ameaçando a estabilidade social e a soberania nacional.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson Francelino (et.al). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ARCANGELI, Alberto; **O mito da terra: uma análise da colonização Pré-Amazônica Maranhense**. SUFMA/PPG/UDUFMA, Coleção Ciências Sociais, Série Questão Agrária 3. São Luís. 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1998.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Ed Vozes, 1982.

ARAUJO, Francisco Elias de. **Os efeitos da expansão da monocultura de soja no Baixo Parnaíba na dinâmica da Pequena produção agrícola**. Monografia apresentada no curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará. Marabá 2008.

AZAR, Zaira Sabry. **Relações de Trabalho e Resistência Camponesa no Desenvolvimento dependente no Maranhão: O Assentamento Califórnia como Uma Expressão**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís 2013.

BARBOSA, Z, M. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. Editora UEMA, São Luis, 2006.160p.

BARBOSA, Z, M.. ALMEINA, D.L. **A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional**. UEMA, São Luis, 2013.

BEILSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRUNO, Regina. **MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habituse estratégias de poder do agronegócio.** Disponível em: <http://www.controversia.com.br>. Acesso em: 27/07/2013.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares (et.al). **Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil.** Revista Luta e resistências 1, Londrina: Midiograf, 2006.

CARNEIRO, Marcelo S. **Relatório preliminar da pesquisa: Estudo sobre a expansão e os impactos da soja no Maranhão.** São Luís. UFMA, julho 2008.

\_\_\_\_\_. **A agricultura Familiar da soja na região sul o monocultivo no Maranhão: Duas faces do cultivo da soja no Brasil.** São Luís. UFMA, julho 2008.

\_\_\_\_\_. **Terra, trabalho e poder. Conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo.** São Paulo: Anablume, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins. **Contexto atual da correlação de forças e das lutas sociais no campo.** In.: Agricultura brasileira: Tendências, perspectivas e correlação de forças sociais. Cadernos de Formação: Via Campesina, 2004.

CASTILHO, Alceu Luis. **O partido da Terra: Como os políticos conquistam o território brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2012, 238p.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Políticas públicas e expansão recente do agronegócio a fronteira agrícola do Brasil,** Universidade Federal de Brasília UNB, 2006.

CIMADAMORE, Alberto, (et.al.) **A pobreza do Estado: Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CNBB. **A igreja e a questão agrária brasileira no início do século XXI.** 2014.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação do serviço social e a questão agrária na contemporaneidade: inserção e prática de assistentes sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão.** São Luís, UFMA, 2000.

DURANS, Cláudia Alves. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses.** São Luís: EDUFMA, 2008.

ENFF. **Teorias do Desenvolvimento Capitalista na Agricultura.** Coletânea de texto nº 3. São Paulo, outubro 2010.

FERNANDES, FLORESTAN. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRANÇA, Caio Galvão de. **Censo agropecuário de 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

Guilherme Costa Delgado. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012),** UFRGS, 2012.

GERMER, Claus. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. A questão agrária hoje.** UFSM. (s.n.). 1994 b. Disponível em <http://www.ufsm.br/enev/docs/desenvolvimento.pdf>. Acesso em Junho de 2009.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Ed. Atlas. São Paulo, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP. 2002.

GRAZIANO, Chico. **O carma da terra no Brasil.** Ed. A Girafa. São Paulo, 2004.



GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio – 1963**. In STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

IANNI, Octávio: **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

INCRA. Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Atlas da Questão: Agrária Brasileira**. 2008. UNESP. Disponível em [http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura\\_fundiaria.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm) no

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, **MA é 2º do Nordeste em ranking de VBP agropecuária**, Disponível em <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia>. Acesso em 07/02/2014

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, Acesso em 17/01/2015.

JUNIOR, Caio Prado. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JESUS, L.C.F: **A ocupação dos Cerrados o POLOCENTRO e seus Impactos em Minas Gerais**. Unicamp: Campinas, 1988.

KAUTSKY Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 3ª edição, 1980

LAKATOS, E. M. MARCONI, A: **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1986

MACHADO, Luiz C.P e FILHO, L. C. P.M. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**. Livro 1, Volume 2: o processo de produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica à economia política. Livro 1, Volume 1: o processo de produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Editora BERTRAND BRASIL S. A. 1989

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Assentamentos rurais**: Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELO, Francivaldo. **História do Maranhão**. São Luis: Editora Alpha, 2006.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000**. São Luís: UFMA, 2006.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA AGRICULTURA: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011.

**MINISTERIO DA FAZENDA** . Governo Federal. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br>> Acessado em 20 de 01 de 2015.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários**: Formas de Sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luis: Edefma, 2010.

MOARES, Reginaldo C. (et.al). **As cidades cercam os campos**. Estudo sobre projeto nacional de desenvolvimento agrário na era globalizada. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD 2008

MOREIRA, R, M., STAMOTO, B. **Programa de extensão agroecológico – PROGERA** Boticatu/SP, Giramundo, 2009.

MOURA. Emanuel Gomes de (coord.). **Agrobientes de transição**: entre o trópico úmido e o semiárido do Brasil. Atributos, alterações, uso na produção familiar. São Luís: Edefma, 2004.

MST. **Como construir a reforma agrária popular em nossos assentamentos**. São Paulo: outubro 2014.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira: análise de 1945 a 2005.** Texto em construção coletiva, com a contribuição de vários companheiros/as e de diversos debates em curso.

NEVES, Delma P, SILVA, M. A de Moraes (orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa.** Brasília-DF: Editora UNESP, 2008. Partido comunista brasileiro. Disponível em <http://pcb.org.br/> acesso dia 07 de 02

PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PRADO Jr, Caio. **A questão agrária e a revolução brasileira – 1960.** In STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

PRADO Jr, Caio. **A questão agrária no Brasil.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PICOLI, F, **Violência e poder de destruição do Capital na Amazônia.** Florianópolis: Editoria Em Debate, 2012

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** Rio de Janeiro, Record, 2014.

RAMOS, Pedro (et.al). **Dimensões do Agronegócio brasileiro:** políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, (NEAD estudos): 15 2007.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira.** Rio de Janeiro: Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. Obra divulgada pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1962.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo.** Organização Carlos Nelson Coutinho, Maria Beatriz de Albuquerque David. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALOMOM, Décio Vieira: **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

SALVADOR, E, [et al], Orgs; **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, José Ribamar de. **Segurança Alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. São Luis: Edufma, 2008.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: A reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAWAYA, Rubens. **Subordinação consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

SHIRAISHI Neto, Joaquim (et.al). **Meio ambiente, território e práticas jurídicas: enredos em conflito**. São Luis: Edufma, 2011.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda, 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

**Revista Lutas Sociais nº 23**. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Faculdade de Ciências Sociais. PUC São Paulo, 2009.

TRASPADINI Roberta e Stédile J.P. **Rui Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

IBGE. SIDRA <http://www.sidra.ibge.gov.br>, **Produção Agrícola Municipal**. Acesso 15/07/2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)

FONSECA, Flávia Luiza Rodrigues. **Os benefícios do babaçu na alimentação das aves** – revisão de literatura revista científica de medicina veterinária-issn:1679-7353 ano xii-número 23 – julho de 2014.

RIBEIRO, et al. **Assistência técnica e extensão rural**: a contribuição do Programa de ATES no Assentamento Lagoa da Fortuna Tiago Miranda Ribeiro disponível em <https://ppgdse.ufma.br>  
<http://domyngoscantanhede.blogspot.com.br/2011/03/mudanca-de-nome-mudanca-de-lugar-e.html>

GASPAR, Rafael Bezerra: **O eldorado dos gauchos**: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste maranhense. São Luís, 2010.

SILVA. J. G. da, **O Novo Rural Brasileiro**, 1997. Publicado na revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997) disponível <http://www.geografia.fflch.usp.br/>

MELGAREJO. L, Milho tolerante ao 2,4-D pode ser aprovado para plantio, uso em rações e consumo humano. **Movimento Ciência Cidadã**. Disponível em: < <http://www.movimentocienciacidadad.org/documento/detail/25> >

## APÊNDICE

A - Questionário para pesquisa de campo questões fechadas

<b>I - INFORMAÇÕES GERAIS DO ASSENTAMENTO</b>									
Nome do Projeto de Assentamento	Órgão fundiário responsável	Município	Área (ha)	Área dos Lotes (ha)	N.º de Famílias	Data de ocupação	Data de desapropriação	Data Imissão de posse	Coordenada Geográfica do Assentamento
<b>II - INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA ASSENTADA</b>									
Nome	Situação na RB								
1 -	<input type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Dependente	<input type="checkbox"/> agregado	<input type="checkbox"/> não tem vínculo	<input type="checkbox"/> outros Vínculos				
2 -	<input type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Dependente	<input type="checkbox"/> agregado	<input type="checkbox"/> não tem vínculo	<input type="checkbox"/> outros Vínculos				
3 -	<input type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Dependente	<input type="checkbox"/> agregado	<input type="checkbox"/> não tem vínculo	<input type="checkbox"/> outros Vínculos				
4 -	<input type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Dependente	<input type="checkbox"/> agregado	<input type="checkbox"/> não tem vínculo	<input type="checkbox"/> outros Vínculos				
5 -	<input type="checkbox"/> Titular	<input type="checkbox"/> Dependente	<input type="checkbox"/> agregado	<input type="checkbox"/> não tem vínculo	<input type="checkbox"/> outros Vínculos				
<b>Período de Vinculação com o Assentamento</b>									
<input type="checkbox"/> antes da desapropriação	<input type="checkbox"/> menos de um ano	<input type="checkbox"/> de 01 a 05 anos	<input type="checkbox"/> de 05 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> de 20 anos a mais				
<input type="checkbox"/> relação a partir da ocupação	<input type="checkbox"/> menos de um ano	<input type="checkbox"/> de 01 a 05 anos	<input type="checkbox"/> de 05 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> de 20 anos a mais				
<input type="checkbox"/> Relação a partir da	<input type="checkbox"/> menos de um	<input type="checkbox"/> de 01 a 05 anos	<input type="checkbox"/> de 05 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> de 20 anos a				

desapropriação	ano				mais
( ) Relação após criação do Assentamento	( ) menos de um ano	( ) de 01 a 05 anos	( ) de 05 a 10 anos	( ) 10 a 20 anos	( ) de 20 anos a mais
III- CRÉDITOS					
Modalidade de crédito	Valor Total (R\$ 1,00)	Ano da concessão	Vencimento (Ano)	Valor da Parcela/Família	
<b>CRÉDITOS INCRA</b>					
Apoio Inicial					
Apoio Mulher					
Aquisição de Materiais de Construção					
Recuperação/Materiais de Construção					
Reabilitação de Crédito de Produção					
<b>Total</b>					
<b>PRONAF</b>					
Pronaf A (investimento)					
Pronaf A/C (custeio)					
Pronaf B					
Pronaf Agricultura Familiar					
Pronaf Mais Alimentos					
Pronaf C					
Pronaf D					
<b>Total do</b>					

<b>Pronaf</b>				
<b>OUTROS</b>				
Procera				
Cred amigo				
Outros (PAA, PNAE)				
<b>Total</b>				
<b>Total Geral</b>				

#### IV - INFRAESTRUTURA

Infraestrutura	<b>Opinião sobre a qualidade</b>				
<b>Abastecimento de água</b> ( ) sim não ( )	( ) Péssima	( ) Ruim	( ) Razoável	( ) Bom	( ) ótimo
<b>Habitação</b> ( ) sim não ( )	( ) Péssima	( ) Ruim	( ) Razoável	( ) Bom	( ) ótimo
<b>Energia elétrica</b> ( ) sim não ( )	( ) Péssima	( ) Ruim	( ) Razoável	( ) Bom	( ) ótimo

#### V - EDUCAÇÃO

Escola no Assentamento	<b>Opinião sobre a qualidade</b>				
Existe escola no assentamento ( ) Sim Não ( )	( ) Péssima	( ) Ruim	( ) Razoável	( ) Bom	( ) ótimo



VI – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA								
Lavouira	Produto	Unidade (Kg)	Área plantada	Quantidade	Produzida e Auto consumo	Comercialização		
						PA A	PNA E	Mercado Privado
Temporária								
Permanente								
Extrativismo								
Produção animal	Categoria	Unidade	Quantidade	Autocombustível	PAA	PNA E	Mercado Privado	
		Cbç						
		Cbç						

VII – SOBRE AS GRANDES FAZENDAS DE SOJA E EUCALIPTO						
Qual a sua opinião sobre o agronegócio	( ) Péssima	( ) Ruim	( ) Razoável	( ) Bom	( ) Ótimo	
	Cbç					

## B- PERGUNTAS ABERTAS PARA AS ENTREVISTAS

### Para os assentamentos e lideranças sociais da MRH

1. Como era antes da desaparição? Como era o imóvel e como era a vida antes do assentamento?
2. Qual a avaliação que faz da fase atual do assentamento? O que mudou?
3. Qual a avaliação sobre o futuro do assentamento? O que pode mudar?
4. O que acha que deu errado e o que deu certo no assentamento?

5. Dos créditos acessados, quais os que consideram mais importantes? Porque?
6. Qual a opinião sobre a assistência técnica
7. O que pensam sobre as grandes empresas de produção de soja e eucaliptos na região? Quais as vantagens e desvantagens?
  - a. Para a sua atividade na agricultura?
  - b. Para o assentamento
  - c. Para a economia da região?

**Perguntas para servidores do INCRA e MDA**

1. Qual a avaliação enquanto servidores, sobre os assentamentos da região
2. Qual a opinião sobre a aplicação dos créditos para os assentamentos
3. Qual tem sido o impacto da assistência técnica
4. O que o órgão tem pensado de alternativas para a região

## ANEXO

Figura I: Pré-assentamento em Comunidade Rural de Chapadinha



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura II: Pré-assentamento em Comunidade Rural de Chapadinha



Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura III: Unidade de Carbonização der vegetação nativa em fazenda particular em Chapadinha

---



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura IV: Unidade de Carbonização der vegetação nativa em fazenda particular em Chapadinha

---



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura VI: Área com Eucalipto em Anapurus



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura VII: Croqui da área de Assentamento Morada Nova em Anapurus, segundo os entrevistados

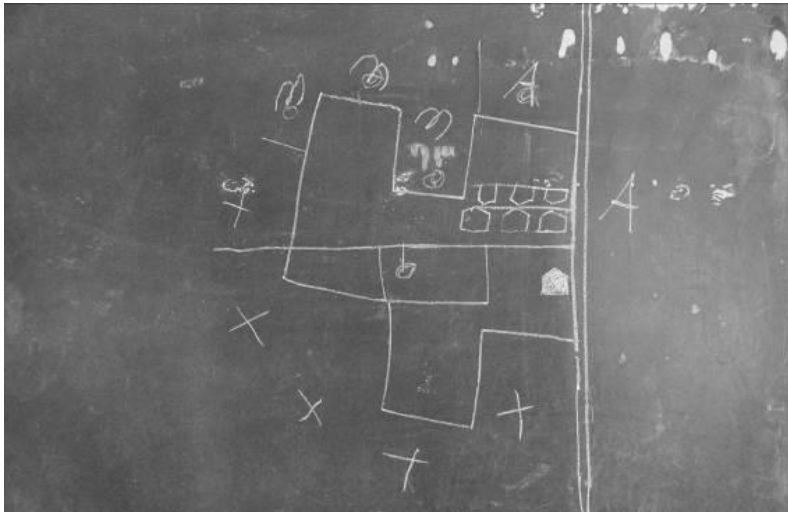


Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura VIII: Entrevistas com assentados de Morada Nova



Durante a PesquisaFoto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa

Figura IX: Alternativas de renda não agrícolas em Assentamento Morada Nova



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura X - Assentada recém-formada em pedagogia



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura XII – Vista do Assentamento Morada Nova



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura XIII – Fazenda produtora de soja em Anapurus



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.

Figura XIII– Fazenda produtora de soja em Anapurus



Foto: Leonardo Melgarejo, Acervo da pesquisa.



Figura XIV – assentamento Baturité



Foto: Edivan Oliveira. Acervo da Pesquisa

Figura XV: Assentamento Belém



Foto: Elias Araújo. Acervo da Pesquisa.